

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

|  |    |
|--|----|
| 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos            | 1  |
| 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado | 4  |
| 5.3 - Descrição - Controles Internos                 | 9  |
| 5.4 - Alterações significativas                      | 10 |

### 10. Comentários dos diretores

|  |    |
|--|----|
| 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais          | 11 |
| 10.2 - Resultado operacional e financeiro          | 60 |
| 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs                  | 63 |
| 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases | 67 |
| 10.5 - Políticas contábeis críticas                | 74 |
| 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs   | 76 |
| 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados            | 77 |
| 10.8 - Plano de Negócios                           | 78 |
| 10.9 - Outros fatores com influência relevante     | 79 |

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1. Riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros:

(em milhares de reais, exceto quando indicado).

Além dos riscos indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência, estamos expostos a riscos de mercado decorrentes das nossas atividades envolvendo principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros, flutuações na taxa de câmbio e risco de crédito. Além disso, os principais fatores macroeconômicos que podem influenciar os nossos negócios são descritos abaixo.

#### Risco de Taxa de Juros.

Nossa dívida consolidada está sujeita a variações na taxa de juros que podem elevar o nosso custo de financiamento. Em 31 de dezembro de 2011, o valor consolidado de nossa dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo) era de R\$ 3.613,6 milhões. Desse montante, 45% estão indexados à TJLP, 39% à taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") e 16% a taxas pré-fixadas. Dessa forma, a elevação da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), ou do CDI pode elevar os encargos financeiros de nossa dívida.

#### Risco de Taxas de Câmbio.

Em 31 de dezembro de 2011, 84,0% de nossa dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures (de curto e longo prazo), ou R\$ 3.321,7 milhões, estavam denominados em reais e 8,1%, ou R\$ 291,9 milhões, estavam denominados em moeda estrangeira. Dessa forma, a depreciação do Real pode elevar o custo de parte das nossas dívidas.

#### Risco de crédito.

Nosso risco de crédito configura-se, principalmente pelas atividades desenvolvidas pelas nossas controladas Bandeirante Energia S.A. ("EDP Bandeirante") e Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – Escelsa ("EDP Escelsa"), decorrente do faturamento a receber de consumidores. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por algumas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado. O acompanhamento dos processos judiciais é efetuado e gerenciado pela CCEE. O risco envolvido é de R\$ 168 milhões, referente ao saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em 31 de março de 2011, dos quais R\$ 14 milhões são provisões relacionados às transações no âmbito da CCEE, sendo basicamente R\$ 10 milhões relativos à época do racionamento vigentes de junho de 2001 a fevereiro de 2002. Nosso risco de crédito não impacta em nossas demonstrações financeiras, mas pode afetar negativamente nosso caixa, constituindo-se, portanto, no risco de não receber os valores acima mencionados. Nossa provisão pode não ser suficiente para refletir nossas perdas decorrentes do risco de crédito acima mencionado.

#### Risco de emissão de novos pronunciamentos e interpretações, assim como alteração e ou/atualização dos pronunciamentos já existentes pelo IASB (*International Accounting Standard Board*) e CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

A entrada em vigor de novos pronunciamentos contábeis e interpretações, assim como de alteração e ou/atualização dos pronunciamentos já existentes, pelo IASB (*International Accounting Standard Board*) e CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), podem produzir impactos relevantes nas nossas demonstrações financeiras da Companhia, com possível efeito em nosso resultado contábil, incluindo possíveis impactos nas bases de distribuição de dividendos e podem ainda afetar adversamente o cumprimento de índices financeiros relativos a contratos de financiamento. Porém, tais impactos só são passíveis de mensuração no momento de adoção dos mesmos.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

**Além dos riscos de mercado dispostos acima, a Companhia está sujeita aos seguintes riscos macroeconômicos:**

**O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Esta influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, pode afetar adversamente as nossas atividades.**

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes, e por vezes significativas, intervenções do Governo Federal, que regularmente modifica as políticas monetárias, de crédito, fiscal e outras. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e efetuar outras políticas envolveram no passado, entre outras, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preço, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e os serviços importados. Não temos controle e não podemos prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro. Nossos negócios, nossa condição financeira e os resultados das nossas operações podem ser adversamente afetados em razão de mudanças na política pública em nível federal, estadual e municipal, referentes a tarifas públicas e controles de câmbio, bem como de outros fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controle no câmbio e restrições a remessas ao exterior;
- variações nas taxas de câmbio;
- inflação;
- liquidez no mercado doméstico financeiro e de capitais e mercado de empréstimos;
- política fiscal e regime tributário, incluindo alterações na legislação tributária e trabalhista; e
- medidas de cunho político, social e econômico que ocorram ou possam afetar o Brasil.

Um exemplo recente de modificação legal foi o aumento de IOF/Câmbio sobre os contratos de crédito no exterior com prazo de pagamento inferior a 720 dias. Tais contratos passaram a pagar 6,00%, desde 07 de abril de 2011. A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil. Sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as nossas atividades e nossos resultados operacionais.

**Esforços do governo para combater a inflação podem retardar o crescimento da economia brasileira e prejudicar os nossos negócios.**

No passado, o Brasil sofreu taxas de inflação extremamente altas e, consequentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo. Entre 2004 e março de 2011, a taxa de juros do Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") variou entre 19,77% e 8,64% ao ano. A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre os nossos negócios. As rigorosas políticas monetárias com altas taxas de juros podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. De modo inverso, políticas governamentais e monetárias mais brandas e a diminuição das taxas de juros podem desencadear aumentos das taxas inflacionárias e, em consequência, a volatilidade do crescimento e a necessidade de súbitos e significativos aumentos das taxas de juros. Além disso, podemos não ter condições de ajustar os preços praticados para compensar os efeitos da inflação na nossa estrutura de custos. Qualquer destes fatores poderia afetar negativamente os nossos negócios.

**A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira, bem como a nós.**

Durante as últimas décadas, a moeda brasileira teve frequentes e substanciais variações em relação ao dólar americano e a outras moedas estrangeiras. Conforme dados e informações extraídos do Bloomberg, entre 2000 e 2002, o Real desvalorizou-se consideravelmente em

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

comparação ao Dólar, chegando a uma taxa de R\$3,53 por US\$1,00 no final de 2002. Entre 2003 e meados de 2008, o Real valorizou-se significativamente em relação ao Dólar, impulsionado pela estabilização do ambiente macroeconômico e por um forte aumento dos investimentos estrangeiros no Brasil, com a taxa de câmbio atingindo R\$1,56 por US\$1,00 em agosto de 2008. No contexto da crise que atinge os mercados financeiros globais desde meados de 2008, o Real desvalorizou-se 31,9% em relação ao Dólar ao longo de 2008, alcançando a taxa de R\$2,337 por US\$1,00 no final de 2008. Em 2009, por outro lado, o Dólar valorizou-se em 34,2%, fechando o ano a R\$ 1,741 por US\$1,00. Em 2010, a moeda brasileira apresentou comportamento estável, encerrando o ano a R\$ 1,666 por US\$ 1,00, com pequena valorização de 4,5%. Em 2011, o Real voltou a desvalorizar-se 11,2% em relação ao Dólar, encerrando o ano a R\$ 1,876 por US\$ 1,00.

A desvalorização do Real em relação ao Dólar poderia criar pressões inflacionárias no Brasil e causar o aumento das taxas de juros, o que, por sua vez, poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira de modo geral e prejudicar tanto a nossa situação financeira como os nossos resultados operacionais, além de restringir o acesso aos mercados financeiros internacionais e determinar intervenções governamentais, inclusive por meio de políticas recessivas. Além disso, a desvalorização do Real em relação ao Dólar poderia, como no contexto da atual desaceleração da atividade econômica, levar à redução do consumo, a pressões deflacionárias e a um menor crescimento da economia de modo geral. Por outro lado, a valorização do Real em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras poderia resultar na piora da balança comercial brasileira, bem como refrear o crescimento baseado nas exportações. Conforme indicado acima neste item, mantemos operações com base na variação cambial.

Dependendo das circunstâncias, a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar poderia ter um efeito adverso relevante e negativo no crescimento da economia e indiretamente afetar negativamente os nossos negócios.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

### 5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos:

(em milhares de reais, exceto quando indicado).

Os principais riscos aos quais os nossos negócios e operações estão sujeitos são periodicamente mapeados, identificados e têm seu respectivo impacto mensurado com o apoio de metodologias e ferramentas desenvolvidas para cada tipo de risco. A partir desse diagnóstico, implementamos ações específicas para a sua mitigação ou eliminação, via mecanismos de defesa ou planos de contingência.

Adotamos um modelo descentralizado de gestão, em que a área de Auditoria e Risco Corporativo faz a supervisão dos riscos corporativos, estando diretamente ligada a nossa presidência, enquanto os riscos das atividades rotineiras são monitorados pelos respectivos gestores.

A área de Estratégia Regulatória informa quinzenalmente nas Reuniões de Diretoria das empresas do Grupo EDP no Brasil, o Relatório de Acompanhamento de Riscos Regulatórios.

Em 2010, todos os riscos corporativos foram revisitados e atualizados trazendo uma visão consolidada e comparativa de cada risco (mapa de risco). Já em 2011, iniciamos uma análise mais detalhada dos riscos mapeados. Nesta análise, cada fator de risco foi documentado em uma ficha específica na qual são avaliados o impacto e a vulnerabilidade do risco. Nesta ficha, também são identificadas as formas de tratamento deste fator sejam por controles já existentes ou por planos de ação acordados com os donos do risco ("risk owners") para mitigar ainda mais a vulnerabilidade ao risco.

#### a) Riscos para os quais se busca proteção.

##### Gerenciamento de riscos do setor elétrico

**Energético** – O cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões do País é avaliado pelas nossas Diretoria de Planejamento Energético e Gerência de Riscos Energéticos, que consideram um horizonte de cinco anos, além de analisar as variáveis macro e microeconômicas e as especificidades de cada mercado de atuação. Quando os riscos ultrapassam os limites definidos pela nossa política, preparamos um relatório de impactos e ações mitigadoras para avaliação de nossa diretoria. Esse processo é realizado com o apoio de softwares e modelos estatísticos desenvolvidos internamente. O modelo inclui a identificação, a parametrização, a avaliação e o controle do risco, com o objetivo de antecipar potenciais impactos sobre as áreas de distribuição, geração e comercialização, de forma a prepará-las para assegurar o fornecimento de energia, ampliar a receita e minimizar eventuais prejuízos.

**Regulatório** – Com atividades de distribuição, transmissão e geração reguladas e fiscalizadas pela ANEEL, os principais riscos regulatórios são representados pelas revisões tarifárias e investimentos determinados pelo órgão regulador. Mantemos uma área de Estratégia Regulatória, que centraliza o relacionamento com a ANEEL e acompanha o cumprimento das obrigações estabelecidas nos contratos de concessão e legislação pertinente.

**Hidrológicos** – Formados basicamente por hidrelétricas, os ativos de geração tem sua operação influenciada por condições de clima e regime de chuvas. Além disso, a receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume, determinado pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que minimiza e compartilha entre os geradores participantes o risco da venda de energia a longo prazo, associado à otimização eletro-energética do Sistema Interligado Nacional – SIN, no que concerne ao despacho centralizado das unidades de geração de energia elétrica.

##### Gerenciamento de Riscos da Companhia

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

**Operacionais** – Implementamos um Comitê de Segurança que reúne-se periodicamente e tem o objetivo de gerir de forma integrada os assuntos relacionados à nossa segurança global. Deste Comitê participam diversas áreas da organização como Tecnologia da Informação, Infra-Estrutura, Jurídico, Gestão de Capital Humano, Auditoria e Risco Corporativo, Comunicação além das áreas de negócio Geração, Distribuição e Comercialização de Energia. Suas responsabilidades incluem, dentre outras, transmitir a visão estratégica de segurança, avaliar a abrangência dos requisitos de segurança, garantir a conscientização das pessoas e analisar incidentes, dentre outras. Nas distribuidoras, os Centros de Operação de Sistema (COS) podem ser operados remotamente a partir de qualquer unidade, de forma a minimizar riscos operacionais. Tanto a EDP Bandeirante, quanto a EDP Escelsa têm implementado um Plano de Atendimento às Emergências (PAE) com medidas de prevenção e combate a incêndio, mitigação de impactos à segurança de pessoas e à integridade de máquinas e equipamentos, assim como prevenção ambiental. No âmbito do PAE, a Enerpeixe S.A. fez simulação de combate a incêndio no transformador, um dos 20 cenários definidos como significantes. Na Energest S.A., contrataram-se serviços para elaboração de Planos de Contingência e Emergência das Usinas Hidrelétricas Suíça, Rio Bonito e Mascarenhas e da Pequena Central Hidrelétrica ("PCHs") São João.

**Financeiros** – As decisões sobre ativos e passivos financeiros são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado, liquidez e crédito. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações do Grupo EDP no Brasil, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. Nossa política de gestão de riscos financeiros nos proíbe de negociar contratos de derivativos além de valores relacionados a hedge de dívida em moeda estrangeira, para travar o risco de variações cambiais. Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos em moeda externa referiam-se basicamente a duas operações (financiamento para as obras da termelétrica de Pecém de 2009 e empréstimo do BID contraído pela EDP Bandeirante em 2004) e representavam 8,1% do nosso endividamento consolidado, sendo 99,9% protegidos por *hedge* cambial. Essa política também prevê prazos para vencimento e liquidação de compromissos, evitando, assim, a concentração de compromissos em um mesmo período. Semanalmente, é apresentado à Diretoria um relatório sobre posição de caixa e aplicações financeiras, discriminando as operações de acordo com a política de riscos e as contrapartes. No gerenciamento desses riscos, utilizamos ferramentas como o Risk Control, para cadastro e monitoramento de todas as posições, e VaR (*Value at Risk*) para quantificar a exposição ao risco.

**Mercado** – Esse risco engloba inadimplência dos clientes, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), perdas não técnicas e variação nos preços de energia. Sua mitigação inclui ações de combate a perdas, regularização de ligações clandestinas e a atuação das distribuidoras em regiões com atividades econômicas e características próprias.

**Ambientais** – Abrangem o risco de não cumprimento das condicionantes do licenciamento ambiental e de exposição a desastres naturais. Todos os empreendimentos e atividades de geração e distribuição são executados de acordo com a Política de Sustentabilidade do conglomerado EDP e a Política Integrada de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, que dispõem sobre o compromisso de preservação do meio ambiente.

### b) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*).

Uma vez identificados os riscos a serem mitigados, buscamos junto ao mercado o instrumento que melhor atenderá à demanda, e assim efetua-se a contratação do *hedge*.

Dado que nossas receitas são todas em Real, possuímos uma política de gestão de riscos financeiros para contratação de *hedge* para minimizar qualquer exposição à oscilação de taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2011 apenas 0,01% da nossa dívida em moeda estrangeira não estava *hedgeada*.

Devido nossa exposição a dívida indexada além do Real ser majoritariamente *hedgeada*, o impacto

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

direto em nossos negócios advindos de oscilações na paridade do Real com outra moeda é imaterial.

Quanto à decisão do instrumento, consideramos (i) a nossa situação de liquidez; (ii) nossa condição de crédito junto ao mercado financeiro; e (iii) o cenário de mercado.

A cotação do *hedge*, independentemente do instrumento ocorre levando-se sempre em conta os seguintes aspectos (i) análise de crédito da contraparte; (ii) *covenants* existentes nos contratos financeiros celebrados por nós e por nossas controladas; e (iii) *spread* da instituição financeira

### c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*).

Utilizamos os seguintes instrumentos: *Swaps*, Dólar Futuro, *NDFs* (*Non Deliverable Fowards*), *Calls*, *Puts*, *Collars* e apólices de seguros.

### d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento destes riscos.

- Estabelecimento da moeda funcional da Companhia (Real – BRL);
- Estabelecimento do horizonte de tempo a ser monitorado. Este é um ponto de extrema importância, pois há uma relação de risco versus disponibilidade de instrumentos de proteção. Caso haja dívidas de longo prazo (superior a dois anos) pode haver dificuldades na estruturação de operações de *hedge* com custos aceitáveis. Por outro lado, a limitação do prazo de avaliação pode representar a assunção de riscos significativos para os fluxos de caixa mais longos. Atualmente, nossas análises consideram o horizonte completo do endividamento;
- Estabelecimento de procedimentos para marcação a mercado;
- Estabelecimento de procedimentos e parâmetros para cálculo de risco (VaR, TH=10 dias úteis, IC=95%);
- Estabelecimento de limites de VaR. Atualmente, nossas análises consideram um limite máximo de 8,5%, com alerta em 5,0%);
- Estabelecimento de cenários de estresse - Atualmente, nossas análises consideram os cenários de estresse da BM&FBOVESPA, atualizados mensalmente;
- Estabelecimento da periodicidade de avaliação de risco (semanal); e
- Avaliação anual de ativos para cobertura de seguros.

### e) Instrumentos financeiros operados pela Companhia com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são os objetivos.

Em 31 de dezembro de 2011, possuíamos R\$ 2.173,2 milhões em empréstimos e financiamentos de longo prazo e R\$ 471,8 milhões em empréstimos e financiamentos de curto prazo. No mesmo período, o saldo da conta de debêntures era de R\$ 107,9 milhões no curto e R\$ 860,6 milhões no longo prazo.

A Bandeirante Energia S.A. e a Porto do Pécem Geração de Energia S.A., empresas do nosso conglomerado, realizaram operações de swap de forma a mitigar o risco de variação de câmbio, sendo que o saldo da dívida consolidado com proteção cambial totaliza R\$ 291,7 milhões ou 99,9% da dívida da Companhia em moeda estrangeira está vinculada a contratos de *hedge* cambial, resultando em uma exposição líquida de 0,01%. A controlada Porto do Pécem Geração de Energia S.A. contratou US\$327 milhões junto ao Banco Inter-americano de Desenvolvimento, dos quais já desembolsou o valor de US\$319 milhões. Caso houvesse qualquer alteração nas taxas de câmbio, o valor do passivo sofreria alteração porém, o fluxo de caixa está *hedged* contra variação cambial.

Não mantemos quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos em empresas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, na nossa situação financeira e mudanças na nossa situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital, não registradas no balanço patrimonial.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

### **f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos.**

Possuímos e seguimos uma Política de Gestão de Riscos e nossa área de Auditoria e Risco Corporativo atua como um facilitador do processo de Gestão de Riscos, auxiliando na identificação e gerenciamento das origens de riscos de negócio, bem como assessorando no monitoramento contínuo da aderência dos objetivos de negócio às políticas, às leis e às regulamentações vigentes e ao grau de exposição aos riscos. Deve prover, de forma integrada, o monitoramento da gestão de riscos desenvolvida nas áreas corporativas e unidades de negócio.

Deve prover, de forma integrada, o monitoramento da gestão de riscos desenvolvida nas áreas corporativas e unidades de negócio, garantindo aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agregando valor aos negócios através da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de nossos negócios.

A área de Auditoria e Risco Corporativo reporta-se diretamente a nossa Presidência.

Também possuímos e seguimos a Política de Gestão de Riscos Financeiros, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada pela Diretoria Financeira, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando se deve manter o nível de flexibilidade financeira.

Para mais informações, ver o subitem 5.2. "a" acima.

### **g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

Nosso sistema de controle interno abrange todos os processos que contribuem para assegurar razoavelmente:

- a confiabilidade e a integridade da informação produzida, utilizada e divulgada;
- o cumprimento da legislação e normas legais aplicáveis;
- o cumprimento das políticas, procedimentos e normas internas;
- a eficácia e a eficiência das operações;

Para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos, a nossa área de Auditoria e Risco Corporativo utiliza uma abordagem sistemática e disciplinada, sempre orientada para os riscos relevantes e materiais. Portanto, esta área tem como um dos seus objetivos apoiar a implementação do sistema de controle interno sobre os processos empresariais, realizando trabalhos para:

- promover e monitorar a implementação e a manutenção do sistema de controle interno, supervisionando a sua consistência e coerência interna e as atividades de controle realizadas nos diferentes níveis de responsabilidade da organização;
- assessorar e apoiar os responsáveis do controle interno, nos diferentes níveis da organização, relativamente às metodologias utilizadas;
- coordenar a realização de testes que suportem a avaliação do sistema de controle interno.
- acompanhar a implementação de ações de melhoria; e
- reportar a situação do sistema de controle interno e o resultado dos testes efetuados ao desenho e à eficácia dos controles.



**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

Nossa área de Auditoria e Risco Corporativo está subordinada à presidente da companhia, sendo supervisionada pelo Comitê de Auditoria do Grupo, ao qual comunica periodicamente o exercício de suas atividades de auditoria interna. Não tem qualquer vínculo hierárquico ou funcional com as unidades auditadas, mantendo, por isso, um relacionamento de total independência organizacional. A estrutura e dimensão da área são adequadas, para alcançar os objetivos propostos e o conhecimento técnico bem como o nível de experiência dos auditores internos é suficiente para o correto e apropriado desempenho das suas funções.

Portanto, através dos trabalhos da área de Auditoria e Risco Corporativo, nossa diretoria monitora e avalia a adequação das nossas operações com as políticas adotadas. Ressaltamos também que, além dos trabalhos de auditoria interna realizados para o ano de 2011, os serviços de auditoria prestados pelo auditor independente para nós contemplaram o exame da estrutura e ambiente de controles internos, que culminaram na emissão de certificação com opinião favorável e sem reservas quanto à eficácia dos nossos controles internos.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

### **5.3. Alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de risco em relação ao último exercício social:**

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como na nossa política de monitoramento de riscos.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

### **5.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes:**

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 5 foram discutidas nos itens anteriores.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1. Comentários dos nossos Diretores sobre:

(em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os comentários expostos nos itens abaixo refletem a opinião dos diretores da **EDP – Energias do Brasil S.A. ("EDPBR")** em relação aos aspectos financeiros e situação patrimonial desta Companhia.

### 10.1. Comentários dos Diretores da EDPBR sobre:

A EDPBR, alinhada com o mercado brasileiro, adotou pela primeira vez as normas internacionais de contabilidade em suas Demonstrações Financeiras referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, retroagindo a 1 de janeiro de 2009, conforme definido pela CVM.

#### **a. condições financeiras e patrimoniais gerais:**

Somos uma *holding* detentora de um portfólio diversificado e integrado de sociedades que atuam nas áreas de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica no mercado brasileiro. Ocupamos uma posição de destaque no mercado brasileiro de energia elétrica, sendo o quarto maior grupo privado no Brasil em termos de energia vendida em distribuição em 2011, de acordo com a ABRADDEE – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica. Somos ainda o terceiro grupo privado no Brasil em termos de energia comercializada em 2011, segundo a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Nossa receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi 7,3% maior do que a nossa receita operacional líquida no exercício de 2010, passando de R\$5.034 milhões para R\$5.402 milhões. Nossa receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi 8,9% maior do que a nossa receita operacional líquida no exercício de 2009, que foi de R\$4.622 milhões.. Nossos ativos de distribuição, comercialização e geração responderam, respectivamente, por 73%, 17% e 20% da nossa receita líquida em 2011, desconsiderando eliminações intra-grupo.

Nosso lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, ajustado das participações dos não controladores e das partes beneficiárias, foi de R\$491 milhões, enquanto que em 2010 foi de R\$583 milhões, comparado a um lucro líquido, ajustado das participações dos não controladores e das partes beneficiárias, de R\$696 milhões no exercício de 2009.

Nossos diretores entendem que possuímos liquidez satisfatória, o que se reflete em nosso capital circulante líquido de R\$26,7 milhões e em nossa liquidez corrente de 101% em 31 de dezembro de 2011. O capital circulante líquido corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante e o índice de liquidez corrente ao produto obtido pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, representando condições adequadas para cumprir as nossas obrigações operacionais de curto prazo.

Nossos Diretores acreditam que nossas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para mantermos nosso plano de negócios, desenvolvermos nossas atividades e cumprirmos com nossas obrigações de curto e médio prazos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Nossos Diretores acreditam que estamos em nível confortável de alavancagem. Nossa dívida bruta consolidada, que considera a "Dívida Total" do Grupo, tem permanecido praticamente estável durante os últimos exercícios, tendo totalizado R\$ 3.613,6 milhões, R\$3.385,9 milhões e R\$3.193,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, respectivamente.

Nossa dívida líquida considera nossa dívida bruta, conforme definida no item 10.1(b), menos a rubrica de Disponibilidades, composta por "Caixa e Equivalentes de Caixa". Alcançou R\$2.717,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, 20,3% acima de 31 de dezembro de 2010, quando foi de R\$2.259,5 milhões. A posição consolidada de caixa/aplicações diminuiu de R\$1.126,4 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$895,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. Assim, a relação dívida líquida/EBITDA, considerando EBITDA ajustado de R\$1.537,6 milhões encerrou o mês de dezembro de 2011 em 1,77 vezes, nos mantendo em nível confortável de alavancagem, mesmo sendo superior ao mesmo período de 2010, quando foi de 1,50 vezes, com base num EBITDA ajustado para o ano de 2010 em R\$1.508,7 milhões, o que é considerado pelos nossos Diretores como sendo ainda um nível confortável de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2011, as controladas se encontram em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants* previstas nos respectivos contratos.

Somos avaliados pelas agências de classificação de risco (ratings) Moody's e Standard & Poors. A agência Moody's divulgou sua mais recente revisão anual das classificações de risco em 2011, mantendo um rating "Ba1" (estável) para EDPBR e um rating "Baa3" (estável) para suas controladas, quais sejam, Bandeirante Energias S.A. ("EDP Bandeirante") e Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. ("EDP Escelsa"), classificadas, portanto, no nível de investment grade.

A agência Standard & Poors divulgou a revisão anual das classificações de risco (ratings) das nossas distribuidoras no dia 03 de maio de 2011. O rating em escala local da EDP Escelsa foi elevado de "AA" para "AA+", com perspectiva estável. O rating em escala global da EDP Escelsa foi elevado de "BB" para "BB+". Já o rating em escala local da EDP Bandeirante foi reafirmado em "AA+" e a perspectiva foi alterada de estável para positiva.

### d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para financiar nosso capital de giro e nossos investimentos em ativos não-circulantes ("CAPEX"), a EDPBR e suas controladas se utilizam-se do caixa gerado por suas atividades bem como de empréstimos e financiamentos contraídos junto a instituições financeiras.

Dentre os contratos de financiamento, destacam-se o contrato de abertura de limite de crédito ("CALC") celebrado com o Banco Nacional do Desenvolvimento ("BNDES") em 2009, no montante de R\$900 milhões. Serão utilizados os recursos desse CALC primordialmente para financiamento dos investimentos de nossas distribuidoras (EDP Bandeirante e EDP Escelsa), bem como para construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") e para repotenciação de usinas existentes.

Até dezembro de 2011, o BNDES liberou R\$112,9 milhões para a EDP Bandeirante e R\$131,2 milhões para a EDP Escelsa.

Fomos a primeira empresa do setor elétrico a obter esta modalidade de financiamento direto (sem intermediação de um agente financeiro), criada pelo BNDES em 2005, que visa simplificar os procedimentos de acesso a linhas de financiamento para empresas ou grandes grupos que representem baixo risco de crédito. Os recursos aprovados ficam disponíveis para saque durante 5 (cinco) anos, com prazo total de financiamento de cada aditivo de até 10 (dez) anos. As taxas de juros são compostas da mesma forma que outras operações diretas junto ao BNDES: custo financeiro (TJLP no caso dos investimentos em distribuição) adicionadas as taxas de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

remuneração do BNDES e a de risco de crédito estabelecida, de acordo com o *rating* do Grupo junto ao BNDES.

Para financiar a aquisição da ECE Participações S.A. ("ECE") e o investimento na construção da UHE Santo Antônio do Jari ("JARI"), obtivemos uma pré-aprovação junto ao Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil") de uma linha de crédito no valor de até R\$360 milhões, com prazo de até 30 (trinta) meses. Esta linha de crédito foi encerrada sem realização de desembolsos.

Para a aquisição da ECE, a Companhia Energética do Jari ("CEJA") contratou linha de crédito em 11 de outubro de 2011 no valor de R\$300 Milhões, com vencimento para 45 (quarenta e cinco) dias, a taxas de 110,5% e 113,0% do CDI. O financiamento foi liquidado em 21 de novembro de 2011.

Em 24 de outubro de 2011, a CEJA realizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos. Foi emitido o total de 300 (trezentas) debêntures, de valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), com subscrição integral no valor total de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com vigência até 11 de outubro de 2013, pagamento de juros remuneratórios na data de vencimento. A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios correspondentes à 110,50% do CDI.

Para o investimento na construção da UHE Santo Antônio do Jari ("UHE JARI"), a ECE possui um limite de crédito de R\$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões) junto ao Banco do Brasil, onde possui R\$305.000.000,00 (trezentos e cinco milhões) em saldo remanescente da Cédula de Crédito Bancário. Essa linha serve como empréstimo "ponte" para Implementação do Projeto de Construção da UHEde JARI.

Nossos Diretores acreditam que estamos em uma situação confortável em relação as nossas fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, tendo em vista principalmente (i) nossa capacidade de geração de caixa e (ii) nosso limite de crédito já contrato e não utilizado.

### **e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.**

As necessidades de financiamento de CAPEX de manutenção estão asseguradas pelas linhas pré-aprovadas do BNDES e do Banco Europeu de Investimento ("BEI"), além da geração própria de caixa. Nossos Diretores acreditam que em função de nossa geração de caixa, não precisamos utilizar de forma recorrente linhas de financiamento para a cobertura de nossas necessidades de capital de giro, além do que é necessário para financiar nosso CAPEX de manutenção. A necessidade por eventual captação fora destas linhas é, em geral, para alongar o perfil de endividamento e manter os níveis de alavancagem que, de acordo com nossos Diretores, são adequados tanto para nossos acionistas quanto para nossos credores. Caso nossa capacidade de geração de caixa não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, nossos Diretores acreditam que conseguiremos saná-las com os limites de crédito já disponibilizados e ainda não utilizados ou por meio de novas linhas de financiamento. Na contratação de novos financiamentos, nossos Diretores buscam analisar as opções disponíveis naquele momento, considerando as condições de mercado e almejando sempre o prazo médio máximo para taxas de juros condizentes.

As necessidades de financiamento de CAPEX de manutenção estão asseguradas pelas linhas pré-aprovadas do BNDES e do Banco Europeu de Investimento ("BEI"), além da geração própria de caixa. Nossos Diretores acreditam que em função de nossa geração de caixa, não precisamos utilizar de forma recorrente linhas de financiamento para a cobertura de nossas necessidades de capital de giro, além do que é necessário para financiar nosso CAPEX de manutenção. A necessidade por eventual captação fora destas linhas é, em geral, para alongar o perfil de endividamento e manter os níveis de alavancagem que, de acordo com

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

nossos Diretores, são adequados tanto para nossos acionistas quanto para nossos credores. Caso nossa capacidade de geração de caixa não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, nossos Diretores acreditam que conseguiremos saná-las com os limites de crédito já disponibilizados e ainda não utilizados ou por meio de novas linhas de financiamento. Na contratação de novos financiamentos, nossos Diretores buscam analisar as opções disponíveis naquele momento, considerando das condições de mercado e almejando sempre o prazo médio máximo para taxas de juros condizentes.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

Nossos diretores acreditam que nosso nível de endividamento vem se mantendo em um patamar condizente com nosso fluxo de caixa.

No entendimento de nossos Diretores, a composição do nosso endividamento também demonstra a boa saúde financeira do grupo. O prazo médio de nossa Dívida Bruta em dezembro de 2011 era de 4,5 anos, frente a 5,1 anos em dezembro de 2010. Essa queda foi devida às captações de novas dívidas (debêntures da CEJA e empréstimo-ponte da UHE JARI) ocorridas no último trimestre de 2011, com prazo médio de 2 (dois) anos. Nossa Dívida Bruta é preponderantemente atrelada aos indexadores TJLP e CDI, que representavam, respectivamente, 47,2% e 35,1% de nossa Dívida Bruta em dezembro de 2010 e 44,6% e 38,9% de nossa Dívida Bruta em dezembro de 2011, coerente com a estratégia do grupo.

**(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros praticada e o saldo devedor de nossos contratos financeiros relevantes nos períodos indicados:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívida**

R\$ 000

|   | <b>Empresa</b>    | <b>Custo da dívida</b>                    | <b>31/12/2011<br/>Total</b> | <b>31/12/2010<br/>Total</b> | <b>31/12/2009<br/>Total</b> |
|---|-------------------|---|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| <b>Moeda Estrangeira</b>                      |                   |   |                             |                             |                             |
| BNDES   | CESA              | UMBNDDES + 4,50%                          | -                           | 475                         | 806                         |
| Amortização do custo da transação             | EDP Bandeirante   | Libor + 4,375% a.a. + variação cambial    | (240)                       | (1.678)                     | (3.116)                     |
| BID - Banco Interamericano de                 | EDP Bandeirante   | Libor + 4,375% a.a. + variação cambial    | 3.071                       | 13.596                      | 25.561                      |
| BNDES   | Energest          | UMBNDDES + 3,50%                          | -                           | -                           | 294                         |
| BNDES   | Pantanal          | UMBNDDES + 4,50%                          | 179                         | 430                         | 729                         |
| BID - Banco                                   | Pecém             |   | 301.417                     | 260.130                     | 214.267                     |
| Custo de Captação                             | Pecém             |   | (12.503)                    | (7.294)                     | -                           |
|   |                   |   | <b>291.924</b>              | <b>265.659</b>              | <b>238.541</b>              |
| <b>Moeda Nacional</b>                         |                   |   |                             |                             |                             |
| BNDES   | Cenaeel           | TJLP + 3,50% a.a.                         | 9.910                       | 10.753                      | 11.522                      |
| BRDE  | Cenaeel           | TJLP + 4,50% a.a.                         | 8.018                       | 8.670                       | 9.260                       |
| BNDES   | CESA              |   | -                           | 18.615                      | -                           |
| BNDES   | CESA              | 4,50% a.a. acima da                       | -                           | 24.928                      | 10.520                      |
| Santander - CDI                               | CESA              | 113,50% do CDI                            | -                           | 12.965                      | 12.235                      |
| Eletrobrás                                    | Costa rica        | 5,00% + 1,50% a.a.                        | 1.190                       | 1.713                       | 2.176                       |
| Cédula de Crédito                             | ECE Participações | 109% do CDI                               | 55.038                      | -                           | -                           |
| BNDES - Banco do Brasil                       | EDP Bandeirante   | 3,3% a.a. acima da                        | 14.901                      | 20.861                      | 26.820                      |
| BNDES - Banco Santander                       | EDP Bandeirante   | 3,3% a.a. acima da                        | 14.901                      | 20.861                      | 26.821                      |
| BNDES - BB/CALC                               | EDP Bandeirante   | de 2,32% a 4,5% a.a. acima da TJLP        | 103.257                     | 87.089                      | 86.534                      |
| BNDES FINAME                                  | EDP Bandeirante   | de 4% a 5% a.a. acima da TJLP             | -                           | -                           | 1.020                       |
| Cédula de Crédito                             | EDP Bandeirante   | 105% do CDI                               | 41.135                      | 61.692                      | 82.082                      |
| Eletrobrás                                    | EDP Bandeirante   | 5% a.a. + 1% a 1,5% a.a. (tx.adm.)        | 22.466                      | 22.027                      | 14.898                      |
| HSBC - Notas Promissórias                     | EDP Bandeirante   | CDI + 1,3% a.a.                           | -                           | -                           | 243.178                     |
| Juros s/ fundo reversão                       | EDP Bandeirante   | 5% a.a.                                   | -                           | -                           | 73                          |
| Nota de Crédito Comercial                     | EDP Bandeirante   | 100% do CDI                               | 31.800                      | -                           | -                           |
| Crédito BB Giro Empresa                       | EDP Renováveis    | 106,60% do CDI                            | 120.882                     | -                           | -                           |
| BNDES - Banco do Brasil                       | Elebrás           | 2,18% a.a. acima da TJLP e 5,5% a.a. fixo | 228.019                     | -                           | -                           |
| BNDES - Banco do Brasil - Custos de transação | Elebrás           |   | (457)                       | -                           | -                           |
| Empréstimo Ponte Banco do Brasil              | Elebrás           | 104% a 109% do CDI                        | -                           | 162.135                     | -                           |
| BNDES   | Energest          | 3,50% a.a. acima da                       | -                           | -                           | 3.324                       |
| BNDES   | Energest          | 4,50% a.a. acima da                       | 16.106                      | -                           | -                           |
| Cédula de Crédito                             | Energest          | 106,6% do CDI                             | 40.028                      | 49.903                      | 49.552                      |
| Santander - CDI                               | Energest          | 113,50% do CDI                            | 36.818                      | 23.337                      | 22.023                      |
| Banco do Brasil                               | Enerpeixe         | 4,5% a.a. acima da                        | 58.856                      | 73.269                      | 87.683                      |
| Banco Itau                                    | Enerpeixe         | 4,5% a.a. acima da                        | 70.629                      | 87.925                      | 105.222                     |
| BNDES   | Enerpeixe         | 4,5% a.a. acima da                        | 231.543                     | 288.248                     | 344.953                     |
| Bradesco                                      | Enerpeixe         | 4,5% a.a. acima da                        | 58.857                      | 73.271                      | 87.685                      |
| Unibanco                                      | Enerpeixe         | 4,5% a.a. acima da                        | 47.085                      | 58.617                      | 70.148                      |
| (-) BNDES - CALC - Custos de transação        | Escelsa           | de 2,32% a 4,5% a.a. acima da TJLP        | (112)                       | (156)                       | (212)                       |
| (-) NCC - Custos de                           | Escelsa           | 100% do CDI                               | (1.323)                     | (1.760)                     | -                           |
| BNDES   | Escelsa           | 4,8% a.a. acima da                        | -                           | -                           | 3.301                       |
| BNDES - Banco do Brasil                       | Escelsa           | 3,3% a.a. acima da                        | 13.917                      | 19.484                      | 25.051                      |
| BNDES - Banco Santander                       | Escelsa           | 3,3% a.a. acima da                        | 13.917                      | 19.484                      | 25.051                      |
| BNDES - BB/CALC                               | Escelsa           | de 2,32% a 4,5% a.a. acima da TJLP        | 119.203                     | 104.727                     | 103.989                     |
| Cédula de Crédito                             | Escelsa           | 105% do CDI                               | 25.363                      | 33.710                      | 41.802                      |
| Eletrobrás                                    | Escelsa           | 5% a.a. + 1% a.a.                         | 88.476                      | 99.086                      | 107.464                     |
| NCC   | Escelsa           | 100% do CDI                               | 194.411                     | 138.493                     | -                           |
| Banco da Amazônia                             | Investco          | 11,5% a.a.                                | -                           | 641                         | 8.515                       |
| BNDES   | Investco          | 4,00% a.a. acima da                       | 46.941                      | 70.126                      | 114.963                     |
| Cédula de Crédito                             | Investco          | 106% do CDI                               | 10.036                      | 10.009                      | -                           |
| Conversíveis                                  | Investco          | 3,0% a.a.                                 | 50.194                      | 80.875                      | 83.567                      |
| Leasing - Safra S.A.                          | Investco          | CDI + 1,45% a.a.                          | -                           | 17                          | 86                          |
| BNDES   | Pantanal          | 4,50% a.a. acima da                       | 1.902                       | 5.706                       | 9.511                       |
| BNDES   | Pecém             | TJLP                                      | 738.556                     | 583.186                     | 348.139                     |
| Custo de Captação                             | Pecém             | TJLP                                      | (6.428)                     | (13.987)                    | -                           |
| BNDES - Banco do Brasil                       | Santa Fé          | 1,90% a.a. acima da TJLP                  | 69.326                      | 75.023                      | 67.046                      |
|   |                   |   | <b>2.575.361</b>            | <b>2.331.543</b>            | <b>2.236.002</b>            |



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Resultado dos Swaps**

|                               |                 |  |                  |                  |                  |
|-------------------------------|-----------------|--|------------------|------------------|------------------|
| BID - Banco Interamericano de | EDP Bandeirante | de 97,94% a 118,94% do CDI                       | -                | 13.291           | 21.604           |
| JP Morgan                     | EDP Bandeirante | de 59,80% a                                      | 879              | -                | -                |
| Banco Citibank                | EDP Bandeirante | 79,94% do CDI                                    | 1.831            | -                | -                |
| Banco Citibank                | Pecém           | USD 1,8138                                       | 141.364          | 105.873          | 53.086           |
| Pactual                       | Pecém           | EUR/USD 1,4040;<br>EUR/R\$2,73;<br>USD/R\$1,9678 | 39               | 390              | 1.652            |
|                               |                 |  | <b>144.113</b>   | <b>119.554</b>   | <b>76.342</b>    |
| <b>Total</b>                  |                 |  | <b>3.011.398</b> | <b>2.716.756</b> | <b>2.550.884</b> |

A seguir apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2011:

**Informações adicionais sobre o serviço da dívida da EDP Bandeirante****Terceira emissão de debêntures**

Em 1º de março de 2006 foi promovida a terceira emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirografária), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Foi lançado o total de 25.000,00 (vinte e cinco mil) debêntures, de valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), com subscrição integral no valor total de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta reais) com prazo de vigência de 5 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 3 (três) anos para amortização do principal, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 1º de março de 2009, a segunda, de 1/3, em 1º de março de 2010 e a terceira, de 1/3, liquidada em 1º de março de 2011.

**4ª emissão de debêntures**

Em 1º de julho de 2010, nossa controlada EDP Bandeirante realizou a quarta emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação. Foram emitidas o total de 39 (trinta e nove mil) debêntures, de valor nominal unitário de R\$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R\$390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões), com prazo de vigência de 6 (seis) anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 4 (quatro) anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 1º de julho de 2016, sendo a primeira amortização em 1º de julho de 2014.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP (Taxa DI), capitalizada de um spread ou sobretaxa de 1,50% a.a., com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (acréscimo sobre a Taxa DI), conforme definido no procedimento de *bookbuilding*, incidentes sobre o valor nominal unitário e, imediatamente, após a primeira data de amortização das debêntures, ao saldo do valor nominal unitário e pagos ao final de cada período de capitalização, de acordo com a fórmula estabelecida na escritura de emissão. O pagamento da remuneração está sendo realizado semestralmente a partir da data de emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 1º de janeiro de 2011, e os demais pagamentos devidos no dia 1º dos meses de janeiro e julho de cada ano, até a data de vencimento.

Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento da EDP Bandeirante, redução dos seus custos financeiros e diversificação das suas fontes de financiamentos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BID

Contrato de financiamento externo com participação de consórcio de bancos brasileiros, portugueses e espanhóis, firmado em 5 de março de 2004, no montante de US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares), liberado durante o exercício de 2004, com carência de 2 (dois) anos para início de pagamento do principal e com vencimento final em até 8 (oito) anos, sendo:

- (i) Tranche "A" - US\$38.900.000,00 milhões (trinta e oito milhões e novecentos mil dólares), com principal vincendo trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2012, remunerado por juros calculados pela taxa LIBOR acrescida de 4,375% a.a., vincendo trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004; e
- (ii) Tranche "B" - US\$61.100.000,00 (sessenta e um milhões e cem mil dólares), com principal vincendo trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2009, remunerado por juros calculados pela taxa LIBOR acrescida de 4% a.a., vincendo trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004. Operação liquidada em 15 de fevereiro de 2009.

Este financiamento é destinado a projetos de investimento, com garantia nos nossos recebíveis pelo fornecimento de energia elétrica.

Para este empréstimo foram realizadas operações de swap cambial, com característica de hedge, junto ao Banco J.P. Morgan S.A., em 15 de março de 2004 e o Banco Citibank S.A. ("Banco Citibank"), em 13 de novembro de 2003, para troca de encargos originais do financiamento junto ao BID, por remunerações baseadas no intervalo de 98% a 109,7% do CDI e 97,94% a 118,94% do CDI, respectivamente, com vencimento nas mesmas datas do contrato de financiamento.

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás ("Eletrobrás")

(i) Programa Reluz

a) Contrato ECF-2617/07 firmado em 9 de abril de 2007. Linha de crédito no valor de R\$608 mil a título de financiamento. Recursos liberados no valor de R\$61.000,00 (sessenta e um mil reais) e R\$547.000,00 (quinhentos e quarenta e sete mil reais), em 11 de junho de 2007 e 29 de agosto de 2007, respectivamente. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2007. O saldo devedor será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de maio de 2008 e a última em 30 de abril de 2013. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

b) Contrato ECF-2656/07 firmado em 12 de dezembro de 2007. Linha de crédito no valor de R\$3.911,00 (três mil novecentos e onze reais) a título de financiamento. Recursos liberados nos valores de R\$391.000,00 (trezentos e noventa e um mil reais) e R\$3.203,00 (três mil e duzentos e três reais) em 18 de junho de 2008 e 17 de fevereiro de 2009, respectivamente. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que será capitalizado até 28 de fevereiro e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

c) Contrato ECF-2658/07, firmado em 12 de dezembro de 2007. Linha de crédito no valor de R\$2.946 mil a título de financiamento. Foram liberados recursos nos valores de R\$295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais) e R\$2.154,00 (dois mil, cento e cinquenta e quatro reais) em 18 de junho de 2008 e 17 de fevereiro de 2009, respectivamente. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 28 de fevereiro de 2009 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

fevereiro de 2014. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

d) Contrato ECF-2657/07 firmado em 12 de dezembro de 2007. Linha de crédito no valor de R\$10.036,00(dez mil e trinta e seis reais) a título de financiamento. Foram liberados recursos nos valores de R\$1.004 mil e R\$8.915 mil em 17 de fevereiro de 2009 e 16 de abril de 2010, respectivamente. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 30 de abril de 2010 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de maio de 2010 e a última em 30 de abril de 2015. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

e) Contrato ECF-2779/09, firmado em 18 de março de 2010. Linha de crédito no valor de R\$3.517 a título de financiamento. Foram liberados recursos nos valores de R\$352 e R\$2.299 mil em 05 de julho de 2011 e 15 de dezembro de 2011, respectivamente. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que será capitalizado até 30 de julho de 2012 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 72 (setenta e duas) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de agosto de 2012 e a última em 30 de julho de 2018. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

f) Contrato ECF-2800/09 firmado em 27 de maio de 2010. Linha de crédito no valor de R\$3.392 mil a título de financiamento. Foram liberados recursos nos valores de R\$339 mil e R\$2.166 mil em 05 de julho de 2011 e 02 de setembro de 2011, respectivamente. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que será capitalizado até 30 de julho de 2012 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 72 (setenta e duas) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de agosto de 2012 e a última em 30 de julho de 2018. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

### (ii) Programa Luz para Todos

a) Contrato ECFS-019/04, firmado em 28 de maio de 2004. Linha de crédito no valor de R\$11.523 mil, a título de financiamento e R\$1.773 mil, a título de subvenção econômica. Foram liberados recursos no montante de R\$9.342,00 (nove mil, trezentos e quarenta e dois mil reais) a título de financiamento e R\$1.089 mil, a título de subvenção econômica. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., ambos vincendos mensalmente, a partir de 30 de julho de 2004. O saldo devedor será pago em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de agosto de 2006 e a última em 30 de julho de 2016. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

b) Contrato ECFS-184/07, firmado em 25 de junho de 2007. Linha de crédito no valor de R\$12.359 mil. Recursos liberados no montante de R\$3.708 mil. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., ambos vincendos mensalmente, a partir de 30 de outubro de 2007. O saldo devedor será pago em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de novembro de 2009 e a última em 30 de outubro de 2019. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vincendo no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

### Cédulas de Crédito Bancário

Contratos firmados em 5 de dezembro de 2006, no valor total de R\$102.000.000,00 (cento e dois milhões de reais), sendo R\$51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de reais) firmado junto ao

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Banco do Brasil e R\$51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de reais) junto ao Banco Santander S.A. ("Banco Santander") Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 105% da variação do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 (cinco) parcelas anuais sendo a primeira em 5 de dezembro de 2009 e a última em 5 de dezembro de 2013 e juros semestrais vincendos a partir de 5 de junho de 2007 a 5 de dezembro de 2013.

### Nota de Crédito Comercial

Contrato firmado em 22 de junho de 2011, no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais) na modalidade de Crédito Agroindustrial, junto ao Banco do Brasil, liberados integralmente em 22 de junho de 2011. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 100% do CDI. Principal e juros a vencer em uma única parcela, em 6 de junho de 2014.

### BNDES

(i) Contrato nº. 88.425 / Agente: Banco do Brasil

Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, no valor total de R\$35.490.000,00 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e noventa mil reais), sendo a primeira liberação em fevereiro de 2008, no valor de R\$16.146,00 (dezesesseis mil, cento e quarenta e seis reais) e a segunda liberação em maio de 2008, no valor de R\$19.367 mil, com recursos do BNDES (FINEM/FINAME) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 (setenta e duas) parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexados a TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento.

(ii) Contrato nº. 88.425 / Agente Banco Santander

Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, no valor total de R\$35.490.000,00 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e noventa mil reais), sendo a primeira liberação em fevereiro de 2008, no valor de R\$16.146,00 (dezesesseis mil, cento e quarenta e seis reais) e a segunda liberação em maio de 2008, no valor de R\$19.367,00 (dezenove mil, trezentos e sessenta e sete mil reais), com recursos do BNDES (FINEM/FINAME) através do Banco Santander, amortizável em 72 (setenta e duas) parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a., indexado à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento.

(iii) CALC com o BNDES

Em 29 de janeiro de 2009, nós, em conjunto com nossas controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa e a Energest S.A. ("Energest"), como beneficiadoras do crédito, celebraram Contrato de Financiamento CALC, no montante total de R\$900 milhões, tendo por finalidade a realização de investimentos nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia. A EDP Energias do Brasil S.A. é fiadora e solidariamente responsável pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato. Trata-se de uma modalidade de financiamento direto (sem intermediação de um agente financeiro), criada pelo BNDES em 2005, que visa simplificar os procedimentos de acesso a linhas de financiamento para empresas ou grandes grupos que representem baixo risco de crédito.

Este contrato foi aprovado em dezembro de 2008, no montante de R\$153.300.000,00 (cento e cinquenta e três milhões e trezentos mil reais) para a EDP Bandeirante, com a finalidade de implantação de seu programa de investimentos de 2008 a 2010 em expansão, modernização e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica. Os recursos aprovados ficam disponíveis para saque durante 60 (sessenta) meses.

A primeira liberação efetuada para a EDP Bandeirante no valor de R\$86,4 milhões ocorreu em 23 de dezembro de 2009, sendo amortizável em 72 (setenta e dois) meses e com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam entre 2,32% e 3,32% a.a. acima da TJLP e

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

juros fixos de 4,50% a.a., vencíveis a partir de 17 de fevereiro de 2010 trimestralmente durante a carência e mensalmente após esse período.

A segunda liberação para a EDP Bandeirante no valor de R\$5,6 milhões ocorreu em 28 de abril de 2011, sendo amortizável em 72 (setenta e dois) meses e com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam entre 2,32% e 3,32% a.a. acima da TJLP e juros fixos de 4,5% a.a., vencíveis a mensalmente a partir de 16 de maio de 2011.

A terceira liberação para a EDP Bandeirante no valor de R\$2,7 milhões ocorreu em 13 de maio de 2011, sendo amortizável em 72 (setenta e dois) meses e com período de carência de amortização e juros até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação e juros em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros fixos de 4,5% a.a.

A quarta liberação efetuada para a EDP Bandeirante no valor de R\$10,0 milhões ocorreu em 28 de julho de 2011, sendo amortizável em 70 (setenta) meses, vencendo-se a primeira prestação em 15 de agosto de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam de 2,32% e 3,32% a.a. acima da TJLP.

A quinta liberação efetuada para a EDP Bandeirante no valor de R\$8,3 milhões, em parcelas de R\$4,0 milhões e R\$4,3 milhões, ocorreu em 25 de novembro de 2011, sendo amortizável em 72 meses, vencendo-se a primeira prestação em 15 de julho de 2013 e a última em 17 de junho de 2019, com juros que variam de 2,21% a 3,32% a.a. acima da TJLP.

A dívida é garantida por vinculação de parcela de receita da EDP Bandeirante proveniente da receita de energia elétrica, no valor equivalente a, no mínimo, 130% do valor da maior prestação do financiamento, incluindo principal, juros e demais acessórios definidos no contrato. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$103.300,00 (cento e três mil e trezentos reais).

O vencimento de cada subcrédito a ser liberado às beneficiárias deverá ocorrer no prazo máximo de 120 (cento e vinte) meses, sendo que as beneficiárias se obrigam, nos termos do contrato, a utilizar o total do crédito no prazo de 5 (cinco) anos a contar de sua data de assinatura.

O contrato apresenta hipóteses usuais de inadimplemento. As beneficiárias se obrigam a, durante todo o prazo de vigência dos respectivos financiamentos, manter o indicador Dívida Financeira Bruta sobre o EBITDA menor ou igual a 3,5.

### **Informações adicionais sobre o serviço da dívida da EDP Escelsa.**

#### Primeira Emissão de Debêntures

Em 1º de junho de 2006 foi promovida a primeira emissão de debêntures simples da EDP Escelsa, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirografária), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Foram lançadas 26.400 (vinte e seis mil e quatrocentas) debêntures, ao valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), no valor total de R\$264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais) e prazo de vigência de 5 (cinco) anos. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente. A amortização do principal terá início após 3 (três) anos de carência, sendo que o primeiro pagamento será devido em 1º de junho de 2009 e o último em 1º de junho de 2011. As debêntures foram liquidadas em 1º de junho de 2011.

Sobre o valor nominal das debêntures incidiram juros remuneratórios correspondentes a 104,4% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois).

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP") (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa pro rata *temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização foi devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 2 de novembro de 2006 e o último em 1º de junho de 2011.

### Segunda Emissão de Debêntures

Em 2 de julho de 2007 foi promovida a segunda emissão de debêntures simples da EDP Escelsa, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie subordinadas, não conversíveis em ações. As debêntures desta emissão não estão sujeitas a repactuação programada.

Foram lançadas o total de 25.000,00 (vinte e cinco mil) debêntures, de valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), com subscrição integral no valor total de R\$250 milhões e prazo de vigência de 7 (sete) anos. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente. A amortização do principal terá início após 3 (três) anos de carência, sendo a primeira parcela devida em 2 de julho de 2012 e a última em 2 de julho de 2014. A colocação foi concluída em 10 de julho de 2007.

Sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 105,0% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa pro rata *temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 2 de dezembro de 2007 e o último em 2 de julho de 2014.

### BNDES

#### (i) Contrato nº. 88.426 / Agente Banco do Brasil

Assinado em dezembro de 2007, empréstimo destinado à implantação do Programa de Investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica no valor de R\$35,4 milhões, sendo a primeira liberação em janeiro de 2008, no valor de R\$27 milhões e a segunda liberação em maio de 2008, no valor de R\$6,1 milhões, com recursos do BNDES (FINEM/FINAME) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 (setenta e duas) parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexado a TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento.

#### (ii) Contrato nº. 88.426 / Agente Banco Santander

Assinado em dezembro de 2007, empréstimo destinado à implantação do Programa de Investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica no valor de R\$35.400.000,00 (trinta e cinco milhões e quatrocentos mil reais), sendo a primeira liberação em janeiro de 2008 no valor de R\$27,0 milhões e a segunda liberação em maio de 2008, no valor de R\$6,1 milhões, com recursos do BNDES (FINEM/FINAME) através do Banco Santander, amortizável em 72 (setenta e duas) parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a., indexado a TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento.

#### (iii) CALC com o BNDES

Em 29 de janeiro de 2009, a EDPBR, em conjunto com a EDP Bandeirante a EDP Escelsa e a Energest, como beneficiadoras do crédito, celebraram CALC junto ao BNDES, no montante total de R\$900.000.000,00 (novecentos milhões), tendo por finalidade a realização de investimentos nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia. A EDPBR é fiadora e solidariamente responsável pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato. Trata-se de uma modalidade de financiamento direto (sem intermediação de um agente

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

financeiro), criada pelo BNDES em 2005, que visa simplificar os procedimentos de acesso a linhas de financiamento para empresas ou grandes grupos que representem baixo risco de crédito.

Este contrato foi aprovado em dezembro de 2008, no montante de R\$164,1 milhões para a EDP Escelsa, com a finalidade de implantação de seu programa de investimentos de 2008 a 2010 em expansão, modernização e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica. Os recursos aprovados ficam disponíveis para saque durante 60 (sessenta) meses.

A primeira liberação efetuada para a EDP Escelsa de R\$103,8 ocorreu em 23 de dezembro de 2009, sendo amortizável em 72 (setenta e dois) meses e com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam entre 2,32% e 3,32% a.a. acima da TJLP e juros fixos de 4,50% a.a., vencíveis a partir de 17 de fevereiro de 2010, trimestralmente durante a carência e mensalmente após esse período.

A segunda liberação ocorreu em 24 de fevereiro de 2011 no valor de R\$7,5 milhões, sendo amortizável em 72 (setenta e dois) meses e com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam de 2,32% e 3,32% a.a. acima da TJLP e juros fixos de 4,5% a.a., vencíveis a partir de 17 de fevereiro de 2010 trimestralmente durante a carência e mensalmente após esse período.

A terceira liberação efetuada para a EDP ESCELSA de R\$3,8 milhões ocorreu em 13 de maio de 2011, sendo amortizável em 72 (setenta e dois) meses e com período de carência de principal e juros até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros fixos de 4,50% a.a.

A quarta liberação efetuada para a EDP ESCELSA de R\$16,0 milhões ocorreu em 28 de julho de 2011, sendo amortizável em 70 (setenta) meses, vencendo-se a primeira prestação em 15 de agosto de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam de 2,32% e 3,32% a.a. acima da TJLP.

O vencimento de cada subcrédito a ser liberado às beneficiárias deverá ocorrer no prazo máximo de 120 (cento e vinte) meses, sendo que as beneficiárias se obrigam, nos termos do contrato, a utilizar o total do crédito no prazo de cinco anos a contar de sua data de assinatura.

O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$119,2 milhões.

O vencimento de cada subcrédito a ser liberado às beneficiárias deverá ocorrer no prazo máximo de 120 (cento e vinte) meses, sendo que as beneficiárias se obrigam, nos termos do contrato, a utilizar o total do crédito no prazo de cinco anos a contar de sua data de assinatura. O contrato apresenta hipóteses usuais de inadimplemento.

### Cédulas de Crédito Bancário

Contratos firmados em fevereiro de 2007, no valor total de R\$40,4 milhões, sendo R\$20,2 milhões firmado junto ao Banco do Brasil e R\$20,2 milhões junto ao Banco Santander Banespa. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 105% do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 (cinco) parcelas anuais sendo a primeira em 9 de fevereiro de 2010 e a última em 10 de fevereiro de 2014 e juros semestrais vincendos a partir de 9 de agosto de 2007 a 10 de fevereiro de 2014. As condições são idênticas para ambas as instituições financeiras.

### Nota de Crédito Comercial – Banco do Brasil

Contrato firmado em 24 de junho de 2010, no valor de R\$135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões) na modalidade de Crédito Agroindustrial, liberados integralmente em 28 de junho de 2010. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 100% do CDI. Principal e juros vencíveis em 10 (dez) parcelas semestrais, sendo a primeira em 29 de novembro de 2010 e a última em 29 de maio de 2015.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Nota de Crédito Comercial – Banco do Brasil

Contrato firmado em 27 de maio de 2011, no valor de R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) na modalidade de Crédito Agroindustrial, liberados integralmente em 27 de maio de 2011. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 100% do CDI. Principal e juros vencíveis em uma única parcela, sendo em 9 de maio de 2014. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, calculados semestralmente. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R\$48.088,00 (quarenta e oito mil e oitenta e oito reais).

### Eletrobrás

(i) Programa Luz para Todos - primeira etapa - Contrato ECFS 031/04 - Linha de crédito no valor de R\$31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais), a título de financiamento (RGR) R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás e R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) subvenção econômica concedida pelo Governo do Estado do Espírito Santo – Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003 ("Decreto nº 4.873/03"), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 21 de maio de 2004, sendo que em 2004 foram liberados recursos no montante de R\$11.600.000,00 (onze milhões e seiscentos mil reais), em 2005, R\$10.600.000,00 (dez milhões e seiscentos mil reais), em 2006, R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), em 2008 R\$3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais) totalizando R\$30.200.000,00 (trinta milhões e duzentos mil reais). Sobre o valor do principal incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de outubro de 2004. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de agosto de 2006 até 30 de julho de 2016 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vincendo no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

(ii) Programa Luz para Todos - Segunda etapa - Contrato ECFS 106/05 - Linha de crédito no valor de R\$50.300.000,00 (cinquenta milhões e trezentos mil reais), a título de financiamento (RGR), R\$7.700.000,00 (sete milhões e setecentos mil reais), a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás e R\$7.400.000,00 (sete milhões e quatrocentos mil reais) subvenção econômica concedida pelo Governo do Estado do Espírito Santo - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873/03), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás.

Contrato firmado em 20 de novembro de 2005, sendo que em 2006 foram liberados recursos no montante de R\$20.600.000,00 (vinte milhões e seiscentos mil reais), 2007 R\$26.200.000,00 (vinte e seis milhões e duzentos mil reais), 2008 R\$415.000.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais) e 2010 R\$1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais). Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2006. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de maio de 2008 até 30 de abril de 2018 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vincendo no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

(iii) Programa Luz para Todos – Terceira etapa - Contrato ECFS 181/07 - Linha de crédito no valor de R\$75.800.000,00 (setenta e cinco milhões e oitocentos mil reais), a título de financiamento e R\$10.100.000,00 (dez milhões e cem mil reais), a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873/03 coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 25 de junho de 2007, sendo que em 2008 foram liberados recursos no montante de R\$43.000.000,00 (quarenta e três milhões). Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2008.

As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2010 até 30 de março de 2020 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(iv) Programa Luz para Todos – Quarta etapa - Contrato ECFS 258/09 - Linha de crédito no valor de R\$56,7 milhões, a título de financiamento e R\$7.565.000,00 (sete milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil reais), a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873/03, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 28 de agosto de 2009, sendo que em 2009 foram liberados recursos no montante de R\$19.300.000,00 (dezenove milhões e trezentos mil reais). Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de janeiro de 2010. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de janeiro de 2012 até 30 de dezembro de 2021 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

(v) Programa Reluz - Contrato ECF 2488/05, firmado em 12 de julho de 2007. Linha de crédito no valor de R\$261 mil a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R\$26 mil e R\$188 mil em 11 de outubro de 2007 e 11 de novembro de 2008, respectivamente. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 30 de novembro de 2008 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de dezembro de 2008 e a última em 30 de dezembro de 2013. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(vi) Programa Reluz - Contrato ECF 2500/05, firmado em 12 de julho de 2007. Linha de crédito no valor de R\$380 mil a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R\$38 mil e R\$256 mil em 11 de outubro de 2007 e 11 de novembro de 2008, respectivamente. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 30 de novembro de 2008 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de dezembro de 2008 e a última em 30 de dezembro de 2013. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(vii) Contrato ECF 2481/05, firmado em 30 de setembro de 2008. Linha de crédito no valor de R\$1,23 milhões a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R\$123 mil e R\$801 mil em 29 de dezembro de 2009 e 21 de maio de 2010, respectivamente. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que será capitalizado até 30 de dezembro de 2011 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de janeiro de 2012 e a última em 30 de dezembro de 2016. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

### Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Enerpeixe

O saldo de empréstimos e financiamentos decorre de apoio financeiro do BNDES, no valor total de R\$670 milhões (seiscentos e setenta milhões), aprovado nos termos da decisão de Diretoria do BNDES, n.º 691/2003, de 10 de novembro de 2003, e contratado em 21 de maio de 2004, sendo R\$335 milhões diretamente e R\$335 milhões (trezentos e trinta e cinco milhões) através de agentes financeiros.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

| Sub-crédito | Parcela direta | Parcela indireta |                 |          |          | Total da parcela indireta | Total   |
|-------------|----------------|------------------|-----------------|----------|----------|---------------------------|---------|
|             | BNDES          | Itaú BBA         | Banco do Brasil | Bradesco | Unibanco |                           |         |
| "A"         | 26.184         | 7.855            | 6.546           | 6.546    | 5.237    | 26.184                    | 52.368  |
| "B"         | 235.671        | 70.701           | 58.917          | 58.917   | 47.134   | 235.669                   | 471.340 |
| "C"         | 7.314          | 2.195            | 1.829           | 1.829    | 1.463    | 7.316                     | 14.630  |
| "D"         | 65.831         | 19.749           | 16.458          | 16.458   | 13.166   | 65.831                    | 131.662 |
|             | 335.000        | 100.500          | 83.750          | 83.750   | 67.000   | 335.000                   | 670.000 |

As principais condições do financiamento são:

(i) Amortização: (a) Para os subcréditos "A" e "C", 12 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de março de 2007 e a última em 15 de fevereiro de 2008, já liquidados; e (b) Para os subcréditos "B" e "D", 95 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de março de 2008 e a última em 15 de janeiro de 2016.

(ii) Encargos: (a) Para os subcréditos "A" e "C", taxa variável reajustada trimestralmente com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, acrescido de 4,5% a.a., durante o prazo em que vigorar a fiança da controladora indireta EDP - Energias de Portugal ("EDPPT"); (b) Para os subcréditos "B" e "D", índice Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescido de 4,5% a.a., durante o prazo em que vigorar a fiança da EDPPT; e (c) Os spreads acima mencionados poderão ser de 6% a.a. a partir da data em que vigorar a fiança da controladora direta EDP - Energias do Brasil S.A., em substituição à fiança da EDPPT, o que poderá ocorrer a partir de janeiro de 2008 somente por solicitação da Enerpeixe e da Companhia. Esta taxa poderá ser reduzida para 5% a.a., caso a EDP - Energias do Brasil S.A. apresente índice de capitalização mínimo de 38% e a Enerpeixe S.A. ("Enerpeixe") apresente índice de cobertura do serviço da dívida de 1,3. O índice de cobertura do serviço da dívida é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras, com medição anual sendo realizada em dezembro.

(iii) Garantias e obrigações: (a) Penhor de ações correspondentes a 60% do capital social da beneficiária, detidos pela EDPBR; (b) Penhor dos direitos emergentes da concessão, incluindo, dentre outros: (b.1) os direitos de crédito da beneficiária, decorrentes da venda de energia produzida pela UHE Peixe Angical às Companhias: EDP Bandeirante, EDP Escelsa, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. ("Enersul") e Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A. - CEMAT; (b.2) as garantias constantes do Contrato de Compra e Venda de Energia ("CCVEs"); (c) Manter em conta reserva financeira o valor equivalente a, no mínimo, três meses da parcela de amortização, juros e encargos, bem como, 3 (três) meses de pagamento do Contrato de O&M (Contrato de Operação e Manutenção), durante a fase de amortização; e (d) Carta de fiança da EDPPT, regida pelas leis portuguesas. Em 31 de dezembro de 2011, as cláusulas restritivas desses contratos encontravam-se em pleno atendimento.

Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Investco S.A. ("Investco")

Primeira Emissão de Debêntures

Em outubro de 2001, foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 (vinte cinco mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), com prazo de vencimento de 120 (cento e vinte) meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001), atualizável a partir da data de emissão, pelo IGP-M. A remuneração prefixada à taxa de 12,8% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado. Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães - "UHE Lajeado".

As condições de repactuação serão comunicadas pela Investco e deverão ser obrigatoriamente divulgadas na forma de avisos, em jornal de grande circulação no período de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

até 10 (dez) dias úteis antes do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, devendo, necessariamente, conter prazos e condições do próximo período de remuneração.

Caso os debenturistas não concordem com as condições acordadas ou não ocorra a publicação conforme contrato, os debenturistas poderão exercer o direito de venda à Investco, de suas debêntures sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado. A Companhia obriga-se a adquirir as debêntures pelo seu valor unitário atualizado monetariamente, acrescido, quando necessário, da remuneração calculada pro rata *temporis* definida para o período vencido.

Em 31 de outubro de 2006, foi elaborado o 4º Aditivo à Escritura dessas debêntures, que contempla a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura, deliberando a utilização do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGPM") para atualização das debêntures e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios pré-fixados à taxa de 10,5% a.a., a vigorar no período de vigência da remuneração, a partir de 1º de novembro de 2006.

As debêntures possuíam fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. ("EEVP") e da EDPPT. Em novembro de 2009 foi elaborado o 5º Aditivo à Escritura dessas Debêntures liberando o interveniente garantidor a EEVP, permanecendo, portanto, a EDPPT como única garantidora das debêntures.

O contrato apresenta cláusulas prevendo vencimento antecipado nas seguintes hipóteses:

- a) não pagamento do principal ou juros devidos em razão das debêntures nas respectivas datas de vencimento e/ou amortização;
- b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Investco, cujo valor agregado inadimplido ultrapasse R\$5.000 milhões, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Investco, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis de sua ocorrência;
- c) pedido de concordata preventiva formulado pela Investco ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- d) liquidação ou decretação de falência da Investco, ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- e) não cumprimento pela Investco ou pelas Intervenientes de qualquer obrigação prevista na escritura, não sanada em 30(trinta) dias, contados do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, com exceção de falta de pagamento de principal, juros e/ou qualquer outro valor devido nos termos da escritura;
- f) vencimento antecipado de qualquer dívida da Investco de valor superior a R\$5 milhões (cinco milhões);
- g) alteração estatutária da Emissora, bem como reorganização societária envolvendo a Investco e/ou seus ativos que possa, de qualquer forma, afetar, direta ou indiretamente, o integral cumprimento das obrigações da Investco previstas na escritura;
- h) início de execução de garantia prestada pela Emissora em favor de terceiros, de valor superior a R\$5 milhões, salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má fé, ou se for suspensa ou extinta em até dez dias úteis contados da citação da Investco;
- (i) alteração do controle acionário da Investco, a menos que: (ii) mediante autorização de debenturistas representando dois terços das debêntures em circulação, reunidos em Assembleia de debenturistas especialmente convocada pela Investco para este fim; (iii) não haja qualquer modificação ou alteração das obrigações das Intervenientes, nos termos da cláusula (iv) - Fiança. Em caso de aprovação pelos debenturistas, a Investco deverá resgatar no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da Assembleia de debenturistas, as debêntures detidas pelos debenturistas que não concordaram com a alteração do controle acionário da Investco, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração calculada pro rata *temporis*. Para efeito do disposto neste subitem, uma "Alteração do Controle Acionário" ocorrerá caso as Intervenientes, individual ou conjuntamente, deixem de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 51% do capital votante da Emissora; e
- (v) o contrato de concessão da Investco seja revogado, suspenso, extinto, rescindido ou perca sua eficácia e validade, exceto quando substituído por outro ato de Outorga nos termos da legislação em vigor.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de outubro de 2011, ocorreu a liquidação das debêntures.

### BNDES

(i) Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o BNDES, com interveniência dos Acionistas da Investco e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante total de R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais), com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 (cento e vinte) prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002 e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Investco, nota promissória e cessão de direitos de contratos.

(ii) Contrato de abertura de crédito mediante repasse de empréstimo contratado com o BNDES celebrado com o Banco Itaú, Bradesco, BBA Creditanstalt e Banco ABC, com interveniência dos acionistas da Investco e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência de pagamento do principal pelos 24 (vinte e quatro) meses iniciais e, junto ao do principal, em 120 (cento e vinte) prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002 e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas em caução parte das ações ordinárias de emissão da Investco, nota promissória e cessão de direitos de contratos.

### Banco da Amazônia - BASA

Contrato de financiamento celebrado em 28 de dezembro de 2000, no montante de R\$44,3 milhões, com prazo de amortização de 84 (oitenta e quatro) meses, incluídos 36 (trinta e seis) meses de carência, sendo a primeira parcela do principal exigível em 10 de fevereiro de 2004 e a última em 10 de janeiro de 2011, com juros de 11,5% a.a., exigíveis mensalmente e, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados em alienação fiduciária equipamentos da Usina e fiança bancária do Unibanco S.A. no valor de R\$18,9 milhões. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 14 de março de 2011 em uma única parcela.

### Safra Leasing

Safra Leasing S.A. - Em 10 de março de 2008, foi firmado um contrato de arrendamento mercantil no valor de R\$198 mil. O prazo de amortização desse contrato é de 36 (trinta e seis) meses. Os encargos financeiros são variação do CDI acrescidos de 1,45% a.a., o pagamento da primeira parcela ocorreu em 14 de abril de 2008 e a última parcela tem vencimento previsto para 14 de março de 2011. O bem arrendado pela Investco foi um microônibus para uso exclusivo dos funcionários da Usina. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 14 de março de 2011 em uma única parcela.

### Cédula de Crédito Bancário

(i) Banco Alfa de Investimentos S.A.

Em 29 de dezembro de 2010, foi firmado um contrato de abertura de crédito junto ao Banco Alfa de Investimentos S.A. no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais). O prazo de amortização desse contrato é de 90 (noventa) dias, em parcela única. Sobre o valor do principal, incidirá juros correspondentes a 106% do CDI, com pagamento no final do contrato. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 30 de março de 2011 em uma única parcela.

(ii) Banco do Brasil

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 20 de dezembro de 2011, foi firmado um contrato de abertura de crédito junto ao Banco do Brasil no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais). O prazo de amortização desse contrato é de 90 (noventa) dias, em parcela única. Sobre o valor do principal, incidirá juros correspondentes a 107% do CDI, com pagamento no final do contrato.

### Ações recebíveis cumulativas

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Investco, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato de a Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39. A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Pantanal Energética Ltda. ("Pantanal")

Contrato firmado em fevereiro de 2002, destinado a implantação das três Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, sendo Viçosa e São João no Estado do Espírito Santo e Paraíso no Estado de Mato Grosso do Sul. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R\$30,0 milhões e de R\$17,6 milhões em 2004 e R\$5,6 milhões em 2007. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,5% a.a., acrescido da variação da TJLP, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de junho de 2012. As garantias pactuadas são: (i) a vinculação dos recebíveis oriundos das autorizações outorgadas pela ANEEL, sejam por extinção das autorizações, compra e venda de energia elétrica e direito de gerar energia elétrica por suas PCHs; e (ii) do penhor de ações ordinárias nominativas, que compreendem a totalidade da participação da Energest na Investco. No contexto da transferência da concessão da PCH Paraíso da Companhia para a Pantanal, os saldos deste financiamento correspondente à PCH Paraíso, bem como as respectivas condições estabelecidas no contrato, foram transferidos para a Pantanal.

Empréstimos e financiamentos que pertenciam à CESA, transferidos para a Pantanal:

BNDES (moeda estrangeira) - Contrato firmado em fevereiro de 2002, destinado a implantação das três Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, sendo Viçosa e São João no Estado do Espírito Santo e Paraíso no Estado de Mato Grosso do Sul. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R\$9,3 milhões. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,5% a.a., acrescido da variação da UMBNDES, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 16 de julho de 2012. As garantias pactuadas são: (i) a vinculação dos recebíveis oriundos das autorizações outorgadas pela ANEEL, sejam por extinção das autorizações, compra e venda de energia elétrica e direito de gerar energia elétrica por suas PCHs; e (ii) do penhor de ações ordinárias nominativas, que compreendem a totalidade da participação da Energest na Investco. No contexto da transferência da concessão da PCH Paraíso da Companhia para a Pantanal, os saldos deste financiamento correspondente à PCH Paraíso, bem como as respectivas condições estabelecidas no contrato, foram transferidos para a Pantanal.

BNDES (moeda nacional) - Contrato firmado em 13 de novembro de 2009, no valor de R\$25,4 milhões. A primeira liberação efetuada para a Companhia foi de R\$4,8 milhões, que ocorreu em 22 de abril de 2010 e a segunda liberação foi de R\$15,1 milhões, que ocorreu em 13 de maio de 2010, sendo amortizáveis em 97 (noventa e sete) e 96 (noventa e seis) meses, respectivamente e, vencendo-se a primeira prestação de ambas em 15 de junho de 2010 e a última em 15 de maio de 2018, com juros que variam de 1,92% acima da TJLP e juros fixos de 4,50%. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 1,8 vezes a prestação vencida deste contrato.

Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Energest

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BNDES - Contrato firmado em outubro de 2001, com repasse de recursos através dos Bancos Itaú (líder), Alfa e Sudameris, destinado a investimentos na instalação da 4ª unidade geradora na UHE Mascarenhas. No exercício de 2001, foram liberados recursos no montante de R\$24,1 milhões. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 3,5% a.a. acrescido da variação da TJLP (moeda nacional) e de 3,5% a.a. acrescido da variação da UMBNDES (moeda estrangeira), exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de outubro de 2010. A garantia pactuada é a vinculação das receitas oriundas da prestação de serviços de energia elétrica, no valor equivalente a, no mínimo, 1,4 vezes o valor da maior prestação devida pela beneficiária. Este contrato foi quitado em 15 de outubro de 2010.

Repasse de Recursos Captados em Reais no Exterior – contrato junto ao Banco Santander S.A., n.º 231006029, firmado em 12 de fevereiro de 2009, pela Energest no valor de R\$21,3 milhões, pelo prazo de 60 (sessenta) dias com vencimento final em 13 de abril de 2009, à taxa de 123,50% do CDI. A amortização e os juros serão pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia: aval em nota promissória e fiança da Energest. Esta operação, em 13 de abril de 2009, através de um aditamento ao contrato teve seu prazo de liquidação prorrogado para 12 de junho de 2009, mantendo ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original. Em 12 de junho, esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de setembro de 2009, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 10 de setembro de 2009, esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de março de 2010, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 09 de março de 2010, esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 09 de março de 2011, com manutenção das cláusulas de condições do contrato original e taxa de 113,50% do CDI. Em 9 de março de 2011 esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 5 de março de 2012 e taxa de 113,50% do CDI.

Cédulas de Crédito Bancário - Contrato firmado em fevereiro de 2008, no valor total de R\$48,0 milhões, junto ao Banco do Brasil. Sobre o valor do empréstimo incide juros à razão de 106,6% do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencendo em 5 (cinco) parcelas anuais sendo a primeira em 20 de fevereiro de 2011 e a última, em 20 de fevereiro de 2015, e juros semestrais vencendo a partir de 20 de agosto de 2008 a 20 de fevereiro de 2015. Esta operação estabelece *covenant* da relação dívida líquida/ EBITDA em índice não superior a 3,5.

Empréstimos e financiamentos que pertenciam à CESA, transferidos para a Energest:

Repasse de Recursos Captados em Reais no Exterior - Contrato junto ao Banco Santander S.A., n.º 231006019, firmado em 12 de fevereiro de 2009, pela CESA no valor de R\$11,8 milhões, pelo prazo de 60 (sessenta) dias com vencimento final em 13 de abril de 2009, à taxa de 123,50% do CDI. A amortização e os juros serão pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia: aval em nota promissória e EDPBR como Interveniente Garantidor. Esta operação, através de aditamentos, teve suas liquidações prorrogadas e se seu vencimento foi repactuado para 10 de março de 2010, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em março de 2010, esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para março de 2011, com taxa de 113,5% do CDI e manutenção das cláusulas de condições do contrato original. Em 9 de março de 2011 esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 5 de março de 2012 e taxa de 113,50% do CDI.

BNDES - Contrato firmado em 13 de novembro de 2009, no valor de R\$25,4 milhões. A primeira liberação efetuada para a CESA de R\$4,8 milhões ocorreu em 22 de abril de 2010 e a segunda liberação de R\$15,1 milhões ocorreu em 13 de maio de 2010, sendo amortizáveis em 96 (noventa e seis) meses, respectivamente e, vencendo-se a primeira prestação de ambas em 15 de junho de 2010 e a última em 15 de maio de 2018, com juros que variam de 1,92% acima da TJLP e juros fixos de 4,50%. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 1,8 vezes a prestação vencida deste contrato

Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Costa Rica Ltda. ("Costa Rica")

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Eletrobrás - Financiamento ECF-1.568/97 – Contrato assinado pela Enersul, em 4 de novembro de 1997, no valor de R\$5,4 milhões, para financiamento da construção da Usina Hidrelétrica de Costa Rica, com recursos do Fundo de Investimentos da Eletrobrás – FINEL ("FINEL"), com juros de 6,5% a.a., com término em 31 de maio de 2014, amortização em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com garantia em receita e nota promissória. Contrato repassado para a Costa Rica, por meio do Contrato Particular de Promessa de Liberação de Devedor.

Informações adicionais sobre o serviço da dívida de Santa Fé Energia S/A

BNDES - Contrato firmado em maio de 2009, com repasse de recursos pelo Banco do Brasil. No dia 29 de maio de 2009, foram liberados recursos no montante de R\$64.000.000,00 (sessenta e quatro milhões de reais) e em 27 de abril de 2010 foram liberados o saldo remanescente deste contrato no valor de R\$ 11,6 milhões. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 1,9% a.a., acrescido da variação da TJLP, exigíveis mensalmente a partir de 15 de março de 2010, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de fevereiro de 2024. A garantia pactuada prevê o penhor de ações da beneficiária em 100% a favor do Agente Financeiro.

Informações adicionais sobre o serviço da dívida da controlada em conjunto Porto do Pecém

BNDES - Contrato firmado em julho de 2009 e primeira liberação ocorrida em 14 de outubro de 2009, no valor de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) do financiamento de longo prazo. Em julho de 2010, ocorreu a segunda liberação no valor de R\$260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de reais). Em dezembro de 2010, ocorreu a terceira liberação no valor de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais). A quarta liberação ocorreu em maio de 2011, no valor de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). Em setembro de 2011 ocorreu a quinta liberação, no valor de R\$95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de reais). Em dezembro de 2011 ocorreu a sexta liberação, no valor de R\$46.600.000,00 (quarenta e seis milhões e seiscentos mil reais). Os montantes liberados permitiram a quitação dos empréstimos ponte em reais e ainda cobrirá os desembolsos previstos na implantação do empreendimento. O contrato de financiamento com o BNDES prevê um empréstimo no valor de R\$1,4 bilhão (um bilhão e quatrocentos mil reais) (em valores nominais, excluindo juros durante a construção), com prazo total de 17 anos, sendo 14 (quatorze) anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo contratado é de TJLP mais 2,77% a.a. Durante a fase de construção, os juros serão capitalizados.

BID - Contrato firmado em julho de 2009 e primeira liberação ocorrida em 30 de outubro de 2009 no valor de US\$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de dólares) do financiamento de longo prazo. A segunda liberação ocorreu em agosto de 2010 no valor de US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares). A terceira liberação ocorreu em fevereiro de 2011 no valor de US\$9 milhões (nove milhões de dólares). O montante total desembolsado consiste em US\$143.800.000,00 (cento e quarenta e três milhões e oitocentos mil dólares) do empréstimo direto ("A Loan") e em US\$176.000.000,00 (cento e setenta e seis milhões de dólares) do empréstimo indireto ("B Loan"). O contrato de financiamento com o BID prevê um A Loan no montante total de US\$ 176,0 milhões, e B Loan no montante total de US\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de dólares), com prazo total de 17 (dezessete) anos no A Loan e 13(treze) anos no B Loan, com carência para pagamento de juros e principal até novembro de 2012. As taxas iniciais do A Loan e B Loan são Libor + 350 bps e Libor + 300 bps, respectivamente, com *step ups* ao longo do período. O referido empréstimo de longo prazo, em dólares americanos, por sua vez, já foi objeto de contratação tanto de hedge cambial quanto de swap de taxa de juros (de Libor para taxa fixa). O consórcio responsável pelo B Loan é composto pelos bancos Millenium BCP, Caixa Geral de Depósitos e Calyon.

Em 31 de dezembro de 2010 a cláusula restritiva operacional (covenants), referente ao contrato de serviço para tratamento de águas residuais, de instalações para transporte de carvão e de instalações para descarregamento de carvão, englobada no contrato de financiamento com o BID encontrava-se em descumprimento. A controlada Porto do Pecém obteve uma prorrogação do prazo até 31 de maio de 2011 e posteriormente até 31 de maio de 2011, para

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

eliminar esta restrição. A regularização ocorreu dentro do prazo estipulado. Em 31 de dezembro de 2011 todas as cláusulas restritivas encontram-se devidamente cumpridas.

### Resultado dos swaps

Operação de proteção junto ao Banco Citibank de NDF (*Non Deliverable Forwards*), firmado em 17 de outubro de 2007, no valor total de US\$639 milhões, com vencimentos entre janeiro de 2008 e outubro de 2012, com a paridade inicial contratada de R\$/US\$1.8138. Tendo em vista liquidações antecipadas e vencidas até 31 de dezembro de 2011, o notional em aberto nesta data-base é de US\$327,0 milhões.

Operação de proteção junto aos Bancos Citibank e BTG Pactual de NDF (*Non Deliverable Forwards*), firmado em 30 de junho de 2009, no valor total de EUR26.060, com vencimentos entre julho de 2009 e janeiro de 2012, com a paridade inicial contratada de EUR/US\$1.4040. Tendo em vista liquidações vencidas até 31 de dezembro de 2011, o notional em aberto neste data-base é de EUR132.

Operação de proteção junto aos Bancos HSBC e BTG Pactual de NDF (*Non Deliverable Forwards*), firmado em 1º de julho de 2009, no valor total de EUR10.134, com vencimentos entre julho de 2009 e janeiro de 2012, com a paridade inicial contratada de EUR/R\$2.7300. Tendo em vista liquidações vencidas até 31 de dezembro de 2011, o notional em aberto neste data-base é de EUR51.

Operação de proteção junto ao Banco Citibank de NDF (*Non Deliverable Forwards*), firmado em 30 de junho de 2009, no valor total de US\$56.163, com vencimentos entre julho de 2009 e novembro de 2011, com a paridade inicial contratada de US\$/R\$1.9678. Em 30 de novembro de 2011 a operação foi liquidada.

Operação de Swap junto ao Banco Citibank, contratado em 16 de outubro de 2007, no valor de US\$140,5 milhões, com início em 2 de abril de 2012 e vencimento final em 1º de outubro de 2024, onde a Porto do Pecém paga na ponta passiva variação do US\$ acrescido de 5,82% a.a. e o Banco na ponta ativa paga 100% de Libor.

Operação de Swap junto ao Banco Citibank, contratado em 16 de outubro de 2007, no valor de US\$186,5 milhões, com início em 2 de abril de 2012 e vencimento final em 1º de outubro de 2021, onde a Porto do Pecém paga na ponta passiva variação do US\$ acrescido de 5,79% a.a. e o Banco na ponta ativa paga 100% de Libor.

Operação de Swap junto ao Banco Citibank, para a cobertura dos juros capitalizados durante a construção da usina Porto do Pecém referentes ao financiamento junto ao BID, contratado em 2 de julho de 2009, no valor de US\$1.249.288.739,00 (um bilhão, duzentos e quarenta e nove milhões, duzentos e oitenta e oito mil, setecentos e trinta e nove dólares) montante referente ao saldo acumulado previsto para 4 tranches do financiamento do BID, sendo a exposição aproximada de US\$36.000.000 (trinta e seis milhões de dólares), com início em 16 de novembro de 2009 e vencimento final em 16 de novembro 2011, onde a companhia paga na ponta passiva variação do dólar acrescida de 2,085% a.a. e o Banco paga na ponta ativa 100% de Libor.

### Informações adicionais sobre o serviço da dívida da ECE

Cédulas de Crédito Bancário - Banco do Brasil - Linha de crédito contratada em 26 de outubro de 2011 no valor de R\$360.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais), destinado como empréstimo ponte para Implementação do Projeto de Construção da UHE JARI, à taxa de 109%do CDI, com vencimento em 13 de outubro de 2013. Os desembolsos ocorrerão conforme necessidade. Em dezembro de 2011 ocorreu a primeira liberação no valor de R\$ 54,7 milhões.

### Informações adicionais sobre o serviço da dívida da CEJA



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Primeira Emissão de Debêntures - Em 24 de outubro de 2011, a CEJA realizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos.

Foi emitido o total de 300 (trezentas) debêntures, de valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), com subscrição integral no valor total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com vigência até 11 de outubro de 2013, pagamento de juros remuneratórios na data de vencimento.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 110,50% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP (Taxa DI), com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (acréscimo sobre a Taxa DI), de acordo com a fórmula estabelecida na escritura de emissão.

Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento da Companhia e redução dos seus custos financeiros.

Cédulas de Crédito Bancário - Itaú-Unibanco - Linha de crédito contratada em 11 de outubro de 2011 no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), destinado como empréstimo ponte para Implementação do Projeto de Construção da UHE JARI, com vencimento para 45 (quarenta e cinco) dias, às taxas de 110,5% e 113,0% do CDI. O financiamento foi liquidado em 21 de novembro de 2011.

Informações adicionais sobre o serviço da dívida da EDP Renováveis Brasil S.A. ("EDP Renováveis").

Banco do Brasil

Em 24 de janeiro de 2011, a EDP Renováveis assinou, junto ao Banco do Brasil, o contrato de financiamento no montante de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), com vencimento em 30 de junho de 2011, e incidência de juros de (i) 110% do CDI para os valores liberados até 31 de março de 2011; e (ii) ao percentual do CDI negociado de comum acordo entre as partes para os valores liberados a partir de 1º de abril de 2011.

Em 1º de Agosto de 2011, a EDP Renováveis assinou, junto ao Banco do Brasil, o contrato de financiamento no montante de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), destinado a capital de giro da EDP Renováveis, cujo vencimento será em 02 de julho de 2012. Sobre os valores liberados incidem juros à razão de 107% da variação do CDI.

Informações adicionais sobre o serviço da dívida da CENAEEL.

BNDES e BRDE - Contrato firmado em 19 de maio de 2006 nos valores de R\$ 11,1 e R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), junto ao BNDES e BRDE ("BANCOS"), respectivamente, que entre 1º de junho e 31 de julho de 2006, a EDP Renováveis captou, junto aos BANCOS, recursos para o financiamento da construção da Usina Eólica de Água Doce, à taxa de 3,50% (BNDES) e 4,50% (BRDE) a.a. (a título de spread), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP instituída pela Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, como Critério Legal de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do FAT, divulgada pelo Banco Central do Brasil na forma da citada lei, cujo montante está sendo amortizado em 144 (cento e quarenta e quatro) parcelas com vencimento inicial em 15 de outubro de 2007 e final em 15 de setembro de 2019. Como garantias para essas obrigações, a Companhia designou o penhor de todas as ações representativas do seu capital social e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro.

Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Elebrás Projetos S.A. ("Elebrás").

Banco do Brasil

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 21 de janeiro de 2010, a controlada direta Elebrás assinou junto ao Banco do Brasil o contrato de financiamento "ponte" para o Projeto eólico de Tramandaí, no montante de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), com vencimento em 16 de janeiro de 2011, e incidência de juros de 104% do CDI, calculados a partir de cada desembolso e devidos semestralmente a partir da data do primeiro desembolso. Em 31 de março de 2011, o montante sacado foi de R\$232.250. Esse financiamento possui a fiança da EDPBR

Em 14 de janeiro de 2011, a controlada direta Elebrás assinou junto ao Banco do Brasil o primeiro aditivo do contrato de financiamento "ponte" para o Projeto eólico de Tramandaí para alterar (i) o valor do crédito para R\$307.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais); (ii) o vencimento do contrato para 30 de junho de 2011; (iii) a incidência de juros para 108% do CDI sobre o saldo desembolsado; (iv) a incidência de juros de 109% para os valores desembolsados de 14 de janeiro de 2011 a 4 de fevereiro de 2011; e (v) a incidência de encargos financeiros correspondentes ao percentual do CDI, negociado de comum acordo entre as partes. Em 17 de janeiro de 2011, foi assinado o segundo aditivo para alterar a data de vencimento dos encargos para 16 de junho de 2011, com taxa a 108% do CDI.

A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em agosto de 2011 em uma única parcela.

### BNDES

Em 29 de março de 2011, a EDP Renováveis assinou, junto ao BNDES, o contrato de financiamento no montante de R\$227.700.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões e setecentos mil reais), divididos nos sub-créditos "A" R\$ 71.300.000,00 (setenta e um milhões e trezentos mil reais) e "B" R\$ 156.400.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões e quatrocentos mil reais), os quais foram parcelados em 192 (cento e noventa e duas) prestações mensais e sucessiva, vencendo-se a primeira em 15 de novembro de 2011 e a última em 15 de outubro de 2027 e 113 (cento e treze) prestações mensais e sucessiva, vencendo-se a primeira em 15 de novembro de 2011 e a última em 15 de março de 2021, respectivamente, com a incidência de juros de 2,18% a.a. acima da TJLP para o sub-crédito "A" e 5,50% a.a. para o sub-crédito "B".

A primeira liberação em 22 de julho de 2011, no valor total de R\$210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais), onde R\$53.600.000,00 (cinquenta e três milhões e seiscentos mil reais) à taxa de 2,18% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP instituída pela Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, como Critério Legal de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do FAT, divulgada pelo Banco Central do Brasil na forma da citada lei, com recursos do BNDES (FAT) através do Banco do Brasil, e o restante, no valor de R\$156,4 milhões, à taxa de 5,50% a.a. com recursos do BNDES (FINEM/FINAME) através do Banco do Brasil, amortizáveis em 192 (cento e noventa e duas) parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de novembro de 2011 e a última em 15 de outubro de 2027.

A segunda liberação em 29 de agosto de 2011, no valor de R\$17,7 milhões, à taxa de 5,5% a.a., com recursos do BNDES (FAT) através do Banco do Brasil, amortizável em 113 (cento e treze) parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de novembro de 2011 e a última em 15 de março de 2021.

Esta operação estabelece garantias as ações detidas pela EDPBR e cessão fiduciária de direitos sobre o CCVE nº 015/2004. Também estabelece Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,3 vezes.

### (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2011, as controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa possuíam disponível uma linha de financiamento junto ao Banco Europeu de Investimentos ("BEI") no montante de EUR 45 milhões respectivamente cada uma. Até esta data não ocorreu nenhum desembolso referente a estes contratos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas quirografárias. As nossas dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não estamos sujeitos a nenhuma restrição em nossa capacidade de nos endividar, distribuição de dividendos e/ou alienarmos ativos.

No entanto, poderá ser declarado o vencimento antecipado de certos contratos de financiamento celebrados por nossas controladas caso haja transferência de nosso controle.

Nossas controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa, Energest, Elebrás, Ceneel e Santa Fé são partes de contratos de financiamento que incluem cláusulas restritivas ("covenants") que limitam a capacidade dessas companhias de se endividarem:

EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Energest devem manter relação dívida bruta/ EBITDA em índice não superior a 3,5.

A EDP Bandeirante deve adicionalmente manter uma relação entre a sua dívida total e a soma da dívida total mais patrimônio líquido em índice não superior a 0,55.

A Elebrás deve manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") de, no mínimo, 1,3 vezes.

A Ceneel deve manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") de, no mínimo, 1,4 vezes.

A Santa Fé Energia S/A deve manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") de, no mínimo, 1,2 vezes, por força do contrato de financiamento com o BNDES.

Adicionalmente, os contratos de financiamento e de abertura de crédito celebrados pela Investco e o BNDES em 21 de setembro de 2000 estabelecem cláusulas contratuais restritivas (covenants) de nível de capitalização mínimo (patrimônio líquido pelo ativo total) e de recursos em caixa, ambas atendidas em 31 de dezembro de 2011.

Nossas controladas tem atendido aos índices estipulados nos covenants financeiros a que estão sujeitas. O descumprimento de quaisquer desses covenants pode resultar na antecipação do vencimento dos contratos de financiamento das nossas controladas.

Nossas controladas EDP Bandeirante, Pantanal, Enerpeixe, Santa Fé, Ceneel e Elebrás são partes de contratos de financiamento que incluem covenants que limitam a capacidade dessas companhias de pagarem dividendos:

Enerpeixe - Por força do contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 21 de maio de 2004, a Enerpeixe somente poderá distribuir dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório caso obtenha a prévia autorização do BNDES e dos agentes financeiros (Banco do Brasil, Banco Bradesco S/A, Banco Itaú BBA S/A e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A).

Enerpeixe – Nos termos do Contrato de Suporte dos Acionistas, datado de 21 de maio de 2004, nos comprometemos a somente aceitar ou receber qualquer distribuição de lucros (a título de dividendo ou juros sobre capital próprio) da ENERPEIXE (i) caso o BNDES e o Banco do Brasil tenham sido notificados da intenção de tal distribuição com pelo menos 15 (quinze) dias de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

antecedência, e a tenham aprovado expressamente e por escrito; (ii) caso não tenha havido nenhum descumprimento sob os termos dos contratos de financiamento com o BNDES; e (iii) caso os saldos das aplicações financeiras para reserva do serviço da dívida decorrente dos contratos financeiros com o BNDES estejam conforme exigidos nos contratos.

Santa Fé - Por força do contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 11 de maio de 2009, a Santa Fé somente poderá distribuir dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório caso obtenha a prévia autorização do BNDES e do Banco do Brasil.

Cenaeel – Por força do contrato de financiamento celebrado com o BNDES e BRDE em 31 de julho de 2006, a Cenaeel não pode fazer nenhum pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, aos seus acionistas diretos ou indiretos caso não seja atendido o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida específico para pagamento de dividendos de, no mínimo, 1,4 vezes.

Elebrás – Por força do contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 29 de março de 2011, a Elebras não pode fazer nenhum pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, aos seus acionistas diretos ou indiretos caso não seja atendido o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida específico para pagamento de dividendos de, no mínimo, 1,3 vezes. .

A escritura da segunda emissão de debêntures da nossa controladora EDP Escelsa apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 1 dia útil contado da data do inadimplemento;

(ii) descumprimento, pela Emissora, da manutenção dos índices financeiros (Dívida bruta em relação ao EBITDA e EBITDA no período de apuração, acrescido de caixa no início do período de apuração, acrescido de linhas de crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração, acrescidas do aumento no montante de dívida que tenha sido desembolsada durante o período de apuração em relação à despesa financeira bruta no período de apuração, acrescida da porção da dívida vincenda durante o período de apuração, excluída da receita financeira da variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida no período de apuração, excluída da receita financeira de operações de hedge e swap no período de apuração, atendidos integralmente até o momento);

(iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela mesma no prazo legal;

(iv) falência formulado pela Emissora;

(v) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;

(vi) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; e

(vii) perda da concessão para distribuição de energia elétrica.

Finalmente, a escritura da 4ª emissão de debêntures da nossa controlada EDP Bandeirante apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

(i) descumprimento, pela EDP Bandeirante, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, exceto as previstas nas alíneas "a" a "g" do subitem "Hipóteses de Vencimento

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Antecipado" do item "Vencimento Antecipado" acima, não sanada em 30 dias contados da data do inadimplemento;

(ii) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a EDP Bandeirante, no mercado local ou internacional em valor unitário ou cumulativo ultrapasse R\$40.000.000,00, que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da EDP Bandeirante na Escritura de Emissão;

(iii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da EDP Bandeirante, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da EDP Bandeirante; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de debenturistas titulares de debêntures que representem 2/3 das debêntures em circulação; ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei 6.404;

(iv) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a EDP Bandeirante estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, no contrato de distribuição e/ou nos demais documentos da oferta; e

(v) descumprimento pela EDP Bandeirante da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA, não superior a 3,5 nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

Por último, a escritura da primeira emissão de debêntures da nossa controlada CEJA apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

(i) Se a Emissora não pagar pontualmente quaisquer valores devidos aos Debenturistas, uma vez decorrido 05 (cinco) Dias Úteis da notificação para pagamento entregue à Emissora pelo Agente Fiduciário;

(ii) Se a Emissora requerer sua recuperação extrajudicial ou tiver sua recuperação judicial ou sua falência decretada; e

(iii) Se a Emissora deixar de fornecer seus balanços anuais auditados por empresa de primeira linha durante todo o período de vigência das Debêntures.

### **g. limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Possuímos um limite de crédito de R\$656 milhões junto ao BNDES, correspondente ao saldo remanescente do CALC - Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.1025.1. Essa linha de crédito poderá ser utilizada para financiar investimentos de CAPEX nas nossas controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa – Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. e Energest.

A ECE Participações possui um limite de crédito de R\$305 milhões junto ao Banco do Brasil, correspondente ao saldo remanescente da Cédula de Crédito Bancário. Essa linha serve como empréstimo "ponte" para Implementação do Projeto de Construção da UHE Santo Antônio do Jari.

A UTE Porto do Pecém I dispõe de limites de créditos junto ao BNDES e ao BID de R\$ 118,4 milhões e US\$ 7,2 milhões, respectivamente.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A discussão a seguir sobre a situação financeira e o resultado das operações da EDPBR reflete o entendimento dos nossos Diretores e deverá ser lida junto com as demonstrações financeiras da Companhia relativa aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, e respectivas notas explicativas.

### Resultados operacionais em 2010 e 2011

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à demonstração de resultados consolidada e as variações ocorridas nos períodos apresentados. Ressaltamos que ocorreram reclassificações nos valores relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para fins de comparabilidade.

| Demonstração do Resultado do Exercício  | 31/12/2010         | AV <sup>(1)</sup> | 31/12/2011         | AV <sup>(1)</sup> | Variação<br>12/10 -<br>12/11<br>(%) |
|---|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------------------------|
| <b>Receita operacional líquida</b>  | <b>5.034.316</b>   | 100,0%            | <b>5.401.662</b>   | 100,0%            | <b>7,3%</b>                         |
| <b>Custo do serviço de energia elétrica</b>                                   |                    |                   |                    |                   |                                     |
| <b>Custo com energia elétrica</b>   | <b>(2.698.220)</b> | -53,6%            | <b>(2.954.220)</b> | -54,7%            | <b>9,5%</b>                         |
| Energia elétrica comprada para revenda  | (2.083.074)        | -41,4%            | (2.302.822)        | -42,6%            | 10,5%                               |
| Encargos de uso da rede elétrica  | (615.146)          | -12,2%            | (651.398)          | -12,1%            | 5,9%                                |
| <b>Custo de operação</b>  | <b>(623.600)</b>   | -12,4%            | <b>(687.521)</b>   | -12,7%            | <b>10,3%</b>                        |
| Pessoal   | (151.934)          | -3,0%             | (167.551)          | -3,1%             | 10,3%                               |
| Materiais e serviços de terceiros   | (199.457)          | -4,0%             | (222.686)          | -4,1%             | 11,6%                               |
| Depreciações e amortizações   | (242.433)          | -4,8%             | (261.194)          | -4,8%             | 7,7%                                |
| Outros custos de operação   | (29.776)           | -0,6%             | (36.090)           | -0,7%             | 21,2%                               |
| <b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>                                  | <b>(6.050)</b>     | <b>-0,1%</b>      | <b>(5.548)</b>     | <b>-0,1%</b>      | <b>-8,3%</b>                        |
| <b>Lucro operacional bruto</b>  | <b>1.706.446</b>   | 33,9%             | <b>1.754.373</b>   | 32,5%             | <b>2,8%</b>                         |
| <b>Despesas operacionais</b>  | <b>(521.514)</b>   | -10,4%            | <b>(562.395)</b>   | -10,4%            | <b>7,8%</b>                         |
| Despesas com vendas   | (80.252)           | -1,6%             | (41.825)           | -0,8%             | -47,9%                              |
| Despesas gerais e administrativas   | (280.289)          | -5,6%             | (310.483)          | -5,7%             | 10,8%                               |
| Depreciações e amortizações   | (81.425)           | -1,6%             | (84.395)           | -1,6%             | 3,6%                                |
| Outras despesas operacionais  | (79.548)           | -1,6%             | (125.692)          | -2,3%             | 58,0%                               |
| <b>Resultado do serviço</b>   | <b>1.184.932</b>   | 23,5%             | <b>1.191.978</b>   | 22,1%             | <b>0,6%</b>                         |
| <b>Resultado das participações societárias</b>                                | <b>(1.837)</b>     | 0,0%              | <b>(3.486)</b>     | -0,1%             |                                     |
| Receitas financeiras  | 258.123            | 5,1%              | 244.061            | 4,5%              | -5,4%                               |
| Despesas financeiras  | (455.513)          | -9,0%             | (527.503)          | -9,8%             | 15,8%                               |
| <b>Resultado financeiro</b>   | <b>(197.390)</b>   | -3,9%             | <b>(283.442)</b>   | -5,2%             | <b>43,6%</b>                        |
| <b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>               | <b>985.705</b>     | 19,6%             | <b>905.050</b>     | 16,8%             | <b>-8,2%</b>                        |
| Imposto de renda e contribuição social correntes                              | (229.254)          | -4,6%             | (234.587)          | -4,3%             | 2,3%                                |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos                              | (19.810)           | -0,4%             | 21.249             | 0,4%              | -207,3%                             |
| <b>Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio</b>        | <b>736.641</b>     | 14,6%             | <b>691.712</b>     | 12,8%             | <b>-6,1%</b>                        |
| Reversão dos juros sobre capital próprio                                      | -                  | 0,0%              | -                  | 0,0%              |                                     |
| <b>Lucro líquido antes da participação minoritária e partes beneficiárias</b> | <b>736.641</b>     | 14,6%             | <b>691.712</b>     | 12,8%             | <b>-6,1%</b>                        |
| Participações dos não controladores   | (136.926)          | -2,7%             | (181.388)          | -3,4%             | 32,5%                               |
| Partes beneficiárias  | (17.157)           | -0,3%             | (19.610)           | -0,4%             | 14,3%                               |
| <b>Lucro Líquido do exercício</b>   | <b>582.558</b>     | 11,6%             | <b>490.714</b>     | 9,1%              | <b>-15,8%</b>                       |

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

### Receita operacional líquida

O total da receita operacional líquida verificada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 atingiu um valor de R\$5.401.662, o que representa um aumento de 7,3% em relação ao mesmo período do exercício social anterior, quando o valor foi de R\$5.034.316. Os principais determinantes da variação da receita líquida em 2011 foram:

- Na geração:

- Na Lajeado Energia, em 2011, foram realizadas operações de compra e venda de energia nos mesmos volumes para obtenção de margem comercial. Essas operações já haviam sido realizadas no ano de 2010, porém em 2011 houve elevação do preço dessa energia em relação à mesma operação realizada no ano anterior. Essas operações abrangeram aproximadamente

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10% do volume total vendido por Lajeado e foram responsáveis pela variação do preço médio de venda de energia acima do IGP-M e do IPCA.

- Na Energest houve aumento no volume de energia comercializada, decorrente do incremento da Garantia Física da UHE Mascarenhas e do aumento do nível de contratação da geradora. Esse acréscimo na energia foi comercializado em operações de curto prazo, o que reduziu levemente o preço médio de energia em 2011 em comparação ao preço de 2010 reajustado pelo IGP-M ou IPCA, mas aumentou a receita total de venda de energia da empresa.

- Na Enerpeixe, a variação de preço médio de venda de energia é decorrente da variação do IGP-M associado aos reajustes contratuais ao longo do ano.

- Na distribuição:

- Aumento de 2,9% no volume de energia vendida a clientes finais impulsionado, principalmente, pelo aumento no consumo da classe residencial e comercial. A expansão da base de clientes, o aumento do rendimento médio domiciliar per capita nacional em 2,5% em 2011 e a queda da taxa média de desemprego em 2011 para 6,0%, o menor patamar histórico desde 2002 (início da série histórica do IBGE), contribuíram para o aumento de consumo verificado nesses segmentos. Por outro lado, a classe industrial se manteve estável, no consumo anual, como resultado das migrações de clientes para o mercado livre e do arrefecimento da produção industrial nacional, principalmente no estado de São Paulo.

- Aumento de 4,2% do volume de energia distribuída a clientes livres em 2011, frente à 2010, resultante da migração de clientes cativos para o mercado livre (23 em 2011 e 13 em 2010).

- Impacto das novas regras instituídas com os procedimentos para revisão tarifária relativas à receita de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente (PRORET 2.7) que passaram a ser contabilizadas como Obrigações Especiais em Curso, a partir da data contratual de revisão tarifária do 3º Ciclo de Revisões. Desse modo, a EDP Bandeirante está provisionando o montante de R\$ 7.300 referentes ao período de 23 de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, reduzindo a Receita Operacional. Caso a provisão não tivesse sido feita, a Receita Líquida em 2011 teria aumentado 7,4% em relação a 2010. Quando do 4º Ciclo de Revisões Tarifárias, o valor acumulado nessa subconta receberá o tratamento usual de depreciação dos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações Especiais.

- Reajuste tarifário anual médio na EDP Escelsa de 6,89% a partir de 07 de agosto de 2011 com efeito médio percebido pelos consumidores cativos de 2,97%, considerando os ajustes financeiros referentes a períodos anteriores.

- Na comercialização:

- A receita líquida apresentou crescimento de 24,3% em 2011 em comparação ao ano anterior, em decorrência, principalmente, do aumento de 18,0% no volume comercializado, reflexo da intensificação das negociações de curto e médio prazo, e aumento de preço médio da energia decorrente da variação do IGP-M associado aos reajustes contratuais ao longo do ano.

### Custo com energia elétrica

O custo com energia elétrica no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$2.954.220, o que representou um aumento de 9,5% em relação ao exercício social anterior, quando o valor foi de R\$2.698.220. O aumento do custo é devido aos fatores abaixo descritos.

Energia elétrica comprada para revenda: Os custos com aquisição de energia elétrica para revenda aumentaram 10,5%, atingindo R\$2.302.882 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 contra R\$2.083.074 devido: i) início de suprimento de energia de três novos produtos em 2011, adquiridos nos leilões de energia nova, necessários ao atendimento do crescimento do mercado; ii) acréscimo no preço médio da compra de energia, reajustado pela variação do IPCA; iii) decréscimo no valor da energia comprada de ITAIPU, em 2011, devido à redução das cotas alocadas às Distribuidoras do Grupo, em relação a 2010.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Encargos de uso da rede elétrica: Os custos com encargos de uso da rede elétrica subiram em patamares mais moderados em 2011 acompanhando os níveis inflacionários, cerca de 6%, atingindo o montante de R\$651.398 no exercício social encerrado contra R\$615.146 no exercício social anterior devido, principalmente, ao menor volume de chuvas no período, com conseqüentes despachos de térmicas, cujo custo é maior e deve ser rateado entre todos os participantes do setor elétrico, incluindo aí as distribuidoras. Destaca-se ainda, o início da cobrança do EER (Encargo de Energia de Reserva) em 2009, sendo que no ano de 2010 novas usinas destinadas a aumentar a segurança no fornecimento de energia ao SIN (Sistema Integrado Nacional) foram agregadas, impactando no acréscimo deste encargo.

### Custo de operação

Os custos de operação no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$687.521, o que representa um aumento de 10, 3% em relação ao ano anterior, quando o valor foi de R\$623.600, devido aos seguintes fatores:

**Pessoal:** Os custos com pessoal aumentaram 10,3%, atingindo R\$167.551 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 contra R\$151.934 no exercício social anterior, devido:

Ao reajuste salarial médio de 7,3% em cumprimento ao acordo coletivo, resultando em encargos adicionais sobre folha de pagamento, além do aumento do quadro de pessoal do Grupo, sobretudo, em função da primarização de mão de obra nas áreas comercial e técnica da controlada EDP Bandeirante;

**Materiais e serviços de terceiros:** Os custos com materiais e serviços de terceiros aumentaram 11,6%, atingindo R\$222.686 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 contra R\$199.457 no exercício social anterior. Na conta materiais, deve-se aos maiores gastos com conservação e reparação do sistema elétrico, em virtude do incremento do Plano Verão e do Plano Adicional de Manutenção Preventiva de Redes para garantia dos indicadores de qualidade de serviços, cumprindo as determinações da ANEEL, que resultaram em maior utilização de materiais de iluminação, ferragens, intervenções na rede e equipamentos de segurança, e no item serviços de terceiros, deve-se, em parte, aos repasses dos reajustes contratuais por parte dos nossos prestadores de serviços, em conjunto com:

(i) Acréscimo dos gastos com conservação e reparação do sistema elétrico, sobretudo devido ao incremento do Plano Verão e do Plano Adicional de Manutenção Preventiva de Redes para garantia dos indicadores de qualidade de serviços;

(ii) Maior prestação de serviços de informática em virtude do aditamento e reajustes de contratos de hardware, implantação de novos projetos comerciais (incluindo adaptação à Resolução 414 da ANEEL) e sistemas nas distribuidoras;

(iii) Aumento dos gastos com padronização e melhoria das instalações da regional de São José dos Campos e das lojas de atendimento. Mudança do local do Centro de Manutenção de Distribuição (CMD) de Guarulhos e implantação de nova loja de atendimento em São José dos Campos;

**Depreciações e amortizações:** As depreciações e amortizações atingiram R\$261.194 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 contra R\$242.433 no exercício social anterior, devido à: (i) implantação do projeto Interativo nas distribuidoras (manual de contabilidade regulatória - resolução Aneel 367/09); ii) maior nível de imobilização de obras em andamento na EDP Bandeirante.

Outros custos de operação: Os outros custos de operação aumentaram 21,2%, atingindo R\$36.090 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 contra R\$29.776 no exercício social anterior, devido essencialmente a inflação no período.

### Lucro operacional bruto

O lucro operacional bruto teve uma variação positiva de 2,8% no período, atingindo R\$1.754.373 em 31 de dezembro de 2011, contra um montante de R\$1.706.446 em 31 de dezembro de 2010, em virtude do acima exposto.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Despesas operacionais

Nossas despesas operacionais aumentaram 7,8%, atingindo R\$562.395 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, contra R\$521.514 no exercício social anterior, devido aos seguintes fatores:

Despesa com vendas: As despesas com vendas diminuíram 47,9%, atingindo R\$41.825 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 contra R\$80.252 no exercício social anterior, devido basicamente à:

- (i) Redução nos saldos de provisão para devedores duvidosos devido a melhorias implementadas no ciclo comercial, processos internos de *Revenue Assurance* (garantia de receita) e novo critério de contabilização de parcelamento adimplente na EDP Bandeirante e na EDP Escelsa (-R\$ 22.100);
- (ii) Efeito não recorrente, reconhecido no 3T10 na rubrica "provisões/perdas líquidas", referente à baixa de contas a receber de consumidores de baixa renda da EDP Bandeirante (-R\$ 12.798);

**Despesas gerais e administrativas:** As despesas gerais e administrativas aumentaram 10,8%, atingindo R\$ 310.483 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 contra R\$ 280.289 no exercício social anterior, devido basicamente à:

(i) Incremento dos gastos com benefícios (vale alimentação, refeição e convênio farmácia) em decorrência da aplicação do índice de reajuste e maior número de colaboradores no grupo;

(ii) Maiores gastos com assistência médica em função do aumento do número de colaboradores e maior utilização dos serviços entre os períodos comparados;

(iii) Aumento dos gastos com padronização e melhoria da sede administrativa em São Paulo.

**Depreciações e amortizações:** A variação de 3,6% no período deve-se, principalmente, pelo alinhamento a partir de novembro de 2010 das curvas de amortização das controladas Lajeado Energia S.A. e EDP Lajeado S.A.

**Outras despesas (receitas) operacionais:** Os outros custos operacionais aumentaram 58,0%, atingindo R\$125.692 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 contra R\$ 79.548 no exercício social anterior, devido basicamente à: i) perdas na desativação e alienação de bens do ativo imobilizado das distribuidoras, que teve um montante de R\$14.400 em 2010 contra R\$51.100 em 2011, variação de R\$36.700 entre os períodos.

### Resultado do serviço

O resultado do serviço subiu 0,6%, atingindo R\$1.191.978 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, contra R\$1.184.932 no exercício social anterior, principalmente em virtude do acima exposto nas rubricas de receita operacional, custos com energia elétrica e de operação, além das despesas operacionais.

### Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da EDPBR no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 aumentou 43,6% e atingiu R\$283.442 negativos, contra um montante de R\$197.390 negativos em 31 de dezembro de 2010. Contribuíram para este resultado as seguintes variações:

- **Receitas financeiras:** O montante de receitas financeiras apresentou variação negativa de 5,4%, atingindo R\$244.061 em 2011 contra um montante de R\$258.123 em 2010. A variação de R\$14.062 corresponde principalmente i) variações monetárias em moeda estrangeira que tiveram um montante de R\$11.800 em 2010 sem impacto em 2011 e ii) Selic sobre tributos e contribuições sociais compensáveis que tiveram montante de R\$27.600 em 2010 e apenas R\$20.000 em 2011;

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Despesas financeiras: O montante de despesas financeiras apresentou variação de 15,8%, atingindo R\$527.503 em 2011 contra um montante de R\$455.513 em 2010. A variação de R\$71.990 corresponde principalmente a atualização monetária das contingências judiciais, principalmente na distribuidora EDP Bandeirante quanto ao processo judicial da White Martins no montante de R\$52.500 e da variação cambial em moeda estrangeira, em virtude da valorização do dólar em relação ao real.

### **Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social**

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social apresentou variação negativa de 8,2%, atingindo em 2011 o montante de R\$905.050 contra um montante de R\$985.705 em 2010, em virtude, principalmente da variação no resultado financeiro líquido conforme explicado no item anterior.

### **Imposto de renda e contribuição social**

As despesas com imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$214.338, variação de -14,3% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando foram de R\$249.064. As principais variações são em decorrência de:

- imposto de renda e contribuição social correntes: apresentou variação de 2,3% atingindo um montante de R\$234.587 em 2011 contra R\$229.254 em 2010, em virtude, principalmente do maior lucro tributável das geradoras;

- imposto de renda e contribuição social diferidos: apresentou montante de R\$21.249 positivos em 2011 contra R\$19.810 negativos em 2010 de aproveitamento dos prejuízos fiscais da EDP Energias do Brasil e da distribuidora EDP Bandeirante.

### **Lucro líquido antes da participação dos não controladores e partes beneficiárias**

O lucro líquido antes da participação dos não controladores e partes beneficiárias totalizaram em 31 de dezembro de 2011 R\$691.712, redução de 6,1% em relação ao ano de 2010, principalmente em razão do impacto do resultado financeiro líquido negativo compensado em parte pelo resultado de imposto de renda e contribuição social diferidos, explicados no item anterior.

### **Participação dos não controladores**

A participação dos não controladores no resultado consolidado atingiu R\$ 181.388 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 32,5% na comparação com o exercício social anterior, quando foi de R\$136.926. Tal variação se deu pelo maior resultado de nossas controladas Investco S.A., Lajeado Energia e Enerpeixe, em função das condições operacionais mais favoráveis em 2011 do que em relação a 2010.

### **Lucro líquido**

Em função dos efeitos analisados, o lucro líquido consolidado alcançou R\$ 490.714 em 2011, 15,8% inferior ao de 2010. A redução se deu, principalmente, pelo resultado financeiro líquido explicado no respectivo item.

### **Resultados operacionais em 2009 e 2010**

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à demonstração de resultados consolidada e as variações ocorridas nos períodos apresentados. Ressaltamos que os valores relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 refletem os dados reapresentados das demonstrações financeiras para fins de comparação com as demonstrações financeiras relativas ao período encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2011, decorrente das alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

| <b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>                                 | <b>31/12/2009</b>  | <b>AV <sup>(1)</sup></b> | <b>31/12/2010</b>  | <b>Variação<br/>12/09 -<br/>12/10<br/>(%)</b> |
|---|--------------------|--------------------------|--------------------|---|
| <b>Receita operacional líquida</b>  | <b>4.621.702</b>   | 100,0%                   | <b>5.034.316</b>   | <b>8,9%</b>                                   |
| <b>Custo do serviço de energia elétrica</b>                                   |                    |                          |                    |   |
| <b>Custo com energia elétrica</b>   | <b>(2.340.309)</b> | -50,6%                   | <b>(2.698.220)</b> | <b>15,3%</b>                                  |
| Energia elétrica comprada para revenda  | (1.866.655)        | -40,4%                   | (2.083.074)        | 11,6%   |
| Encargos de uso da rede elétrica  | (473.654)          | -10,2%                   | (615.146)          | 29,9%   |
| <b>Custo de operação</b>  | <b>(598.460)</b>   | -12,9%                   | <b>(623.600)</b>   | <b>4,2%</b>                                   |
| Pessoal   | (146.521)          | -3,2%                    | (151.934)          | 3,7%  |
| Materiais e serviços de terceiros   | (166.619)          | -3,6%                    | (199.457)          | 19,7%   |
| Depreciações e amortizações   | (257.197)          | -5,6%                    | (242.433)          | -5,7%   |
| Outros custos de operação   | (28.123)           | -0,6%                    | (29.776)           | 5,9%  |
| <b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>                                  | <b>(2.918)</b>     | -0,1%                    | <b>(6.050)</b>     | <b>107,3%</b>                                 |
| <b>Lucro operacional bruto</b>  | <b>1.680.015</b>   | 36,4%                    | <b>1.706.446</b>   | <b>1,6%</b>                                   |
| <b>Despesas operacionais</b>  | <b>(467.684)</b>   | -10,1%                   | <b>(521.514)</b>   | <b>11,5%</b>                                  |
| Despesas com vendas   | (41.986)           | -0,9%                    | (80.252)           | 91,1%   |
| Despesas gerais e administrativas   | (298.803)          | -6,5%                    | (280.289)          | -6,2%   |
| Depreciações e amortizações   | (76.909)           | -1,7%                    | (81.425)           | 5,9%  |
| Outras despesas operacionais  | (49.986)           | -1,1%                    | (79.548)           | 59,1%   |
| <b>Resultado do serviço</b>   | <b>1.212.331</b>   | 26,2%                    | <b>1.184.932</b>   | <b>-2,3%</b>                                  |
| <b>Resultado das participações societárias</b>                                | <b>(407)</b>       | 0,0%                     | <b>(1.837)</b>     |   |
| Receitas financeiras  | 296.558            | 6,4%                     | 258.123            | -13,0%  |
| Despesas financeiras  | (401.414)          | -8,7%                    | (455.513)          | 13,5%   |
| <b>Resultado financeiro</b>   | <b>(104.856)</b>   | -2,3%                    | <b>(197.390)</b>   | <b>88,2%</b>                                  |
| <b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>               | <b>1.107.068</b>   | 24,0%                    | <b>985.705</b>     | <b>-11,0%</b>                                 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes                              | (196.799)          | -4,3%                    | (229.254)          | 16,5%   |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos                              | (51.953)           | -1,1%                    | (19.810)           | -61,9%  |
| <b>Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio</b>        | <b>858.316</b>     | 18,6%                    | <b>736.641</b>     | <b>-14,2%</b>                                 |
| Reversão dos juros sobre capital próprio                                      | -                  | 0,0%                     | -                  |   |
| <b>Lucro líquido antes da participação minoritária e partes beneficiárias</b> | <b>858.316</b>     | 18,6%                    | <b>736.641</b>     | <b>-14,2%</b>                                 |
| Participações dos não controladores   | (146.850)          | -3,2%                    | (136.926)          | -6,8%   |
| Partes beneficiárias  | (15.772)           | -0,3%                    | (17.157)           | 8,8%  |
| <b>Lucro Líquido do exercício</b>   | <b>695.694</b>     | 15,1%                    | <b>582.558</b>     | <b>-16,3%</b>                                 |

**Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009.****Receita operacional líquida**

O total da receita operacional líquida verificada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 atingiu um valor de R\$5.034.316, o que representa um aumento de 8,93% em relação ao mesmo período do exercício social anterior, quando o valor foi de R\$4.621.702. Os principais determinantes da variação da receita líquida em 2010 foram:

- Na geração:
  - Aumento de 4,0% do volume de energia vendida, devido compra e venda de energia no primeiro trimestre de 2010 na Lajeado gerando o mesmo volume de compra, de março a dezembro;
  - Em 2010 o preço médio da geração foi 0,8% inferior ao verificado em 2009, reflexo da queda de 7,1% no preço médio da energia vendida na Lajeado. Esta redução deve-se à operação mencionada acima. Como o preço de venda foi superior ao preço de compra, esta operação agregou margem à EDPBR; no entanto, os preços de compra e venda foram inferiores à média dos outros contratos da geradora, reduzindo assim o preço médio de venda de todo o portfólio. Excluindo-se esse contrato, o incremento no preço médio de venda na Lajeado seria de 3,4% e no consolidado de 3,9%;
  - A Receita de geração poderia ter sido superior em, aproximadamente, R\$24.000, caso não houvesse o Procedimento Operativo de Curto Prazo instituído pela ONS, que reduziu a alocação de energia disponível para comercialização das usinas hidroelétricas.
- Na distribuição:
  - Aumento de 5,8% no volume de energia vendida a clientes finais, impulsionado, principalmente, pelo aumento no consumo da classe industrial, devido à recuperação pós-crise do setor em 2010. Outro fator que teve impacto positivo no mercado cativo no período foi o

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

aumento do consumo das classes residencial e comercial, decorrente do incremento da renda e do consumo das famílias. No primeiro trimestre de 2011 houve aumento de 3,1% quando comparado ao mesmo período de 2010.

- Aumento de 21,7% o volume de energia distribuída a clientes livres em 2010, em função da crise econômica internacional no ano de 2009. Para fins de comparação, a energia distribuída a clientes livres verificada em 2010 foi 5,5% superior a verificada em 2008, começo da crise financeira. A receita líquida de disponibilização do sistema de distribuição (TUSD) aumentou 6,1% em 2010, alcançando R\$2.720, uma vez que a maior parte da receita proveniente dos clientes livres é referente à contratação do uso da rede, além dos reajustes tarifários. No primeiro trimestre de 2011 houve aumento de 5,6% quando comparado ao mesmo período de 2010.

- Na comercialização:

- A receita líquida apresentou redução de 2,9% em 2010 em comparação ao ano anterior, decorrente principalmente da queda de 6% no volume comercializado.

### Custo com energia elétrica

O custo com energia elétrica no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$2.698.220, o que representou um aumento de 15,3% em relação ao exercício social anterior, quando o valor foi de R\$2.340.309. O aumento do custo é devido aos fatores abaixo descritos.

Energia elétrica comprada para revenda: Os custos com aquisição de energia elétrica para revenda aumentaram 11,6%, atingindo R\$2.083.074 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 contra R\$1.866.655 devido: i) aumento da energia comprada em leilão devido ao início do suprimento de energia adquirida nos leilões de energia nova, necessários ao atendimento do crescimento do mercado; ii) incremento no preço médio da compra de energia, reajustado pela variação do IPCA e; iii) redução do valor da energia comprada de Itaipu, reflexo da redução das cotas alocadas às distribuidoras do Grupo, além da desvalorização do dólar médio de 2010 frente a 2009, e à redução de 1,6% na tarifa em dólar.

Encargos de uso da rede elétrica: Os custos com encargos de uso da rede elétrica cresceram 29,9%, atingindo R\$615.146 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 contra R\$473.654 no exercício social anterior, principalmente, pelo menor volume de chuvas no período, com conseqüente despacho de térmicas, cujo custo é maior e deve ser rateado entre todos os participantes do setor elétrico, incluindo as distribuidoras. Destaca-se ainda, o início da cobrança do EER (Encargo de Energia de Reserva) em 2009, sendo que no ano de 2010 novas usinas destinadas a aumentar a segurança no fornecimento de energia ao SIN (Sistema Integrado Nacional) foram agregadas, impactando no acréscimo deste encargo.

### Custo de operação

Os custos de operação no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram de R\$623.600, o que representa um aumento de 4,2% em relação ao ano anterior, quando o valor foi de R\$598.460, devido aos seguintes fatores:

Pessoal: Os custos com pessoal aumentaram 3,7%, atingindo R\$151.934 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 contra R\$146.521 no exercício social anterior, devido:

- (i) Maior pagamento de horas-extras em cumprimento ao acordo coletivo/2010;
- (ii) Aumento em remuneração devido a: implantação da Política de Plano de Cargos e Salários e Mérito por Resultados; aplicação dos dissídios coletivos (+6,5% em média), que acarreta maiores encargos sobre a folha de pagamentos; e adequação de benefícios aos funcionários do Grupo;
- (iii) PLR/Bônus: impacto do Projeto Vencer com redução dos níveis de chefia e reversão da provisão no ano de 2010, realizada a maior no ano de 2009.
- (iv) Menores gastos com assistência médica e odontológica em virtude de menor utilização dos colaboradores e desconto na renovação do contrato com a seguradora;
- (v) Redução em 52% dos valores relativos à previdência privada em 2010, suportado pela revisão de laudo atuarial nas distribuidoras;

Materiais e serviços de terceiros: Os custos com materiais e serviços de terceiros aumentaram 19,7%, atingindo R\$199.457 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 contra R\$166.619 no exercício social anterior. Na conta materiais, o aumento dos custos ocorreu em

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

função da maior utilização de materiais de iluminação, ferragens e intervenções na rede, decorrente dos menores gastos com conservação e reparos do sistema elétrico, que seriam ainda menores, caso não fossem as condições climáticas adversas no ano de 2010, e no item serviços de terceiros, na comparação anual deve-se, em parte, aos repasses dos reajustes contratuais por parte dos nossos prestadores de serviços, em conjunto com:

(i) Suspensão da transferência para investimentos da mão de obra indireta dos prestadores de serviço administrativos nas empresas do setor elétrico, pelo mesmo critério aplicado aos colaboradores na rubrica de Pessoal;

(ii) Adequação à Resolução 363/09 da ANEEL, que levou ao aumento do quadro de funcionários contratados, com vistas à adequação ao tempo médio permitido de atendimento aos clientes nos postos de atendimento e chamadas telefônicas;

(iii) Incremento aproximado de 13% nos custos do serviço de leitura e faturamento devido ao crescimento vegetativo da base de clientes e substituição de um prestador do serviço de leitura e faturamento;

(iv) Implantação do programa para recuperação de receitas, em que o número de inspeções e de equipes (de campo, comercial e técnica) foi incrementado e foram alcançadas reduções nos índices de perdas comerciais de 0,4 p.p. na EDP Bandeirante e de 1,4 p.p. na EDP Escelsa;

(v) Aumento dos gastos com conservação/reparação do sistema elétrico e combate à inadimplência;

Depreciações e amortizações: As depreciações e amortizações atingiram R\$242.433 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 contra R\$257.197 no exercício social anterior, devido principalmente, ao menor nível de imobilização de obras em andamento nas distribuidoras.

Outros custos de operação: Os outros custos de operação aumentaram 5,9%, atingindo R\$29.776 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 contra R\$28.123 no exercício social anterior, devido essencialmente a inflação no período.

### Lucro operacional bruto

O lucro operacional bruto teve uma variação positiva de 1,6% no período, atingindo R\$1.706.446 em 31 de dezembro de 2010, contra um montante de R\$1.680.015 em virtude do acima exposto.

### Despesas operacionais

As despesas operacionais da EDPBR aumentaram 11,5%, atingindo R\$521.514 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, contra R\$467.684 no exercício social anterior, devido aos seguintes fatores:

Despesa com vendas: As despesas com vendas aumentaram 91,1%, atingindo R\$80.252 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 contra R\$41.986 no exercício social anterior, devido basicamente à:

Reversão em dezembro de 2009, na comercializadora, das provisões constituídas ao longo do ano junto à Ampla, em virtude de sentença arbitral;

Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas reduziram 6,2%, atingindo R\$ 280.289 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 contra R\$ 298.803 no exercício social anterior, devido basicamente à:

Reconhecimento de perdas decorrentes de depósitos judiciais nas distribuidoras no 4T09, evento que não ocorreu no ano de 2010.

Depreciações e amortizações: A variação de 5,9% no período deve-se, principalmente, ao alinhamento ajustado a partir de novembro de 2010 das curvas de amortização das controladas Lajeado Energia S.A. e EDP Lajeado S.A., (no momento em que essa foi incorporada pela primeira em novembro de 2009, quando da reorganização societária, que fez com que a controlada Lajeado Energia S.A. incorporasse as empresas Tocantins Energia S.A. e EDP Lajeado S.A.).

Outras despesas (receitas) operacionais: Os outros custos operacionais aumentaram 59,1%, atingindo R\$79.548 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 contra R\$ 49.986 no exercício social anterior, devido basicamente à:

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- i) Constituição de provisão, na controladora, para possíveis perdas de contingências na Enersul, previstas no contrato da operação de permuta;
- ii) Impacto não recorrente da venda da ESC90 ocorrido em 2009.
- iii) Constituição de provisão para perda com investimento

### Resultado do serviço

O resultado do serviço diminuiu 0,4%, atingindo R\$1.184.932 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, contra R\$1.212.331 no exercício social anterior, principalmente em virtude do acima exposto nas rubricas de receita operacional, custos com energia elétrica e de operação, além das despesas operacionais.

### Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro da EDPBR no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 aumentou 88,2% e atingiu R\$197.390 negativos, contra um montante de R\$104.856 negativos em 31 de dezembro de 2009. Contribuíram para este resultado as seguintes variações:

- Receitas financeiras: O montante de receitas financeiras apresentou variação negativa de 13,0%, atingindo R\$258.123 em 2010 contra um montante de R\$296.558. A variação de R\$38.435 corresponde principalmente a: i) rendas de aplicação financeira, resultado de uma variação maior da taxa média da Selic, principal índice de atualização dos saldos de nossas aplicações financeiras; ii) ajustes a valor presente dos instrumentos financeiros, principalmente da controlada Pecém e; iii) reversão da provisão para perdas com investimentos da ESC90, quando de sua venda ocorrida em 2009 .

- Despesas financeiras: O montante de despesas financeiras apresentou variação de 13,5%, atingindo R\$455.513 negativos em 2010 contra um montante de R\$401.414 negativos em 31 de dezembro de 2009. A variação de R\$54.099 corresponde principalmente à marcação a mercado – MTM e aos ajustes a valor presente dos instrumentos financeiros da controlada Pecém.

### Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social apresentou variação negativa de 11,0%, atingindo em 2010 o montante de R\$985.705 contra um montante de R\$1.107.068 em 2009, em virtude, principalmente da venda da ESC90. O impacto dessa operação foi de R\$120.900, sendo que R\$74.700 registrados na rubrica de Receitas Financeiras, pela reversão da provisão constituída para não realização do recebimento de mútuo e R\$46.200 na rubrica de Outras despesas (receitas) operacionais, pela reversão da provisão para passivo a descoberto pelos resultados negativos da ESC90.

### Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram de R\$249.064, em linha com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando foram de R\$248.752. As principais variações são em decorrência de:

- imposto de renda e contribuição social correntes: apresentou variação de 16,5% atingindo um montante de R\$229.254 em 2010 contra R\$196.799 em 2009, em virtude, principalmente do maior lucro tributável das distribuidoras

- imposto de renda e contribuição social diferidos: apresentou variação negativa de 61,9% atingindo um montante de R\$19.810 em 2010 contra R\$51.953 em 2009, em virtude, principalmente, de i) aproveitamento dos prejuízos fiscais da EDP Energias do Brasil, no âmbito do programa de parcelamento de tributos federais (Lei no. 11.941/09) e; ii) imposto diferido sobre o *hedge accounting* de Pecem.

### Lucro líquido antes da participação minoritária e partes beneficiárias

O lucro líquido antes da participação minoritária e partes beneficiárias totalizou em 31 de dezembro de 2010 R\$736.641, redução de 14,2% em relação ao ano de 2009, principalmente em razão da venda da ESC90 no montante de R\$120.900 ocorrida em junho/2009.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Participação dos não controladores

A participação dos não controladores no resultado consolidado atingiu R\$ 136.926 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de 6,8% na comparação com o exercício social anterior, quando foi de R\$146.850. Tal variação se deu pelo menor resultado de nossa controlada Investco S.A. (com impacto direto nos demais controladores), em virtude da redução de sua receita de arrendamento.

### Lucro líquido

Em função dos efeitos analisados, o lucro líquido consolidado alcançou R\$ 582.558 em 2010, 16,3% inferior ao de 2009. A redução se deu, principalmente, pelo impacto da alienação da ESC 90 em 2009, com resultado positivo de R\$120.900. Excluindo esse impacto, o lucro teria apresentado crescimento de 1,4% no ano.

### Balanco Patrimonial

As tabelas abaixo apresentam os Balanços Patrimoniais consolidados levantados nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009:

|  | 31/12/2009        | AV <sup>(1)</sup> | 31/12/2010        | AV <sup>(1)</sup> | 31/12/2011        | AV <sup>(1)</sup> | Varição<br>12/09 - 12/10<br>(%) | Varição<br>12/10 - 12/11<br>(%) |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------------------|---------------------------------|
| <b>Balancos Patrimoniais</b>                     |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                                 |                                 |
| <b>Ativo</b>                                     |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                                 |                                 |
| <b>Circulante</b>                                | <b>2.713.565</b>  | 22,8%             | <b>2.874.677</b>  | 22,4%             | <b>2.714.873</b>  | 19,9%             | <b>5,9%</b>                     | <b>-5,6%</b>                    |
| Caixa e equivalentes de caixa                    | 1.102.022         | 9,2%              | 1.126.449         | 8,8%              | 895.868           | 6,6%              | 2,2%                            | -20,5%                          |
| Títulos a receber                                | 5.999             | 0,1%              | 8.659             | 0,1%              | 9.113             | 0,1%              | 44,3%                           | 5,2%                            |
| Ativo financeiro indenizável                     | 823               | 0,0%              | 823               | 0,0%              | 797               | 0,0%              | 0,0%                            | -3,2%                           |
| Consumidores e concessionárias                   | 901.781           | 7,6%              | 888.806           | 6,9%              | 968.051           | 7,1%              | -1,4%                           | 8,9%                            |
| Impostos e contribuições sociais                 | 419.305           | 3,5%              | 540.314           | 4,2%              | 519.210           | 3,8%              | 28,9%                           | -3,9%                           |
| Estoques   | 13.199            | 0,1%              | 28.112            | 0,2%              | 67.559            | 0,5%              | 113,0%                          | 140,3%                          |
| Cauções e depósitos vinculados                   | 69.587            | 0,6%              | 62.898            | 0,5%              | 54.022            | 0,4%              | -9,6%                           | -14,1%                          |
| Despesas pagas antecipadamente                   | 2.615             | 0,0%              | 5.254             | 0,0%              | 4.887             | 0,0%              | 100,9%                          | -7,0%                           |
| Ativos financeiros disponíveis para venda        | 39.086            | 0,3%              | 40.801            | 0,3%              | 33.011            | 0,2%              | 4,4%                            | -19,1%                          |
| Outros créditos                                  | 159.148           | 1,3%              | 172.561           | 1,3%              | 162.355           | 1,2%              | 8,4%                            | -5,9%                           |
| <b>Não circulante</b>                            | <b>9.202.907</b>  | 77,2%             | <b>9.936.720</b>  | 77,6%             | <b>10.947.407</b> | 80,1%             | <b>8,0%</b>                     | <b>10,2%</b>                    |
|  | <b>1.373.223</b>  | 11,5%             | <b>1.569.149</b>  | 12,2%             | <b>1.685.649</b>  | 12,3%             | <b>14,3%</b>                    | <b>7,4%</b>                     |
| Títulos a receber                                | 21.938            | 0,2%              | 20.036            | 0,2%              | 18.949            | 0,1%              | -8,7%                           | -5,4%                           |
| Ativo financeiro indenizável                     | 325.262           | 2,7%              | 397.324           | 3,1%              | 482.285           | 3,5%              | 22,2%                           | 21,4%                           |
| Consumidores e concessionárias                   | 64.862            | 0,5%              | 63.733            | 0,5%              | 63.657            | 0,5%              | -1,7%                           | -0,1%                           |
| Impostos e contribuições sociais                 | 31.078            | 0,3%              | 35.933            | 0,3%              | 38.184            | 0,3%              | 15,6%                           | 6,3%                            |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 748.285           | 6,3%              | 778.680           | 6,1%              | 838.324           | 6,1%              | 4,1%                            | 7,7%                            |
| Partes relacionadas                              | -                 | 0,0%              | -                 | 0,0%              | 2.223             | 0,0%              |                                 |                                 |
| Adiantamentos para futuros aumentos de capital   | -                 | 0,0%              | 458               | 0,0%              | -                 | 0,0%              |                                 | -100,0%                         |
| Cauções e depósitos vinculados                   | 130.797           | 1,1%              | 239.669           | 1,9%              | 201.720           | 1,5%              | 83,2%                           | -15,8%                          |
| Despesas pagas antecipadamente                   | 1.064             | 0,0%              | 937               | 0,0%              | 496               | 0,0%              | -11,9%                          | -47,1%                          |
| Outros créditos                                  | 49.937            | 0,4%              | 32.379            | 0,3%              | 39.811            | 0,3%              | -35,2%                          | 23,0%                           |
|  | -                 |                   | -                 |                   | -                 |                   |                                 |                                 |
| Investimentos                                    | 30.935            | 0,3%              | 37.271            | 0,3%              | 37.082            | 0,3%              | 20,5%                           | -0,5%                           |
| Imobilizado                                      | 4.803.780         | 40,3%             | 5.303.587         | 41,4%             | 5.659.533         | 41,4%             | 10,4%                           | 6,7%                            |
| Intangível                                       | 2.994.969         | 25,1%             | 3.026.713         | 23,6%             | 3.565.143         | 26,1%             | 1,1%                            | 17,8%                           |
| <b>Total do Ativo</b>                            | <b>11.916.472</b> | 100,0%            | <b>12.811.397</b> | 100,0%            | <b>13.662.280</b> | 100,0%            | <b>7,5%</b>                     | <b>6,6%</b>                     |

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

|   | 31/12/2009        | AV <sup>(1)</sup> | 31/12/2010        | AV <sup>(1)</sup> | 31/12/2011        | AV <sup>(1)</sup> | Variação<br>12/09 - 12/10<br>(%) | Variação<br>12/10 - 12/11<br>(%) |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| <b>Balanços Patrimoniais</b>                      |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                                  |                                  |
| <b>Passivo</b>                                    |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                                  |                                  |
| <b>Circulante</b>                                 | <b>2.325.289</b>  | 19,5%             | <b>2.525.411</b>  | 19,7%             | <b>2.688.197</b>  | 19,7%             | <b>8,6%</b>                      | <b>6,4%</b>                      |
| Fornecedores                                      | 508.056           | 4,3%              | 626.381           | 4,9%              | 703.742           | 5,2%              | 23,3%                            | 12,4%                            |
| Impostos e contribuições sociais                  | 454.459           | 3,8%              | 609.891           | 4,8%              | 550.776           | 4,0%              | 34,2%                            | -9,7%                            |
| Dividendos  | 144.618           | 1,2%              | 191.142           | 1,5%              | 192.612           | 1,4%              | 32,2%                            | 0,8%                             |
| Debêntures  | 210.029           | 1,8%              | 231.730           | 1,8%              | 107.923           | 0,8%              | 10,3%                            | -53,4%                           |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 572.662           | 4,8%              | 375.701           | 2,9%              | 471.798           | 3,5%              | -34,4%                           | 25,6%                            |
| Benefícios pós-emprego                            | 27.181            | 0,2%              | 27.610            | 0,2%              | 30.035            | 0,2%              | 1,6%                             | 8,8%                             |
| Obrigações estimadas com pessoal                  | 48.828            | 0,4%              | 50.450            | 0,4%              | 59.518            | 0,4%              | 3,3%                             | 18,0%                            |
| Encargos regulamentares e setoriais               | 156.561           | 1,3%              | 225.380           | 1,8%              | 275.374           | 2,0%              | 44,0%                            | 22,2%                            |
| Uso do bem público                                | 17.280            | 0,1%              | 19.440            | 0,2%              | 20.184            | 0,1%              | 12,5%                            | 3,8%                             |
| Provisões   | 19.648            | 0,2%              | 30.275            | 0,2%              | 162.127           | 1,2%              | 54,1%                            | 435,5%                           |
| Outras contas a pagar                             | 165.967           | 1,4%              | 137.411           | 1,1%              | 114.108           | 0,8%              | -17,2%                           | -17,0%                           |
| <b>Não circulante</b>                             | <b>3.369.351</b>  | 28,3%             | <b>3.830.865</b>  | 29,9%             | <b>4.426.445</b>  | 32,4%             | <b>13,7%</b>                     | <b>15,5%</b>                     |
| Fornecedores                                      | -                 | 0,0%              | 915               | 0,0%              | -                 | 0,0%              | -                                | -100,0%                          |
| Impostos e contribuições sociais                  | 142.163           | 1,2%              | 137.853           | 1,1%              | 136.817           | 1,0%              | -3,0%                            | -0,8%                            |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos  | 261.020           | 2,2%              | 289.003           | 2,3%              | 515.037           | 3,8%              | 10,7%                            | 78,2%                            |
| Debêntures  | 453.155           | 3,8%              | 637.593           | 5,0%              | 860.637           | 6,3%              | 40,7%                            | 35,0%                            |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 1.957.440         | 16,4%             | 2.140.882         | 16,7%             | 2.173.228         | 15,9%             | 9,4%                             | 1,5%                             |
| Benefícios pós-emprego                            | 130.788           | 1,1%              | 189.228           | 1,5%              | 262.412           | 1,9%              | 44,7%                            | 38,7%                            |
| Encargos regulamentares e setoriais               | 14.939            | 0,1%              | 12.913            | 0,1%              | 7.035             | 0,1%              | -13,6%                           | -45,5%                           |
| Uso do bem público                                | 205.564           | 1,7%              | 215.764           | 1,7%              | 231.139           | 1,7%              | 5,0%                             | 7,1%                             |
| Provisões   | 141.099           | 1,2%              | 153.566           | 1,2%              | 182.568           | 1,3%              | 8,8%                             | 18,9%                            |
| Provisão para passivo a descoberto                | -                 | 0,0%              | 12.847            | 0,1%              | 1.587             | 0,0%              | -                                | -87,6%                           |
| Reserva para reversão e amortização               | 17.248            | 0,1%              | 17.248            | 0,1%              | 17.248            | 0,1%              | 0,0%                             | 0,0%                             |
| Outras contas a pagar                             | 45.935            | 0,4%              | 23.054            | 0,2%              | 38.737            | 0,3%              | -49,8%                           | 68,0%                            |
| <b>Patrimônio líquido</b>                         |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                                  |                                  |
| Capital social                                    | 3.182.716         | 26,7%             | 3.182.716         | 24,8%             | 3.182.716         | 23,3%             | 0,0%                             | 0,0%                             |
| Reservas de capital                               | 96.656            | 0,8%              | 95.598            | 0,7%              | 95.598            | 0,7%              | -1,1%                            | 0,0%                             |
| Reservas de lucros                                | 1.243.047         | 10,4%             | 1.386.620         | 10,8%             | 1.507.656         | 11,0%             | 11,6%                            | 8,7%                             |
| Ajuste de avaliação patrimonial                   | (50.095)          | -0,4%             | (103.842)         | -0,8%             | (174.342)         | -1,3%             | 107,3%                           | 67,9%                            |
| Ações em tesouraria                               | (6.614)           | -0,1%             | (6.614)           | -0,1%             | (6.614)           | 0,0%              | 0,0%                             | 0,0%                             |
| Lucros (Prejuízos) acumulados                     | (102.807)         | -0,9%             | -                 | 0,0%              | -                 | 0,0%              | -100,0%                          | -                                |
| Patrimônio líquido atribuído aos controladores    | <b>4.362.903</b>  | <b>36,6%</b>      | <b>4.554.478</b>  | <b>35,6%</b>      | <b>4.605.014</b>  | <b>33,7%</b>      | <b>4,4%</b>                      | <b>1,1%</b>                      |
| Participações de não controladores                | 1.858.929         | 15,6%             | 1.900.643         | 14,8%             | 1.942.624         | 14,2%             | 2,2%                             | 2,2%                             |
| Total do patrimônio líquido                       | <b>6.221.832</b>  | <b>52,2%</b>      | <b>6.455.121</b>  | <b>50,4%</b>      | <b>6.547.638</b>  | <b>47,9%</b>      | <b>3,7%</b>                      | <b>1,4%</b>                      |
| <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>      | <b>11.916.472</b> | <b>100%</b>       | <b>12.811.397</b> | <b>100%</b>       | <b>13.662.280</b> | <b>100%</b>       | <b>7,5%</b>                      | <b>6,6%</b>                      |

**Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011****Ativo Circulante****Caixa e equivalentes de caixa**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta era de R\$895.868, ou 20,5% inferior a 31 de dezembro de 2010. Esta variação ocorreu devido, principalmente, às atividades operacionais da EDPBR, sendo que para melhor entendimento favor atentar para os comentários sobre fluxo de caixa mais adiante nessa seção. A conta representava 6,6% do ativo da EDPBR em 31 de dezembro de 2011, em comparação com 8,8% em 31 de dezembro de 2010.

**Consumidores e concessionárias**

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica era de R\$968.051, 8,9% superior a 31 de dezembro de 2010. Este aumento ocorreu em virtude, principalmente, do aumento no prazo médio de recebimento dos clientes: i) das distribuidoras (principalmente os da classe residencial) e; ii) comercializadora Enertrade (por questões contratuais e de mercado, sem impacto na inadimplência). Na composição do ativo da EDPBR, a conta representou 7,1% em 31 de dezembro de 2011 e 6,9% em 31 de dezembro de 2010.

**Impostos e contribuições sociais**

Em 31 de dezembro de 2011, impostos e contribuições sociais eram de R\$ 519.210, 3,9% inferior a 31 de dezembro de 2010. Esta variação ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores: Diminuição no lucro tributável no período e conseqüente diminuição no imposto de renda e contribuição social e COSIT 27, que consiste nos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e dos encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, a serem compensadas com débitos dessas contribuições. Na composição do ativo da EDPBR, a conta representou 3,8% em 31 de dezembro de 2011 e 4,2% em 31 de dezembro de 2010.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Estoques

Em 31 de dezembro de 2011, os estoques da EDPBR eram de R\$67.559mil, 140,3% superior a 31 de dezembro de 2010. Isto ocorreu devido, principalmente, à recomposição de materiais das distribuidoras. Na composição de ativo, a conta representou 0,5% em 31 de dezembro de 2011 e 0,2% em 31 de dezembro de 2010.

### Cauções e depósitos vinculados

Em 31 de dezembro de 2011, a conta de cauções e depósitos vinculados possuía um saldo de R\$54.022, 14,1% inferior a 31 de dezembro de 2010. Esta diminuição ocorreu devido à utilização dos depósitos judiciais relacionados em contrapartida às contingências trabalhistas, fiscais e cíveis. Na composição do ativo da EDPBR, a conta representou 0,4% em 31 de dezembro de 2011 e 0,5% em 31 de dezembro de 2010.

### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros referem-se à aquisição de 5,63% de ações preferenciais, correspondentes a 3,16% da Denerge S.A., sociedade de capital fechado detentora de participações em empresas do setor elétrico. No âmbito dessa negociação, a EDPBR teria a opção de converter essas ações da Denerge em ações preferenciais da Rede Energia S.A. em um período de até dois anos, ao preço de eventual oferta pública ou exercer a opção de converter as ações em um ano ao preço unitário de R\$5,68 se a oferta pública não ocorrer. Em 15 de setembro de 2011, foi exercida a opção de conversão, resultando na transferência das ações detidas pela EDP - Energias do Brasil sobre a Denerge para as ações da Rede Energia S.A. O saldo da conta, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$33.011, 19,1% inferior a 31 de dezembro de 2010. Esta variação ocorreu principalmente pela variação da marcação a mercado no valor da ação da Rede Energia S.A. Na composição do nosso ativo, a conta representou 0,2% em 31 de dezembro de 2011 e 0,3% em 31 de dezembro de 2010.

### Outros créditos

O saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$162.355, 5,9% inferior a 31 de dezembro de 2010. Esta variação ocorreu principalmente por: i) diminuição pelo recebimento do subsídio dado a classe Baixa Renda que diminuiu de R\$43.800 em 2010 para apenas R\$420 em 2011; ii) aumento no montante de serviços em curso que aumentou de R\$79.300 em 2010 para R\$128.000 em 2011 e; iii) desativações e alienações em curso, que somavam R\$19.600 em 2010 e diminuíram para R\$5.300 em 2011, das distribuidoras. Em 15 de setembro de 2011, foi exercida a opção de conversão, resultando na transferência das ações detidas pela EDP - Energias do Brasil sobre a Denerge para as ações da Rede Energia S.A. Na composição do nosso ativo, a conta representou 1,2% em 31 de dezembro de 2011 e 1,3% em 31 de dezembro de 2010.

### Não Circulante

#### Títulos a receber

O saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$18.949, 5,4% inferior a 31 de dezembro de 2010 que era de R\$20.036. Esta variação se deve a atualização financeira e amortização do contrato de Cessão de Crédito firmado entre a controlada Lajeado Energia e a Caiuá Distribuição de Energia S.A. A conta representou 0,1% em 31 de dezembro de 2011 e 0,2% em 31 de dezembro de 2010.

#### Ativo financeiro indenizável

As Companhias Bandeirante S.A., Espírito Santo Centrais Elétricas - ESCELSA e Evrecy Participações Ltda reconhecem um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa no final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

Esses ativos financeiros refletem o saldo remanescente dos ativos intangíveis das distribuidoras e transmissora do Grupo EDP, não amortizáveis durante o prazo de concessão devido a vida útil ultrapassar o prazo da concessão

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2011, o ativo financeiro era de R\$482.285, 21,4% superior a 31 de dezembro de 2010 que era de R\$397.324, uma variação de R\$84.961. Tal variação se deve às adições do período. A conta representou 3,5% do ativo da EDPBR para os anos de 2011 e 2010.

### Consumidores e concessionárias

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta era de R\$63.657, praticamente em linha com o saldo de 31 de dezembro de 2010. A conta representou 0,5% do ativo da EDPBR para os anos de 2011 e 2010.

### Impostos e contribuições sociais

Em 31 de dezembro de 2011, impostos e contribuições sociais no longo prazo eram de R\$38.184. Houve variação positiva de 6,3% em relação a 31 de dezembro de 2010, principalmente por conta do aproveitamento dos créditos de ICMS sobre as aquisições de ativos imobilizados no abatimento do ICMS a pagar sobre o fornecimento de energia a consumidores finais na Bandeirante. A conta representou 0,3% do ativo da EDPBR para os anos de 2011 e 2010.

### Imposto de renda e contribuições social diferidos

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta era de R\$838.324, 7,7% superior a 31 de dezembro de 2010, compostos em sua maioria por IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e demais adições temporárias, sendo que as principais variações dessa conta estão relacionadas com o alargamento da base de cálculo de amortização/depreciação (mais valia) e benefícios a empregados por conta da implementação dos CPC 15 e CPC 33, respectivamente. A conta representou 6,1% do ativo da EDPBR para os anos de 2011 e 2010.

### Cauções e depósitos vinculados

Em 31 de dezembro de 2011, a conta de cauções e depósitos vinculados possuía um saldo de R\$201.720, uma diminuição de 15,8%. Esta variação ocorreu devido à compensação de depósitos vinculados a processos judiciais liquidados no período com as respectivas contingências trabalhistas, fiscais e cíveis, além dos saldos remanescentes das garantias que as Companhias Enerpeixe, Energest e Santa Fé tem depositadas face a empréstimos devidos junto ao BNDES e das operações de curto prazo na CCEE.

### Outros créditos

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2011 era de R\$39.811, variação de 23,0% em relação ao saldo de R\$32.379 de 31 de dezembro de 2010. Esta variação ocorreu devido à: i) Saldo a receber dos clientes de Baixa Renda (aumento de R\$ 18.400 em 2011); ii) Diminuição no montante de Serviços prestados a terceiros (de R\$11.100 em 2010 para R\$7.000 em 2011).

### Investimentos

Em 31 de dezembro de 2011, a conta investimentos possuía um saldo de R\$37.082, praticamente em linha com o saldo de R\$37.271 em 31 de dezembro de 2010, cuja variação se deu principalmente pela variação no investimento que a EDPBR possui na EDPRBR.

### Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2011, o imobilizado era de R\$5.659.533, 6,7% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2010. Essa variação é decorrente das adições ao imobilizado em curso no período referente, principalmente, a UTE Pecém I e UHE Jari, compensado em parte pela depreciação dos ativos das distribuidoras.

### Intangível

Em 31 de dezembro de 2011, o intangível era de R\$3.565.143, 17,8% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2010, composto na sua maioria pelo Direito de Concessão de infraestrutura (em grande parte das distribuidoras), Uso do Bem Público (principalmente nas geradoras), sendo a

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

variação do período decorrente das adições (no caso da distribuição) compensadas em parte pela amortização dos ativos relacionados à concessão e ao Uso do Bem Público, durante o período. A conta de intangível representou 26,1% do ativo da EDPBR total em 31 de dezembro de 2011 e 23,6% em 31 de dezembro de 2010.

### **Passivo**

#### **Passivo circulante**

##### **Fornecedores**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de fornecedores era de R\$ 703.742, ou 12,4% superior a 31 de dezembro de 2010. Essa variação deve-se principalmente pelo aumento no prazo médio de pagamento junto aos fornecedores de energia. A conta representava 5,2% do passivo da EDPBR em 31 de dezembro de 2011, e 4,9% em 31 de dezembro de 2010.

##### **Impostos e contribuições sociais**

O saldo da conta de impostos e contribuições sociais, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$ 550.776, apresentando uma redução de 9,7% em comparação com o saldo de 31 de dezembro de 2010, em decorrência, basicamente, da redução no IRPJ e CSLL a pagar, pela diminuição do lucro tributável do período. Com relação ao total do passivo, impostos e contribuições sociais representavam, respectivamente 4,0% e 4,8%, em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

##### **Dividendos**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de dividendos era de R\$192.612, demonstrando um aumento de 0,8% quando comparado a 31 de dezembro de 2010, basicamente devido a destinação do dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido distribuível. A conta representava 1,4% do passivo total do ativo em 31 de dezembro de 2011 e 1,5% em 31 de dezembro de 2010.

##### **Debêntures**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de debêntures era de R\$107.923 demonstrando uma redução de 53,4% quando comparado a 31 de dezembro de 2010, basicamente devido à amortização de parcela vencida no decorrer do ano. A conta representava 0,8% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2011 e 1,8% em 31 de dezembro de 2010.

##### **Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2011 era de R\$471.798, demonstrando um aumento de 25,6% quando comparado a 31 de dezembro de 2010, principalmente em decorrência da captação de novos empréstimos para fazer frente à aquisição da UHE Jari e início de suas obras e as novas captações para a continuidade e encerramento da UTE Pecem. Empréstimos e financiamentos representavam 3,5% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2011 e 2,9% em 31 de dezembro de 2010.

##### **Benefícios pós emprego**

O saldo da conta Benefícios pós-emprego, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$30.035, 8,8% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2010. A variação é explicada pela atualização das premissas constantes do laudo atuarial.

##### **Obrigações estimadas com pessoal**

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2011 era de R\$59.518, comparado com R\$50.450 em 31 de dezembro de 2010, apresentando uma variação de 18,0%, em decorrência, principalmente das provisões de férias, respectivos encargos e da participação nos lucros e resultados do período.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Encargos regulamentares e setoriais

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 275.374, comparado com R\$225.380 em 31 de dezembro de 2010, demonstrando um aumento de 22,2%, principalmente em decorrência da conta de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética, que varia de acordo com a receita líquida das distribuidoras e geradoras e pelos encargos RGR e CCC que aumentaram em relação a 2010. Encargos regulamentares e setoriais representavam 2,0% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2011 e 1,8% em 31 de dezembro de 2010.

### Uso do Bem Público

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta era de R\$20.184, 3,8% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2010 que era de R\$19.440, em virtude da atualização financeira do saldo total e da liquidação das parcelas no período.

### Provisões

A conta de provisões engloba as provisões para contingências cíveis, fiscais, trabalhistas além das provisões para licenças ambientais e a contraprestação contingente após a aquisição da UHE Jari. Em 31 de dezembro de 2011, possuía um saldo de R\$162.127, 435,5% superior a 31 de dezembro de 2010. Esta variação se deu principalmente pela contraprestação contingente que estabelece algumas condições do vendedor do empreendimento UHE Jarí. À medida que tais condições forem sendo atendidas, a EDPBR efetuará tais pagamentos que já estão provisionados. Na composição do passivo total da EDPBR, a conta representou 1,2% em 31 de dezembro de 2011 e 0,2% em 31 de dezembro de 2010.

### Outras contas a pagar

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2011 era de R\$114.108, redução de 17,0% comparada a 31 de dezembro de 2010, principalmente em decorrência do COSIT 27, que consiste nos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e dos encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, a serem compensadas com débitos dessas contribuições e Tarifa Social de energia elétrica, para os consumidores enquadrados na subclasse residencial Baixa Renda, caracterizada por descontos incidentes sobre a tarifa. Outras contas a pagar representavam 0,8% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2011 e 1,1% em 31 de dezembro de 2010.

### Não Circulante

#### Impostos e contribuições sociais

Em 31 de dezembro de 2011, a conta apresentava um saldo de R\$136.817, 0,8% inferior a 31 de dezembro de 2010. Tal variação decorreu da atualização pela Selic e TJLP sobre o parcelamento de impostos federais – Lei 11.941/09 e pela transferência para o passivo circulante das parcelas inferiores a 12 meses. Na composição do passivo da EDPBR, a conta representou 1,0% em 31 de dezembro de 2011 e 1,1% em 31 de dezembro de 2010.

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2011, a conta de imposto de renda e contribuição social diferidos apresentava um saldo de R\$515.037, 78,2% superior a 31 de dezembro de 2010. Tal variação decorreu, principalmente, do imposto de renda e contribuição social diferido sobre a mais-valia da aquisição da UHE Santo Antônio do Jari. Na composição do passivo da EDPBR, a conta representou 3,8% em 31 de dezembro de 2011 e de 2,3% em 31 de dezembro de 2010.

### Debêntures

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de debêntures era de R\$860.637, um aumento de 35,0% quando comparado a 31 de dezembro de 2010, basicamente devido a primeira emissão de debêntures em 03 de novembro de 2011 para a empresa CEJA (Ipueiras), no montante de R\$300.000.000, compensada pela transferência para o passivo circulante e

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

consequente pagamento de debêntures das distribuidoras. A conta representava 6,3% do passivo da EDPBR total em 31 de dezembro de 2011 e 5,0% em 31 de dezembro de 2010.

### **Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2011 era de R\$2.173.228, um aumento de 1,5% se comparado com 31 de dezembro de 2010, principalmente em decorrência da apropriação de encargos e pelas transferências para o passivo circulante e consequente pagamento. Representavam 15,9% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2011 e 16,7% em 31 de dezembro de 2010.

### **Benefícios pós-emprego**

O saldo da conta benefícios pós-emprego, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$262.412, aumento de 38,7% em relação a 31 de dezembro de 2010, em decorrência de atualização das premissas constantes do laudo atuarial e transferências para o passivo circulante das parcelas inferiores a um ano. A conta representava 1,9% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2011 e 1,5% em 31 de dezembro de 2010.

### **Encargos regulamentares e setoriais**

O saldo da conta de encargos regulamentares apresentou uma variação negativa de 47,5%, cujos montantes eram respectivamente de R\$7.035 e R\$12.913. A variação da conta se dá basicamente pela transferência para o passivo circulante das parcelas inferiores há um ano.

### **Uso do Bem Público**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta era de R\$231.139 ficando 7,1% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2010, que era de R\$215.764, basicamente em virtude da atualização financeira (pelo IGP-M) do saldo total e da transferência para o passivo circulante das parcelas inferiores há um ano. A conta representava 1,7% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

### **Provisões**

A conta de provisões, em 31 de dezembro de 2011, possuía um saldo no passivo não circulante de R\$182.568, 18,9% superior a 31 de dezembro de 2010. Este aumento se deu em grande parte devido as novas ações trabalhistas, cíveis e fiscais e novas licenças ambientais. Na composição do passivo total da EDPBR, a conta representou 1,3% em 31 de dezembro de 2011 e 1,2% em 31 de dezembro de 2010.

### **Provisão para passivo a descoberto**

Trata-se de provisão constituída em decorrência da dissolução de sociedade do projeto Terra Verde, que possuía um saldo em 31 de dezembro de 2011 de R\$1.587, ficando 87,6% inferior ao saldo de R\$12.847 em 31 de dezembro de 2010.

### **Outras contas a pagar**

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2011 era de R\$38.737, aumento de 68,0% comparado a 31 de dezembro de 2010, principalmente em decorrência da modicidade tarifária – baixa renda, que consiste em valores a devolver aos consumidores de baixa renda por faturamento efetuado a maior até meados de 2008, e que passaram a ser devolvidos a partir de março de 2009. A conta representava 0,3% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2011 e 0,2% em 31 de dezembro de 2010.

### **Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido atribuído aos controladores era R\$4.605.014 em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 1,1% em relação a 31 de dezembro de 2010, em razão: i) aumento na Reserva de Lucros, em virtude de lucros retidos e; ii) ajustes de avaliação patrimonial, que consistem em: a) ganhos e perdas atuariais – Benefício pós emprego (R\$75.600 negativos em 2010 contra R\$128.500 negativos em 2011); b) Ativos financeiros disponíveis para venda (R\$2.200 em 2010

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

contra R\$5.500 em 2011); e c) Hedge de fluxo de caixa (R\$30.500 negativos em 2010 contra R\$51.300 negativos em 2011). A conta representava 33,7% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2011 e 35,6% em 31 de dezembro de 2010.

Considerando a participação dos não controladores, nosso patrimônio líquido seria de R\$6.547.638 em 31 de dezembro de 2011 contra R\$6.455.121 em 31 de dezembro de 2010, o que corresponderia a 47,9% e 50,4% do passivo total da EDPBR, respectivamente.

### **Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010**

#### **Ativo Circulante**

##### **Caixa e equivalentes de caixa**

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta era de R\$ 1.126.449, ou 2,2% superior a 31 de dezembro de 2009. Esta variação ocorreu, principalmente, devido às atividades operacionais da EDPBR sendo que para melhor entendimento favor atentar para os comentários sobre fluxo de caixa mais adiante nessa seção. A conta representava 8,8% do ativo da EDPBR em 31 de dezembro de 2010, em comparação com 9,2% em 31 de dezembro de 2009.

##### **Consumidores e concessionárias**

Em 31 de dezembro de 2010, a rubrica era de R\$888.806, ou 1,4% inferior a 31 de dezembro de 2009. Esta redução ocorreu em virtude, principalmente, devido a este saldo de suprimento incluir os valores faturados contra a Ampla Energia e Serviços S/A., a qual não cumpriu o preço definido no contrato de compra e venda, levando a Enertrade a constituir provisão para crédito de liquidação duvidosa – PCLD. Na composição do ativo da EDPBR, a conta representou 6,9% em 31 de dezembro de 2010 e 7,6% em 31 de dezembro de 2009.

##### **Impostos e contribuições sociais**

Em 31 de dezembro de 2010, impostos e contribuições sociais eram de R\$ 540.314, ficando 28,9% superior a 31 de dezembro de 2009. Este aumento ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores: Incremento no lucro tributável no período e conseqüente aumento no imposto de renda e contribuição social e COSIT 27, que consiste nos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e dos encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, a serem compensadas com débitos dessas contribuições. Na composição do ativo da EDPBR, a conta representou 4,2% em 31 de dezembro de 2010 e 3,5% em 31 de dezembro de 2009.

##### **Estoques**

Em 31 de dezembro de 2010, os estoques da EDPBR eram de R\$28.112, ou 113,0% superior a 31 de dezembro de 2009. Isto ocorreu devido, principalmente, à recomposição de materiais das distribuidoras, cuja baixa desse estoque havia sido efetuada no ano anterior. Na composição de ativo, a conta representou 0,2% em 31 de dezembro de 2010 e 0,1% em 31 de dezembro de 2009.

##### **Cauções e depósitos vinculados**

Em 31 de dezembro de 2010, a conta de cauções e depósitos vinculados possuía um saldo de R\$62.898, sendo 9,6% inferior a 31 de dezembro de 2009. Esta diminuição ocorreu devido à utilização dos depósitos judiciais relacionados em contrapartida às contingências trabalhistas, fiscais e cíveis. Na composição do ativo da EDPBR, a conta representou 0,5% em 31 de dezembro de 2010 e 0,6% em 31 de dezembro de 2009.

##### **Outros créditos**

O saldo da conta outros créditos realizáveis no longo prazo, em 31 de dezembro de 2010, era de R\$172.561, ou 8,4% superior a 31 de dezembro de 2009, este aumento ocorreu principalmente por conta dos valores a receber, decorrentes dos serviços em curso prestados a terceiros e próprios relacionados diretamente ao objeto da concessão das distribuidoras. Na composição

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

do ativo da EDPBR, a conta representou 1,3% em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009.

### **Não Circulante**

#### **Títulos a receber**

O saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$20.036, 8,7% inferior a 31 de dezembro de 2009 que era de R\$21.938. Esta variação se deve a atualização financeira e amortização do contrato de Cessão de Crédito firmado entre a controlada Lajeado Energia e a Caiuá Distribuição de Energia S.A. A conta representou 0,2% em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009.

#### **Ativo financeiro indenizável**

As Companhias Bandeirante S.A., Espírito Santo Centrais Elétricas – ESCELSA e Evrecy Participações Ltda reconhecem um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa no final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

Esses ativos financeiros refletem o saldo remanescente dos ativos intangíveis das distribuidoras e transmissora do Grupo EDP, não amortizáveis durante o prazo de concessão devido a vida útil ultrapassar o prazo da concessão

Em 31 de dezembro de 2010, o ativo financeiro era de R\$397.324, ou 22,2% superior a 31 de dezembro de 2009 que era de R\$325.262, uma variação de R\$72.062. Tal variação se deve às adições do período. A conta representou 3,1% em 31 de dezembro de 2010 e 2,7% em 31 de dezembro de 2009.

#### **Consumidores e concessionárias**

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta era de R\$63.773, ficando 1,7% inferior a 31 de dezembro de 2009. Esta diminuição se deve ao ajuste a valor presente destes ativos. Na composição do ativo da EDPBR, a conta representou 0,5% em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009.

#### **Impostos e contribuições sociais**

Em 31 de dezembro de 2010, impostos e contribuições sociais no longo prazo eram de R\$35.933. Houve variação positiva de 15,6% em relação a 31 de dezembro de 2009, principalmente por conta do aproveitamento dos créditos de ICMS sobre as aquisições de ativos imobilizados no abatimento do ICMS a pagar sobre o fornecimento de energia a consumidores finais na Bandeirante. Na composição de nosso ativo, a conta representou 0,3% em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009.

#### **Imposto de renda e contribuições social diferidos**

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta era de R\$778.680, sendo 4,1% superior a 31 de dezembro de 2009, compostos em sua maioria por IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e demais adições temporárias, sendo que as principais variações dessa conta estão relacionadas com o alargamento da base de cálculo de amortização/depreciação (mais valia) e benefícios a empregados por conta da implementação dos CPC 15 e CPC 33, respectivamente. Na composição de nosso ativo, a conta representou 6,1% em 31 de dezembro de 2010 e 6,3% em 31 de dezembro de 2009.

#### **Cauções e depósitos vinculados**

Em 31 de dezembro de 2010, a conta de cauções e depósitos vinculados possuía um saldo de R\$239.669, um aumento de 83,2%. Este aumento ocorreu devido à incremento de depósitos vinculados a processos judiciais liquidados no período às contingências trabalhistas, fiscais e cíveis, além dos saldos remanescentes das garantias que as empresas Enerpeixe e CESA tem depositadas face empréstimos devidos junto ao BNDES e das operações de curto prazo na

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CCEE. Na composição de nosso ativo, a conta representou 1,9% em 31 de dezembro de 2010 e 1,1% em 31 de dezembro de 2009.

### Outros créditos

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2010 era de R\$32.379, variação negativa de 35,2% em relação ao saldo de R\$49.937 de 31 de dezembro de 2009. Esta variação ocorreu devido à realização dos valores adiantados a fornecedores. Na composição de nosso ativo, a conta representou 0,3% em 31 de dezembro de 2010 e 0,4% em 31 de dezembro de 2009.

### Investimentos

Em 31 de dezembro de 2010, a conta investimentos possuía um saldo de R\$37.271, superior em 20,5% em relação a 31 de dezembro de 2009, cuja variação se deu principalmente pelo aporte de R\$ 5.700 na EDP Renováveis. A conta de investimentos representou 0,3% de nosso ativo total em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009.

### Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2010, o imobilizado era de R\$5.303.587, sendo 10,4% maior que em 31 de dezembro de 2009. Essa variação é decorrente das adições ao imobilizado em curso no período referentes à UTH Pecém I e repotenciação das PCH's Mascarenhas, Rio Bonito e Suíça, compensado em parte pela depreciação dos ativos. A conta de imobilizado representou 41,4% do ativo da EDPBR total em 31 de dezembro de 2010 e 40,3% em 31 de dezembro de 2009.

### Intangível

Em 31 de dezembro de 2010, o intangível era de R\$3.026.713, ficando 1,1% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2009, composto na sua maioria pelo Direito de Concessão de infraestrutura, Uso do bem público e outros, sendo a variação do período decorrente das adições compensadas em parte pela depreciação dos ativos durante o período. A conta de intangível representou 23,6% do ativo da EDPBR total em 31 de dezembro de 2010 e 25,1% em 31 de dezembro de 2009.

### Passivo

#### Passivo circulante

##### Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de fornecedores era de R\$ 626.381, ou 23,3% superior a 31 de dezembro de 2009. Essa variação deve-se principalmente pelo maior custo de aquisição de energia por parte das distribuidoras do grupo, alteração de metodologia de amortização dos saldos de perda da receita e energia livre (Resolução 387 ANEEL) e pelo aumento na aquisição de materiais e serviços. A conta representava 4,9% do passivo do ativo da EDPBR em 31 de dezembro de 2010, e 4,3% em 31 de dezembro de 2009.

##### Impostos e contribuições sociais

O saldo da conta de impostos e contribuições sociais, em 31 de dezembro de 2010, era de R\$ 609.891, apresentando um aumento de 34,2% em comparação com o saldo de 31 de dezembro de 2009, em decorrência, basicamente, de aumento no IRPJ e CSLL a pagar, pelo aumento do lucro tributável do período. Tal saldo será compensado no final do ano com os valores já antecipados e registrados na rubrica de Impostos e Contribuições Sociais do Ativo Circulante. Com relação ao total do passivo, impostos e contribuições sociais representavam respectivamente, em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009, a composição de 4,8% e 3,8%.

##### Dividendos

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de dividendos era de R\$191.142, demonstrando um aumento de 32,2% quando comparado a 31 de dezembro de 2009, basicamente devido ao pagamento de dividendos relativos ao ano de 2009, este saldo será liquidado durante o



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2011. A conta representava 1,5% do passivo total do ativo em 31 de dezembro de 2010 e 1,2% em 31 de dezembro de 2009.

### Debêntures

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de debêntures era de R\$231.730 demonstrando um aumento de 10,3% quando comparado a 31 de dezembro de 2009, basicamente devido à apropriação e pagamento de juros no período. A conta representava 1,8% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009.

### Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2010 era de R\$375.701, demonstrando uma redução de 34,4% quando comparado a 31 de dezembro de 2009, principalmente em decorrência da liquidação da dívida de HSBC - Notas Promissórias da EDP Bandeirante em maio de 2010. Empréstimos e financiamentos representavam 2,9% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2010 e 4,8% em 31 de dezembro de 2009.

### Encargos regulamentares e setoriais

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 225.380, comparado com R\$156.561 em 31 de dezembro de 2009, demonstrando um aumento de 44,0%, principalmente em decorrência da conta de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética, que varia de acordo com a receita líquida das distribuidoras e geradoras e pelos encargos RGR e CCC que aumentaram em relação a 2009. Encargos regulamentares e setoriais representavam 1,8% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2010 e 1,3% em 31 de dezembro de 2009.

### Uso do Bem Público

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta era de R\$19.440, ficando 12,5% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2009 que era de R\$17.280, em virtude da atualização financeira do saldo total e da liquidação das parcelas no período. A conta representava 0,2% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2010 e 0,1% em 31 de dezembro de 2009.

### Provisões

A conta de provisões engloba as provisões para contingências cíveis, fiscais, trabalhistas além das provisões para licenças ambientais. Em 31 de dezembro de 2010, possuía um saldo de R\$30.275, ou 54,1% superior a 31 de dezembro de 2009. Esta variação se deu principalmente pela provisão de licenças ambientais na controlada Investco S.A. Na composição do passivo total da EDPBR, a conta representou 0,2% em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009.

### Outras contas a pagar

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2010 era de R\$137.411, redução de 17,2% comparada a 31 de dezembro de 2009, principalmente em decorrência do COSIT 27, que consiste nos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e dos encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, a serem compensadas com débitos dessas contribuições e Tarifa Social de energia elétrica, para os consumidores enquadrados na subclasse residencial Baixa Renda, caracterizada por descontos incidentes sobre a tarifa. Outras contas a pagar representavam 1,1% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2010 e 1,4% em 31 de dezembro de 2009.

### Não Circulante

#### Impostos e contribuições sociais

Em 31 de dezembro de 2010, a conta apresentava um saldo de R\$137.853, ou 3,0% inferior a 31 de dezembro de 2009. Tal variação decorreu da atualização pela Selic e TJLP sobre o parcelamento de impostos federais (PAEX) da Lajeado Energia e pela transferência para o curto

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

prazo das parcelas inferiores a 12 meses. Na composição do passivo da EDPBR, a conta representou 1,1% em 31 de dezembro de 2010 e 1,2% em 31 de dezembro de 2009.

### **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Em 31 de dezembro de 2010, a conta de imposto de renda e contribuição social diferidos apresentava um saldo de R\$289.003, tal variação decorreu, principalmente, das operações de derivativos da controlada Pecém, pela adoção do CPC 39 que trata dos instrumentos financeiros e respectivo imposto diferido. Na composição do passivo da EDPBR, a conta representou 2,3% em 31 de dezembro de 2010 e de 2,2% em 31 de dezembro de 2009.

### **Debêntures**

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de debêntures era de R\$637.593, um aumento de 40,7% quando comparado a 31 de dezembro de 2009, basicamente devido a 4ª emissão de debêntures no ano de 2010 e a apropriação e pagamento de juros no período. A conta representava 5,0% do passivo da EDPBR total em 31 de dezembro de 2010 e 3,8% em 31 de dezembro de 2009.

### **Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2010 era de R\$2.140.882, um aumento de 9,4% se comparado com 31 de dezembro de 2009, principalmente em decorrência da segunda liberação do BNDES de cerca de R\$260.000, da segunda liberação do BID de cerca de U\$ 50.000 e operações de SWAP de cerca de R\$50.000 referentes a Porto Pecém, compensado pelas transferências para o curto prazo e pagamento de juros e encargos. Representavam 16,7% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2010 e 16,4% em 31 de dezembro de 2009.

### **Benefícios pós-emprego**

O saldo da conta benefícios pós-emprego, em 31 de dezembro de 2010, era de R\$189.228, aumento de 44,7% em relação a 31 de dezembro de 2009, em decorrência de atualização das premissas constantes do laudo atuarial e transferências para o passivo circulante das parcelas inferiores a um ano. A conta representava 1,5% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2010 e 1,1% em 31 de dezembro de 2009.

### **Encargos regulamentares e setoriais**

O saldo da conta de encargos regulamentares e setoriais apresentou variação negativa de 13,6% 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009, cujos montantes eram respectivamente de R\$12.913 e R\$14.939. A variação da conta se dá basicamente pela transferência para o passivo circulante das parcelas inferiores há um ano.

### **Uso do Bem Público**

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta era de R\$215.764, 5,0% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2009, que era de R\$205.564, basicamente em virtude da atualização financeira (pelo IGP-M) do saldo total e da transferência para o passivo circulante das parcelas inferiores há um ano. A conta representava 1,7% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009.

### **Provisões**

A conta de provisões, em 31 de dezembro de 2010, possuía um saldo no passivo não circulante de R\$153.566, ou 8,8% superior a 31 de dezembro de 2009. Este aumento se deu em grande parte aos custos necessários para atribuição das licenças ambientais de instalação e operação da UHE Lajeado. Na composição do passivo total da EDPBR, a conta representou 1,2% em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009.

### **Outras contas a pagar**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2010 era de R\$23.054, redução de 49,8% comparada a 31 de dezembro de 2009, principalmente em decorrência da liquidação de R\$24.000 a título de redução do capital da controlada Tocantins Energia, no âmbito da Reorganização Societária – Incorporação da Tocantins Energia S.A. e da EDP Lajeado Energia S.A. na Lajeado Energia S.A. finalizada em novembro de 2009. A conta representava 0,2% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2010 e 0,4% em 31 de dezembro de 2009.

### Patrimônio líquido

O patrimônio líquido atribuído aos controladores era R\$4.554.478 em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 4,4% em relação a 31 de dezembro de 2009, em razão, basicamente do aumento do lucro líquido do período e da destinação de uma parcela do lucro para dividendos a pagar. A conta representava 35,6% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2010 e 36,6% em 31 de dezembro de 2009.

### Fluxo de caixa

A tabela a seguir apresenta o nosso fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento para os períodos indicados:

|  | 31/12/2009       | 31/12/2010       | 31/12/2010       | Variação<br>12/09 -<br>12/10<br>(%) | Variação<br>12/10 -<br>12/11<br>(%) |
|--|------------------|------------------|------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
|  | (R\$ mil)        |                  |                  |                                     |                                     |
| Caixa gerado pelas (aplicado nas) ativ. operacionais     | 1.297.967        | 1.469.654        | 1.490.742        | 13,2%                               | 1,4%                                |
| Caixa gerado pelas (aplicado nas) ativ. de investimentos | (265.910)        | (924.651)        | (1.082.673)      | 247,7%                              | 17,1%                               |
| Caixa gerado pelas (aplicado nas) ativ. de financiamento | (429.916)        | (520.576)        | (638.650)        | 21,1%                               | 22,7%                               |
| <b>Disponibilidades no início do período/exercício</b>   | <b>499.881</b>   | <b>1.102.022</b> | <b>1.126.449</b> | <b>120,5%</b>                       | <b>2,2%</b>                         |
| <b>Disponibilidades no final do período/exercício</b>    | <b>1.102.022</b> | <b>1.126.449</b> | <b>895.868</b>   | <b>2,2%</b>                         | <b>-20,5%</b>                       |
| Aumento (redução) nas disponibilidades                   | 602.141          | 24.427           | (230.581)        |                                     |                                     |
| Aumento (redução) nas disponibilidades (%)               | 120,5%           | 2,2%             | -20,5%           |                                     |                                     |

### Comparação do Fluxo de Caixa nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou um aumento de R\$21.088, ou 1,4%, entre os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010. Tal variação é explicada principalmente pelo desembolso a menor de imposto de renda e contribuição social pagos.

O fluxo de caixa das atividades de investimento, por sua vez, apresentou uma variação de R\$158.022, ou 17,1%, entre os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, explicados por:

- As aquisições de imobilizado variaram de R\$ 918.743 em 2010 para R\$ 807.662 em 2011, um decréscimo de R\$11.081, principalmente por menores desembolsos para a construção da UTE Pecem I, em virtude do andamento das obras e proximidade de sua conclusão;

Adicionalmente, o fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou um aumento de R\$118.074, ou 22,7%, entre os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010. Além das captações e liquidações dos empréstimos e financiamentos recorrentes, os principais eventos ocorridos nesse período foram:

- Aumento nos dividendos pagos aos controladores da Holding e minoritários, no montante de R\$ 127.609;

### Comparação do Fluxo de Caixa nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou um aumento de R\$171.687, ou 13,2%, entre os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009. Tal variação é explicada principalmente pela variação no prazo médio de recebimento dos clientes das distribuidoras e da comercializadora do grupo EDPBR.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

O fluxo de caixa das atividades de investimento, por sua vez, apresentou uma variação de R\$658.741, ou 247,7%, entre os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, explicados em sua maior parte pelos desinvestimentos ocorridos em 2009, quando da venda da ESC90 e a alienação de ações em tesouraria. As principais variações foram:

- As aquisições de imobilizado variaram de R\$ 735.314 em 2009 para R\$918.743 em 2010, um acréscimo de R\$183.429, dos quais R\$ 238.300 correspondem a Pecem, com a compensação de R\$ 29.100 a menos de aquisição em Santa Fé, devido a sua conclusão e entrada em operação durante o ano de 2009;
- Alienação do investimento na empresa ESC90, em junho de 2009, com impacto de caixa no montante de R\$94.600;
- Alienação de ações em tesouraria, em novembro de 2009, no montante R\$427.144.

Adicionalmente, o fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou um aumento de R\$90.660, ou 21,1%, entre os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009. Além das captações e liquidações dos empréstimos e financiamentos recorrentes, os principais eventos ocorridos nesse período foram:

- Aumento nos dividendos pagos aos minoritários, no montante de R\$68.476;
- Pagamento de R\$24.000 a título de redução do capital da controlada Tocantins Energia, no âmbito da Reorganização Societária – Incorporação da Tocantins Energia S.A. e da EDP Lajeado Energia S.A. na Lajeado Energia S.A. finalizada em novembro de 2009.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2. Comentários dos Diretores da Companhia sobre:

(em milhares de reais, exceto quando indicado).

#### a. Resultados das operações da Companhia

Os três principais segmentos de atuação da Companhia são: distribuição, geração e comercialização, com uma pequena contribuição do segmento de transmissão, que não é estratégico para a Companhia. Nossos segmentos realizam compras e vendas de energia elétrica entre eles. Os segmentos de geração e comercialização vendem energia para nossas distribuidoras. Com o intuito de evitar a duplicidade das receitas e despesas, em nossas demonstrações consolidadas os resultados das operações inter-segmento são eliminados. Porém, a análise individual dos segmentos não seria a mais adequada caso desconsideremos estas operações. Como consequência, as vendas e despesas entre os segmentos não foram eliminados na discussão dos resultados apresentados abaixo.

A distribuição reflete principalmente as vendas a consumidores cativos e cobrança pelo uso do sistema de distribuição (TUSD) junto a consumidores livres, cuja tarifa é definida pela Aneel, sendo que a quantidade vendida varia em função de fatores em que a Companhia não tem gerenciamento, tais como temperatura, massa salarial e atividade econômica da área de concessão de nossas distribuidoras, além da própria atividade econômica do País.

O segmento de distribuição representou em 2011 72,7% da receita líquida consolidada da Companhia, com um montante de R\$3.928,7 milhões, crescimento de 4,4% sobre o ano de 2010, quando alcançou o montante de R\$3.762,7 milhões e representava 74,7% da receita líquida consolidada da Companhia.

Em relação ao EBITDA ajustado a distribuição teve R\$754,9 milhões em 2011 (49,1% do EBITDA ajustado consolidado da Companhia) o que representou uma redução de 9,6% sobre o ano de 2010, quando atingiu o montante de R\$834,9 milhões (55,3% do EBITDA ajustado consolidado da Companhia).

A contribuição da distribuição para o lucro líquido consolidado da Companhia foi a seguinte: 66,9% em 2011 (R\$326,9 milhões); 78,4% em 2010 (R\$456,8 milhões), e 62,5% em 2009 (R\$435,1 milhões).

Nosso segmento de geração consiste na operação de 19 usinas (dentre UHE e PCHs), inclusive com atuação no segmento de energias renováveis. É um segmento que requer elevados investimentos em ativos imobilizados e financiamentos relevantes para viabilizar as respectivas construções, sendo que em alguns empreendimentos é necessário que atuemos em parceria com sócios estratégicos. Isso explica porque as receitas e margens não são refletidas no lucro líquido consolidado. Uma parte dessas receitas e margens é distribuída aos acionistas não controladores.

A receita líquida da geração foi a seguinte: R\$979,1 milhões em 2009, R\$1.004,1 milhões em 2010 e R\$1.096,4 milhões em 2011, o que representou um aumento de 2,6% de 2009 para 2010 e 9,2% de 2010 para 2011. Da receita líquida consolidada da Companhia, o segmento de geração representou: 21,2% em 2009, 19,9% em 2010 e 20,3% em 2011.

O EBITDA ajustado da geração foi o seguinte: R\$710,7 milhões em 2009, R\$716,2 milhões em 2010, aumento de 0,8%, Já em 2011, o EBITDA ajustado foi de R\$800,6 milhões, crescimento de 11,8% em relação a 2010. Do EBITDA ajustado da Companhia a geração representou: 46,6% em 2009, 47,5% em 2010 e 52,1% em 2011.

O lucro líquido da geração apresentou os seguintes montantes: R\$410.148 em 2009, R\$314.660 em 2010 e R\$388.006 em 2011. Do lucro líquido consolidado da Companhia, a geração representou: 58,96% em 2009, 54,01% em 2010 e 79,07% em 2011.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O segmento de comercialização, representado pela Enertrade, vende energia e serviços de valor agregado para consumidores livres, concessionárias e permissionárias.

A receita líquida da comercialização foi a seguinte: R\$763,2 milhões em 2009, R\$741,4 milhões em 2010, redução de 2,9%. Em 2011, a receita líquida foi de R\$921,7 milhões, crescimento de 24,3% em relação a 2010. Da receita líquida consolidada da Companhia o segmento de comercialização representou: 16,5% em 2009, 14,7% em 2010 e 17,1% em 2011.

O EBITDA ajustado da comercialização foi o seguinte: R\$35,5 milhões em 2009, R\$24,6 milhões em 2010, redução de 36,6%. Em 2011, o EBITDA ajustado foi de R\$32,7 milhões, crescimento de 32,9% em relação a 2010. Do EBITDA ajustado da Companhia o segmento de comercialização representou: 2,3% em 2009, 1,6% em 2010 e 2,1% em 2011.

O lucro líquido da comercialização apresentou os seguintes montantes: em 2009, R\$25,0 milhões e em 2010, R\$16,7 milhões, redução de 33,2%. Em 2011, o lucro líquido foi de R\$23,7 milhões, aumento de 41,9% em relação a 2010. Do lucro líquido consolidado da Companhia, a comercialização representou: 3,6% em 2009, 2,9% em 2010 e 4,8% em 2011.

O segmento de transmissão, representado pela controlada Evrecy Participações Ltda, possui valores não significativos no nível consolidado.

Com base nos segmentos acima apresentados, o resultado operacional da Companhia apresentou os seguintes montantes: (i) receita operacional líquida de R\$4.621,7 milhões em 2009, R\$5.034,3 milhões em 2010, crescimento de 8,9%. Em 2011, a receita operacional líquida foi de R\$5.401,7 milhões, crescimento de 7,3% sobre 2010; (ii) EBITDA ajustado de R\$1.523,6 milhões em 2009, R\$1.508,8 milhões em 2010, diminuição de 1,0%. Em 2011, o EBITDA ajustado foi de R\$1.537,6 milhões, crescimento de 1,9%; (iii) lucro líquido de R\$695,7 em 2009, R\$582,6 milhões em 2010, diminuição de 16,3%. Tal redução se deu, principalmente, pelo impacto da alienação da ESC 90 em 2009, com resultado positivo de R\$120,9 milhões. Excluindo esse impacto, o lucro líquido teria apresentado crescimento de 1,4% no exercício. Em 2011, o lucro líquido foi de R\$490,7 milhões, redução de 15,8% em relação a 2010. Dentre os motivos que explicam a redução no lucro, podemos destacar os processos judiciais relacionados a White Martins que tiveram impacto no lucro líquido de R\$50,8 milhões, aliado as variações em resultados financeiros já detalhados no tópico específico de resultado financeiro líquido.

### **b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Nossos Diretores entendem que o resultado das nossas operações é direta e significativamente impactado pela mudança nas tarifas de energia elétrica reguladas pela ANEEL, sendo que as nossas receitas operacionais e margens (essencialmente no caso das nossas controladas distribuidoras) dependem do processo de revisão tarifária. Buscamos manter um bom relacionamento com o órgão regulador e com os demais participantes do mercado, para que o processo de revisão tarifária reflita de forma transparente e adequada os interesses dos consumidores e acionistas.

### **c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.**

Todas as nossas operações encontram-se no território nacional. Dessa maneira, o desempenho geral da economia brasileira afeta a demanda por energia elétrica e a inflação afeta nossos custos e margens. A inflação afeta os negócios basicamente pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras.

Já a depreciação do real eleva os custos de aquisição de energia elétrica da hidrelétrica de Itaipu, além de reduzir em dólar (ou euro) o montante de dividendos a ser distribuído aos acionistas ou mesmo o equivalente em dólares (ou euros) ao preço de mercado de nossas ações ordinárias. Nossos Diretores acreditam que possuímos uma política adequada de proteção contra flutuações na taxa de câmbio.

## **10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

**10.3. Comentários dos Diretores da Companhia sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados: a. introdução ou alienação de segmento operacional; b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária; c. eventos ou operações não usuais.**

(em milhares de reais, exceto quando indicado).

### **a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Nossos diretores entendem que nos 3 últimos exercícios sociais não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

### **b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Nossos diretores entendem que os eventos listados abaixo são decorrentes do cumprimento das nossas estratégias de: (i) buscarmos crescimento sustentado em ativos de geração, notadamente nos casos da aquisição da CENAEEL, Elebrás e ECE; (ii) focarmos em atividades do nosso segmento de negócio e para as quais tem competências, notadamente no caso da alienação da nossa participação na ESC90; e (iii) maximizarmos a rentabilidade dos nossos acionistas, como no caso do aproveitamento de benefícios fiscais e redução de custos decorrente das reorganizações societárias descritas a seguir:

#### Aquisição da ECE Participações S.A. ("ECE")

Em 15 de junho de 2011, a Companhia, por meio de sua controlada Ipueiras Energia (atualmente denominada Companhia Energética do Jari - CEJA), adquiriu a totalidade das ações da ECE Participações, empresa pertencente aos Grupos CS e Participa, detentora de 90% do Consórcio Amapá Energia, o qual possuía os direitos de exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari), na divisa dos Estados do Pará e Amapá.

A participação remanescente de 10% do Consórcio Amapá Energia era detida pela Jari Energética S.A., detentora original da concessão que tem direito de venda conjunta da sua participação à Ipueiras Energia S.A., pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento (tag along). O exercício deste direito foi realizado em 30 de junho de 2011.

O investimento total previsto pode variar entre R\$1,27 bilhão e R\$1,41 bilhão, incluindo o investimento na construção da usina para a instalação da capacidade máxima de 373,4 MW e o pagamento do projeto aos vendedores.

Em 13 de outubro de 2011 foi concluída a aquisição dos 90% dos direitos de exploração da UHE Jari.

Em 23 de dezembro de 2011, foi concluída a aquisição, através da controlada ECE Participações, dos 10% remanescentes dos direitos de exploração da UHE Jari. Com esta aquisição a EDP Energias do Brasil consolida 100% dos direitos de exploração.

Como parte do contrato de compra da ECE Participações, foi acordada uma contraprestação contingente com o ex-proprietário e os pagamentos adicionais serão feitos da seguinte forma:

a) R\$29.000, mediante a publicação do ato confirmatório da celebração do segundo e/ou demais aditivos ao contrato de concessão, o que por último ocorrer, contemplando, cumulativamente, o qual deverá incluir, mas sem limitação, em um ou mais aditivos ao contrato de concessão, a prorrogação do contrato de concessão para 2044, a homologação de potência da UHE Jari para 373,40MW, a definição do novo cronograma físico de implantação do empreendimento, alteração do traçado da linha de transmissão de uso exclusivo (em conjunto, os "aditivos ao contrato de concessão");



**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

b) R\$47.000, assumindo-se a estimativa de incremento de 23,25MW médios de energia assegurada, totalizando 219,35MW médios na UHE Jari. Caso haja variações no montante de energia assegurada a ser homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o valor a ser pago será de R\$2.022 por MW médios de energia assegurada, adicional aos 196,1MW médios já homologados, referente ao aumento de potência homologado nos termos da letra (a) supra, mediante a publicação do ato confirmatório da respectiva homologação da energia assegurada pela ANEEL;

c) R\$19.000, mediante a aprovação junto a todas as Autoridades Governamentais competentes e publicação do benefício fiscal de diferencial de alíquota devida nas aquisições interestaduais de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e outros materiais, bem como os importados sem similar nacional (DIFAL), objeto do Convênio ICMS Nº 53, de 6 de julho de 2001;

d) R\$8.000, mediante a homologação do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI junto às Autoridades Governamentais competentes.

Em 13 de outubro de 2011 o valor da contraprestação contingente na CEJA foi estimado em R\$111.740 e o reconhecimento desses custos ocorreu contra a rubrica de Intangível - Direito de Concessão Outros, assim como a atualização monetária. O saldo é corrigido pelo percentual correspondente à soma de 50% da variação da Taxa DI e 50% da variação do IPCA, ambos calculados pro rata temporis no período entre a data-base (1º de junho de 2011) e data do efetivo pagamento.

Como parte da transferência dos 10% da concessão UHE Jari, foi acordada uma contraprestação contingente com a Jari Energética S.A. (ex-proprietária dos 10% da concessão) e os pagamentos adicionais a serem pagos para o ex-proprietário são:

a) R\$3.222, mediante publicação do ato confirmatório da celebração do segundo e ou demais aditivos ao contrato de concessão, o que por último ocorrer, contemplando, cumulativamente, o qual deverá incluir, mas sem limitação, em um ou mais aditivos ao contrato de concessão, a prorrogação do contrato de concessão para 2044, a homologação de potência da UHE do Jari para 373,40MW, a definição do novo cronograma físico de implantação do empreendimento, alteração do traçado da linha de transmissão de uso exclusivo;

b) R\$5.222, assumindo-se a estimativa de incremento de 23,25MW médios de energia assegurada, totalizando 219,35MW médios na UHE Jari;

c) R\$2.111 mediante a aprovação junto a todas as Autoridades Governamentais competentes e publicação do benefício fiscal de diferencial de alíquota devida nas aquisições interestaduais de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e outros materiais, bem como os importados sem similar nacional (DIFAL), objeto do convênio ICMS Nº 53, de 6 de julho de 2001; e

d) R\$889 mediante a homologação do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI junto às Autoridades Governamentais competentes.

Em dezembro de 2011 o valor da contraprestação contingente no Consolidado da CEJA foi estimado em R\$123.849 (R\$111.740 - CEJA e R\$12.109 - na controlada ECE Participações), o reconhecimento desses custos ocorreu contra a rubrica de Intangível - Direito de Concessão Outros. O saldo é corrigido pelo percentual correspondente a soma de 50% da variação da Taxa DI e 50% da variação do IPCA, ambos calculados pro rata temporis no período entre a data base (1º de junho de 2011) e data do efetivo pagamento. As atualizações monetárias até 13 de outubro de 2011 (controlada CEJA) e até 23 de dezembro de 2011 (controlada indireta ECE Participações), foram registradas no intangível.

A controlada indireta ECE Participações, encontra-se em fase pré-operacional.

Aquisição da Ceneel

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Em 16 de fevereiro de 2009, a EDP Renováveis, detida em 45% pela controlada Enernova, concluiu a aquisição da Ceneel, por R\$38.331 mil, detentora dos parques eólicos de Água Doce e Horizonte, localizados no Estado de Santa Catarina, com capacidade instalada de 13,8 MW (23 aerogeradores com 600 kW cada), bem como a possibilidade de expansão dessa capacidade em mais 70 MW. Este projeto eólico representa o primeiro investimento privado no setor eólico do Brasil. Teve o início em 2004 com a instalação do parque eólico de Horizonte (4,8 MW), cuja remuneração está associada a um contrato de compra e venda de energia elétrica com a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("CELESC") e, em 2006, instalou o parque de Água Doce (9 MW), cuja remuneração está associada ao programa PROINFA.

### Aquisição da Elebrás

Em 17 de Março de 2009, a EDP Renováveis Brasil S.A. adquiriu a Elebrás Projetos Ltda., pelo valor de R\$22.310 mil, que inclui 4 projetos em carteira, com uma capacidade instalada superior a 500 MW. Dos diferentes projetos em carteira da Elebrás, o de Tramandaí que tem uma capacidade instalada de 70 MW, tendo já formalizado um PPA no âmbito do PROINFA.

### Alienação da ESC 90 Telecomunicações Ltda.

Em 30 de junho de 2009, a Companhia consumou a operação de alienação da totalidade das quotas da ESC 90 de sua titularidade, à Net Serviços de Comunicação S.A., conforme previsto no Contrato Particular de Compra e Venda de Quotas Sociais celebrado com a NET Serviços de Comunicação S.A.. A conclusão da Operação estava condicionada à obtenção de aprovação prévia da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, a qual foi concedida sem quaisquer ressalvas no dia 8 de junho de 2009 e publicada no Diário Oficial da União em edição do dia 19 de junho de 2009, na Seção 1, página 57. O valor total da Operação contratada na data base de 30 de abril de 2008 (para 100% do capital social) foi de R\$94.624 mil.

Considerando que a Operação envolveu a recuperação de créditos detidos pela Companhia contra a ESC 90, bem como permitiu a reversão de provisões anteriormente constituídas, proporcionou um efeito positivo no resultado da Companhia no valor de R\$120.989 mil, registrados nas rubricas de Resultado Financeiro no montante de R\$74.764 mil e Outras receitas operacionais no montante de R\$46.225 mil. O contrato previa cláusula de atualização monetária e de ajustes no valor da operação que foi objeto de liquidação neste exercício no montante de R\$3.891 mil. Nossos diretores entendem que a concretização dessa operação atendeu ao planejamento estratégico que traçamos no sentido de concentrar sua atuação nos segmentos de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, com a alienação de ativos não relacionados ao seu negócio principal.

### Cisão parcial da Castelo Energética S.A. ("CESA") com a transferência dos ativos de transmissão e início das operações da Evrecy Participações Ltda. ("Evrecy").

Em 1º de junho de 2009, através da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da controlada indireta CESA, deliberaram a realização da cisão parcial da referida Sociedade, em decorrência da transferência da concessão de transmissão regulada pelo Contrato de Concessão de Transmissão n.º 020/2008, da ANEEL, da controlada indireta CESA para a controlada indireta Evrecy, objeto da Resolução Autorizativa n.º 1.823, de 3 de março de 2009, da ANEEL. Nossos diretores entendem que essa operação foi salutar para nossos interesses, a medida em que nos permitiu gerar maior eficiência operacional, financeira, administrativa e econômica das sociedades. CESA e a Evrecy são sociedades controladas diretamente pela controlada Energest S.A. O acervo cindido do patrimônio da controlada indireta CESA e incorporado pela controlada indireta Evrecy, avaliado na data base de 30 de abril de 2009 totalizou o montante de R\$21.462 mil, conforme detalhado no correspondente Laudo de avaliação e, correspondente à parcela do Capital social.

Em decorrência da cisão parcial da controlada indireta CESA e a consequente transferência do acervo cindido para a controlada indireta Evrecy, ocorreu uma redução do capital social da controlada indireta CESA de R\$44.920 mil para R\$23.458 mil, sem cancelamento de ações.

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

### Reorganização societária - Incorporação da Tocantins Energia S.A. e da EDP Lajeado Energia S.A. na Lajeado Energia S.A.

Em 30 de novembro de 2009, as Assembleias Gerais Extraordinárias da controlada Tocantins Energia S.A. ("Tocantins") da controlada EDP Lajeado Energia S.A. ("EDP Lajeado") e da controlada Lajeado Energia S.A. ("Lajeado"), sociedades integrantes do Grupo EDP – Energias do Brasil, deliberaram a reorganização societária através da incorporação da controlada Tocantins e da controlada EDP Lajeado na controlada Lajeado. Nossos diretores entendem que essa operação que teve os seguintes objetivos:

- a) Racionalizar e simplificar a estrutura societária das empresas envolvidas, aproveitar as sinergias do negócio da comercialização de energia e da gestão dos ativos da investida comum, Investco S.A.
- b) Otimizar a alocação dos recursos próprios ou obtidos de terceiros, com a finalidade de garantir o melhor retorno possível aos acionistas.

A referida reorganização societária compreendeu os seguintes eventos:

- (i) Incorporação da controlada Tocantins pela controlada Lajeado;
- (ii) Aumento do capital social na controlada EDP Lajeado, por transferência da totalidade das ações detidas na Lajeado Energia pela Companhia;
- (iii) Incorporação da controlada EDP Lajeado pela controlada Lajeado. Através da Resolução Autorizativa n.º 2.218, de 1º de dezembro de 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, aprovou a transferência da totalidade da participação detida pela controlada EDP Lajeado para a controlada Lajeado, na concessão da UHE Luiz Eduardo Magalhães, que estabeleceu, também, a amortização do ágio pela curva determinada entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da controlada Lajeado.

A Incorporação acarretou o aumento do capital social da controlada Lajeado, de R\$513.810 mil para R\$756.866 mil, um aumento, portanto, de R\$243.056 mil, mediante a emissão de 142.029.324 novas ações, atribuídas na época aos acionistas Governo do Estado do Tocantins, Eletrobrás e nós, na proporção de suas participações no capital social da controlada EDP Lajeado na data da Incorporação, sendo 113.690.041 ações ordinárias atribuídas à Companhia e 28.339.283 ações preferenciais classe A atribuídas à Eletrobrás. O valor do acervo líquido incorporado pela Companhia, no montante de R\$127.827 mil, foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio Líquido da EDP – Energias do Brasil, na forma do disposto no art. 6º da Instrução CVM 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado da controlada Lajeado. Em função da referida reestruturação societária e consumadas as providências legais da incorporação, a controlada EDP Lajeado e a Tocantins foram extintas de pleno direito e a controlada Lajeado assumiu a responsabilidade ativa e passiva relativa à controlada EDP Lajeado e a controlada Tocantins, passando a ser sucessora legal, para todos os efeitos.

Dando continuidade ao processo de racionalização e simplificação global da estrutura societária do Grupo EDP iniciado em 2009, a Sociedade Enernova S.A. ("Enernova"), por meio de uma redução de capital, transferiu sua participação societária na Sociedade EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A. ("EDPBR") para a EDP Energias do Brasil S.A. ("ENBR"), de forma que esta passou a exercer participação acionária direta no capital da EDPRBR. Ainda no âmbito da simplificação da Estrutura societária do Grupo EDP, a Enernova foi extinta por incorporação pela Sociedade Ipueiras Energia S.A., que a sucedeu em todos seus direitos e obrigações (está informação também foi contemplada no item 6.5 deste Formulário de Referência).

### **c) eventos ou operações não usuais**

Nos 3 últimos exercícios sociais não ocorreram eventos ou operações não usuais.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4. Comentários dos Diretores da Companhia sobre:****(a) mudanças significativas nas práticas contábeis;**

Adotamos, a partir de dezembro de 2009, todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, e, em razão disso, as nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e de 2009, estão de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31 de dezembro de 2011.

Abaixo nossos Diretores apresentam em ordem cronológica os efeitos das novas práticas contábeis:

**2009**

(As informações abaixo apresentadas se referem às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010).

Em 2009, as demonstrações financeiras da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Portanto, as demonstrações financeiras de 2009 foram reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

Valores em R\$ mil.

**Conciliação do balanço patrimonial da controladora (CPC) e consolidado (IFRS) em 31 de dezembro de 2009**

| Ativo   | Controladora             |           |                 | Consolidado              |             |                  |
|---|--------------------------|-----------|-----------------|--------------------------|-------------|------------------|
|   | Anterior-mente publicado | Ajustes   | Ajustado ao CPC | Anterior-mente publicado | Ajustes     | Ajustado ao IFRS |
| <b>Circulante</b>   |                          |           |                 |                          |             |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa                             | 233.440                  |           | 233.440         | 1.102.022                |             | 1.102.022        |
| Títulos a receber   |                          |           |                 |                          | 5.999       | 5.999            |
| Ativo financeiro indenizável                              |                          |           | -               |                          | 823         | 823              |
| Consumidores e concessionárias                            |                          |           | -               | 988.505                  | (86.724)    | 901.781          |
| Impostos e contribuições sociais                          | 75.036                   |           | 75.036          | 413.567                  | 5.738       | 419.305          |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos          |                          |           | -               | 128.495                  | (128.495)   | -                |
| Dividendos a receber                                      | 459.317                  | (323.209) | 136.108         |                          |             | -                |
| Estoques  |                          |           | -               | 13.199                   |             | 13.199           |
| Cauções e depósitos vinculados                            | 2.168                    |           | 2.168           | 69.587                   |             | 69.587           |
| Despesas pagas antecipadamente                            | 4                        |           | 4               | 2.615                    |             | 2.615            |
| Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A" |                          |           | -               | 113.722                  | (113.722)   | -                |
| Ativos financeiros disponíveis para venda                 | 39.086                   |           | 39.086          | 39.086                   |             | 39.086           |
| Outros créditos   | 883                      | 567       | 1.450           | 166.891                  | (7.743)     | 159.148          |
|   | 809.934                  | (322.642) | 487.292         | 3.037.689                | (324.124)   | 2.713.565        |
| <b>Não Circulante</b>                                     |                          |           |                 |                          |             |                  |
| Títulos a receber   |                          | 23.380    | 23.380          |                          | 21.938      | 21.938           |
| Ativo financeiro indenizável                              |                          |           | -               |                          | 325.262     | 325.262          |
| Consumidores e concessionárias                            |                          |           | -               | 94.431                   | (29.569)    | 64.862           |
| Impostos e contribuições sociais                          |                          |           | -               | 31.078                   |             | 31.078           |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos          |                          |           | -               | 507.351                  | 240.934     | 748.285          |
| Partes relacionadas                                       | 175.871                  |           | 175.871         |                          |             | -                |
| Adiantamentos para futuros aumentos de capital            | 69.217                   |           | 69.217          |                          |             | -                |
| Cauções e depósitos vinculados                            | 5.122                    |           | 5.122           | 130.797                  |             | 130.797          |
| Despesas pagas antecipadamente                            |                          |           | -               | 1.064                    |             | 1.064            |
| Conta de compensação de custos da Parcela "A"             |                          |           | -               | 43.608                   | (43.608)    | -                |
| Outros Créditos   | 51.993                   |           | 51.993          | 71.875                   | (21.938)    | 49.937           |
|   | 302.203                  | 23.380    | 325.583         | 880.204                  | 493.019     | 1.373.223        |
| Investimentos   | 3.251.806                | 203.944   | 3.455.750       | 24.032                   | 6.903       | 30.935           |
| Imobilizado   | 2.038                    |           | 2.038           | 6.416.645                | (1.612.865) | 4.803.780        |
| Intangível  | 318.500                  | (34.129)  | 284.371         | 1.168.909                | 1.826.060   | 2.994.969        |
| Diferido  |                          |           |                 | 126                      | (126)       | -                |
|   | 3.572.344                | 169.815   | 3.742.159       | 7.609.712                | 219.972     | 7.829.684        |
| <b>Total do ativo</b>                                     | 4.684.481                | (129.448) | 4.555.033       | 11.527.605               | 388.867     | 11.916.472       |

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

| Passivo e Patrimônio Líquido                              | Controladora                    |                  |                    | Consolidado                     |                  |                     |
|---|---------------------------------|------------------|--------------------|---------------------------------|------------------|---------------------|
|   | Anterior-<br>mente<br>publicado | Ajustes          | Ajustado<br>ao CPC | Anterior-<br>mente<br>publicado | Ajustes          | Ajustado<br>ao IFRS |
| <b>Circulante</b>   |                                 |                  |                    |                                 |                  |                     |
| Fornecedores  | 10.416                          |                  | 10.416             | 530.414                         | (22.358)         | 508.056             |
| Encargos de dívidas                                       |                                 |                  | -                  | 24.522                          | (24.522)         | -                   |
| Impostos e contribuições sociais                          | 31.106                          |                  | 31.106             | 464.470                         | (10.011)         | 454.459             |
| Dividendos  | 297.629                         | (222.238)        | 75.391             | 391.888                         | (247.270)        | 144.618             |
| Debêntures  |                                 |                  | -                  | 209.331                         | 698              | 210.029             |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas         |                                 |                  | -                  | 548.140                         | 24.522           | 572.662             |
| Benefícios pós emprego                                    |                                 |                  | -                  | 27.181                          |                  | 27.181              |
| Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A" |                                 |                  | -                  | 47.592                          | (47.592)         | -                   |
| Devolução tarifária                                       |                                 |                  | -                  | 37.186                          | (37.186)         | -                   |
| Obrigações estimadas com pessoal                          | 4.245                           | (74)             | 4.171              | 51.211                          | (2.383)          | 48.828              |
| Encargos regulamentares e setoriais                       |                                 |                  | -                  | 156.882                         | (321)            | 156.561             |
| Uso do bem público  |                                 |                  | -                  |                                 | 17.280           | 17.280              |
| Provisões   | 2.208                           |                  | 2.208              | 7.627                           | 12.020           | 19.647              |
| Outras contas a pagar                                     |                                 |                  | -                  | 174.438                         | (8.471)          | 165.967             |
|   | <u>345.604</u>                  | <u>(222.312)</u> | <u>123.292</u>     | <u>2.670.882</u>                | <u>(345.594)</u> | <u>2.325.288</u>    |
| <b>Não circulante</b>                                     |                                 |                  |                    |                                 |                  |                     |
| Encargos de dívidas                                       |                                 |                  | -                  | 1.329                           | (1.329)          | -                   |
| Impostos e contribuições sociais                          | 34.146                          |                  | 34.146             | 142.163                         |                  | 142.163             |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos          |                                 |                  | -                  | 15.546                          | 245.474          | 261.020             |
| Debêntures  |                                 |                  | -                  | 451.929                         | 1.226            | 453.155             |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas         |                                 |                  | -                  | 1.903.076                       | 54.364           | 1.957.440           |
| Benefícios pós emprego                                    |                                 |                  | -                  | 104.017                         | 26.771           | 130.788             |
| Conta de compensação de custos da Parcela "A"             |                                 |                  | -                  | 58.384                          | (58.384)         | -                   |
| Partes relacionadas                                       | 7.024                           |                  | 7.024              |                                 |                  | -                   |
| Encargos regulamentares e setoriais                       |                                 |                  | -                  | 14.939                          |                  | 14.939              |
| Uso do bem público  |                                 |                  | -                  |                                 | 205.564          | 205.564             |
| Provisões   | 24.469                          |                  | 24.469             | 136.899                         | 4.200            | 141.099             |
| Provisão para passivo a descoberto                        | 9.787                           | (1.335)          | 8.452              |                                 |                  | -                   |
| Reserva para reversão e amortização                       |                                 |                  | -                  | 17.248                          |                  | 17.248              |
| Outras contas a pagar                                     | 62                              |                  | 62                 | 101.398                         | (55.463)         | 45.935              |
|   | <u>75.488</u>                   | <u>(1.335)</u>   | <u>74.153</u>      | <u>2.946.928</u>                | <u>422.423</u>   | <u>3.369.351</u>    |
| <b>Patrimônio Líquido</b>                                 |                                 |                  |                    |                                 |                  |                     |
| Capital social  | 3.182.716                       |                  | 3.182.716          | 3.182.716                       |                  | 3.182.716           |
| Reservas de capital                                       | 96.656                          |                  | 96.656             | 96.656                          |                  | 96.656              |
| Reservas de lucros  | 1.020.809                       | 222.238          | 1.243.047          | 1.020.809                       | 222.238          | 1.243.047           |
| Ajustes de avaliação patrimonial                          | (30.178)                        | (19.917)         | (50.095)           | (30.178)                        | (19.917)         | (50.095)            |
| Ações em tesouraria                                       | (6.614)                         |                  | (6.614)            | (6.614)                         |                  | (6.614)             |
| Lucros (prejuízos) acumulados                             |                                 | (108.122)        | (108.122)          | 5.315                           | (108.122)        | (102.807)           |
|   | <u>4.263.389</u>                | <u>94.199</u>    | <u>4.357.588</u>   | <u>4.268.704</u>                | <u>94.199</u>    | <u>4.362.903</u>    |
| Participações dos não controladores                       |                                 |                  | -                  | 1.641.091                       | 217.839          | 1.858.930           |
| <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>              | <u>4.684.481</u>                | <u>(129.448)</u> | <u>4.555.033</u>   | <u>11.527.605</u>               | <u>388.867</u>   | <u>11.916.472</u>   |

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Valores em R\$ mil.

| <b>Conciliação da demonstração do resultado da controladora (CPC) e consolidado (IFRS) em 31 de dezembro de 2009</b> |  |                |                            |  |                             |
|--|--|----------------|----------------------------|--|-----------------------------|
|  | <b>Controladora</b>                      |                |                            | <b>Consolidado</b>                       |                             |
|  | <b>Anterior-<br/>mente<br/>publicado</b> | <b>Ajustes</b> | <b>Ajustado<br/>ao CPC</b> | <b>Anterior-<br/>mente<br/>publicado</b> | <b>Ajustado<br/>ao IFRS</b> |
| <b>RESULTADO</b>   |  |                |                            |  |                             |
| <b>Receita operacional líquida</b>   |  |                | -                          | <b>4.648.348</b>                         | <b>26.645</b>               |
| <b>Custo do serviço de energia elétrica</b>  |  |                |                            |  | <b>4.621.702</b>            |
| <b>Custo com energia elétrica</b>  |  |                |                            |  |                             |
| Energia elétrica comprada para revenda   |  |                | -                          | (1.924.113)                              | (57.458)                    |
| Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição   |  |                | -                          | (511.641)                                | (37.987)                    |
|  | -  | -              | -                          | (2.435.754)                              | (95.445)                    |
| <b>Custo de operação</b>   |  |                |                            |  | <b>(2.340.309)</b>          |
| Pessoal  |  |                | -                          | (146.210)                                | 311                         |
| Materiais e serviços de terceiros  |  |                | -                          | (166.608)                                | 11                          |
| Depreciações e amortizações  |  |                | -                          | (251.507)                                | 5.690                       |
| Outros custos de operação  |  |                | -                          | (28.112)                                 | 11                          |
|  | -  | -              | -                          | (592.437)                                | 6.023                       |
|  | -  | -              | -                          | (3.028.191)                              | (89.422)                    |
| <b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>   |  |                |                            | <b>(2.918)</b>                           | <b>(2.938.769)</b>          |
| <b>Lucro operacional bruto</b>   | -  | -              | -                          | <b>1.617.239</b>                         | <b>(62.777)</b>             |
| <b>Despesas operacionais</b>   |  |                |                            |  | <b>1.680.015</b>            |
| Despesas com vendas  |  |                |                            | (41.986)                                 | (41.986)                    |
| Despesas gerais e administrativas  | (65.372)                                 |                | (65.372)                   | (322.028)                                | (381)                       |
| Depreciações e amortizações  | (21.770)                                 | 1.850          | (19.920)                   | (52.453)                                 | 24.456                      |
| Outras despesas operacionais   | (22.220)                                 |                | (22.220)                   | (85.814)                                 | (8.507)                     |
|  | (109.362)                                | 1.850          | (107.512)                  | (502.281)                                | 15.568                      |
| <b>Resultado do serviço</b>  | <b>(109.362)</b>                         | <b>1.850</b>   | <b>(107.512)</b>           | <b>1.114.958</b>                         | <b>(47.209)</b>             |
| <b>Resultado das participações societárias</b>   | 638.309                                  | 69.939         | 708.248                    | (1.742)                                  | (1.335)                     |
| Receitas financeiras   | 244.465                                  | (150.141)      | 94.324                     | 279.275                                  | (17.283)                    |
| Despesas financeiras   | (196.957)                                | 148.909        | (48.048)                   | (394.195)                                | (15.625)                    |
| <b>Resultado financeiro</b>  | <b>47.508</b>                            | <b>(1.232)</b> | <b>46.276</b>              | <b>(114.920)</b>                         | <b>(32.908)</b>             |
| Outras receitas  | 52.345                                   |                | 52.345                     | 55.449                                   | (0)                         |
| Outras despesas  | (2.092)                                  |                | (2.092)                    | (28.127)                                 | (0)                         |
| <b>Outros resultados</b>   | <b>50.253</b>                            | -              | <b>50.253</b>              | <b>27.322</b>                            | <b>(0)</b>                  |
| <b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>  | <b>626.708</b>                           | <b>70.557</b>  | <b>697.265</b>             | <b>1.025.617</b>                         | <b>(81.452)</b>             |
| Imposto de renda e contribuição social correntes   | (2.881)                                  |                | (2.881)                    | (163.928)                                | 32.871                      |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos   |  |                | -                          | (60.514)                                 | (8.560)                     |
|  | (2.881)                                  | -              | (2.881)                    | (224.441)                                | 24.311                      |
| <b>Lucro líquido antes da participação dos não controladores e partes beneficiárias</b>                              | <b>623.827</b>                           | <b>70.557</b>  | <b>694.384</b>             | <b>801.176</b>                           | <b>(57.141)</b>             |
| Participações dos não controladores  |  |                | -                          | (160.267)                                | (13.417)                    |
| Partes Beneficiárias   |  |                | -                          | (15.772)                                 | 0                           |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>  | <b>623.827</b>                           | <b>70.557</b>  | <b>694.384</b>             | <b>625.137</b>                           | <b>(70.558)</b>             |
| <b>Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$</b>  | <b>3.935,20</b>                          |                | <b>4.380,28</b>            | <b>3.943,46</b>                          | <b>4.388,55</b>             |

No entendimento de nossos diretores, os principais efeitos da transição para o IFRS foram os seguintes:

## 1. No ativo:

- 1.1. Consumidores e Concessionárias: baixa dos valores referentes aos ativos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir a estrutura conceitual do CPC.
- 1.2. Impostos e contribuições sociais: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.
- 1.3. Rendas a receber: reclassificação para consumidores e concessionárias.
- 1.4. Ativos disponíveis para venda: reconhecimento das ações da Denerge, conforme CPC 39 / IAS 32.
- 1.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos: ajuste do saldo do curto prazo para longo prazo por conta da adoção do CPC 32 / IAS 12.
- 1.6. Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A": baixa dos valores referentes aos ativos regulatórios por não poderem ser reconhecidos por não cumprirem com os conceitos básicos de reconhecimento de ativos conforme estrutura conceitual dos CPCs / Framework IFRS.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

- 1.7. Ativo financeiro indenizável: (i) reclassificação pelo custo da parcela dos ativos da infraestrutura da concessão das empresas de distribuição que terá seu valor recuperado por reembolso pelo Poder Concedente ao final do prazo da concessão por conta da adoção da ICPC 01 / IFRIC 12 ; (ii) capitalização de juros referente a aplicação do CPC 20/ IAS 23
  - Outros créditos: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de 13º salário e férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33 / IAS 19.
  - 1.8. Investimentos: (i) baixa do deságio que a Energias do Brasil tinha registrado por conta da aquisição da Escelsa e do deságio referente a aquisição da Investco pela EDP Lajeado (a EDP Lajeado foi incorporada pela Lajeado em setembro de 2009) por conta da adoção do CPC 18 / IAS 28 , que determina que os deságios sejam reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos, (ii) reclassificação de alguns itens do ativo imobilizado que cumprem com a definição de propriedade para investimento conforme CPC 28 / IAS 40 e (iii) ajuste do resultado do cálculo de equivalência patrimonial do investimento na Lajeado, e Energias do Brasil devido a alteração do valor dos investimentos por conta da adoção CPC 15 / IFRS 3.
  - 1.9. Imobilizado: ajustes referentes a: (i) baixa das despesas administrativas capitalizadas nos ativos das empresas de geração de energia e capitalização dos custos de desmontagem e remoção dos ativos das empresas de geração não hídricas devido a aplicação do CPC 27 / IAS 16 ; (ii) reclassificação dos ativos da infraestrutura da concessão das empresas de distribuição e transmissão de energia entre ativo intangível e/ou ativo financeiro, por conta da adoção da ICPC 01 / IFRIC 12 ; (iii) reclassificação de alguns itens que cumprem com a definição de propriedade para investimento conforme CPC 28/ IAS 40 para a rubrica de Investimentos, (iv) reclassificação dos itens que atendem a definição do CPC 31 e (v) alocação do ágio como mais valia do imobilizado por conta da aplicação do CPC 15 / IFRS 3 , nas aquisições das empresas Lajeado e Investco.
  - 1.10. Intangível: ajustes referentes a: (i) reconhecimento das licenças de operação por contra-partida da adoção do CPC 25 / IAS 37; (ii) reconhecimento de um direito de concessão por conta dos contratos de concessão de uso-do-bem-público das empresas Enerpeixe SA e Investco SA por contra-partida da adoção do CPC 38 / IAS 39, (iii) reclassificação da parcela dos ativos da infraestrutura da concessão das empresas de distribuição que terá seu valor recuperado pela cobrança de tarifa por conta da adoção da ICPC 01 / IFRIC 12 ; (iv) capitalização de juros referente a aplicação do CPC 20 / IAS 23; (v) alocação do ágio como um direito de concessão (exploração da área de concessão para a venda de energia) por conta da aplicação do CPC 15 / IFRS 3, nas aquisições das empresas Lajeado e Investco e (vi) reconhecimento de ágio por rentabilidade futura por conta da aquisição das empresas Lajeado. e Investco, depois de efetuados os registros dos valores justos do imobilizado e intangível dessas empresas, devido a aplicação do CPC 15 / IFRS 3.
  - 1.11. Diferido: baixa de despesas pré-operacionais.
2. No Passivo:
- 2.1. Impostos e contribuições sociais: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.
  - 2.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos: (i) reapuração do saldo por conta da implementação dos CPCs aplicáveis aos exercícios sociais encerrados a partir de 1º de janeiro de 2010, com efeito comparativo ao exercício de 2009 e (ii) ajuste do saldo do curto prazo para longo prazo por conta da adoção do CPC 32 / IAS 12.
  - 2.3. Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A" e outras contas a pagar: baixa dos valores referentes aos passivos regulatórios por não

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

- poderem ser reconhecidos por não cumprirem com os conceitos básicos de reconhecimento de passivos conforme estrutura conceitual dos CPCs / Framework IFRS.
- 2.4. Obrigações estimadas com pessoal: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de 13º salário e férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33 / IAS 19. Dividendos: Reclassificação para o patrimônio líquido da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção do ICPC 08.
- 2.5. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida: reclassificação, a valor justo, das remunerações de curto prazo das ações preferências resgatáveis e cumulativas de emissão Investco SA por não atenderem a definição de instrumento patrimonial e sim, de passivo financeiro devido à aplicação do CPC 39 / IAS 32.
- 2.6. Provisões: reconhecimento das obrigações relacionadas à obtenção das licenças de operação por cumprirem com as definições do CPC 25 / IAS 37.
- 2.7. Uso do Bem Público: reconhecimento dos pagamentos por conta das contratos de concessão de uso do bem público das empresas Enerpeixe e Investco por cumprirem com as definições de reconhecimento do CPC 38 / IAS 39.
- 2.8. Benefícios pós-emprego: Os ganhos e perdas atuariais anteriormente reconhecidos no resultado do exercício pelo método do corredor passaram a ser reconhecidos integralmente no patrimônio líquido, na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, no exercício em que ocorrem de acordo com o método alternativo previsto no CPC 33 / IAS 19.
- 2.9. Patrimônio Líquido
- 2.9.1. Capital Social: reclassificação, a valor justo, das ações preferenciais resgatáveis e cumulativas de emissão Investco por não atenderem a definição de instrumento patrimonial e sim, de passivo financeiro devido a aplicação do CPC 39 / IAS 32.
- 2.9.2. Reservas de lucros: Reclassificação para essa rubrica da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção do ICPC 08.
- 2.10. Lucros e Prejuízos Acumulados: os ajustes efetuados referem-se principalmente a: (i) constituição da remuneração de longo prazo das ações preferenciais resgatáveis e cumulativas de emissão Investco por não atenderem a definição de instrumento patrimonial e sim, de passivo financeiro devido à aplicação do CPC 39 / IFRS 7; (ii) inclui as baixas dos valores referentes aos ativos e passivos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir com a estrutura conceitual dos CPCs; (iii) capitalização de juros referente a aplicação do CPC 20 / IAS 23, (iv) estorno da variação cambial e gastos administrativos referente a aplicação do CPC 27 / IAS 16; (v) efeito da atualização financeira da provisão referente à UBP (uso do bem público) e amortização do ativo intangível relativo associado, em virtude da aplicação do CPC 25 / IAS 37 e (vi) reconhecimento de imposto de renda diferido ativo e passivo em contra partida dos ajustes descritos. Ajustes de avaliação patrimonial: Os ganhos e perdas atuariais anteriormente reconhecidos no resultado do exercício pelo método do corredor passaram a ser reconhecidos integralmente nessa rubrica, de acordo com o método alternativo previsto no CPC 33 / IAS 19.
3. Resultado:
- 3.1. Impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) capitalização de juros e amortização do intangível correspondente referente a aplicação do CPC 20 / IAS 23; (ii) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25 / IAS 37; e (iii) baixa dos valores referentes aos ativos e passivos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir com a estrutura conceitual dos CPCs; (iv) ajustes referentes a baixa das despesas administrativas capitalizadas nos ativos de geração de energia devido a aplicação do CPC 27 / IAS 16; (v) Reclassificação do saldo da rubrica Depreciação/Amortização para rubrica de Receita de disponibilização do sistema de transmissão devido a adoção do ICPC 01 / IFRIC 12; (vi) reconhecimento da amortização do Intangível referente ao direito de concessão de uso do bem público



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

por contra-partida da adoção do CPC 38 / IAS 39; (vii) reconhecimento da remuneração e ajuste a valor presente referente ao reconhecimento das ações preferenciais; (viii) reclassificação dos ganhos e perdas atuariais para o patrimônio líquido por conta da adoção do CPC 33 / IAS 19; (ix) reconhecimento por equivalência patrimonial dos ajustes da EDP Renováveis.

Nossos diretores entendem que as conciliações constantes da tabela acima refletem adequadamente as mudanças contábeis e seus efeitos em nossas demonstrações financeiras.

**2010**

Foram emitidos os CPCs 15 ao 43 para serem adotados pela primeira vez ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, porém comparativo ao exercício social de 31 de dezembro de 2009. Portanto, as mudanças de práticas contábeis se deram no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Sendo assim, não há efeitos de mudança de prática a serem apresentados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

**2011**

Em decorrência do compromisso firmado entre CPC e CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, foram emitidos o CPC 44, OCPC 06 e o ICPC 17 e revisados os CPC's 00,15,18, 20, 21, 26, 35, 36, 39 e ICPC 01. A Administração da Companhia não identificou mudanças de práticas a serem apresentados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, em decorrência das novas emissões e revisões dos CPC's.

**(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis referentes aos 3 últimos exercícios sociais.**

Não houve efeitos significativos decorrentes das alterações das práticas contábeis.

**(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.****2009**

Não houve ressalva e ênfase no parecer dos auditores.

**2010**

Os auditores colocaram a seguinte ênfase em seu parecer relativo às Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010:

"As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da EDP Energias do Brasil S.A. essas práticas diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo e controladas conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo."

Nossos diretores concordam com a ênfase que foi incluída nos pareceres de auditoria, por entenderem que constata fatos, confirmando que as demonstrações financeiras estão adequadas com os normativos e práticas contábeis.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****2011**

Os auditores colocaram a seguinte ênfase em seu parecer relativo às Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011:

"Conforme descrito na nota 2.1.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da EDP Energias do Brasil S.A. essas práticas diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo e controladas conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto"

Nossos diretores concordam com a ênfase que foi incluída nos pareceres de auditoria, por entenderem que constata fatos, confirmando que as demonstrações financeiras estão adequadas com os normativos e práticas contábeis.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimentos de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/76, atualizada pelas leis 11.638/07 e 11.941/09 das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais desses registros com base em estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego, cuja revisão ocorre em base semestral e anual.

As principais estimativas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

### **Redução ao valor recuperável**

Os ativos financeiros são avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Os ativos não financeiros, imobilizado, propriedade para investimento e intangível, são revisados anualmente ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

### **Impostos diferidos**

O registro do imposto de renda e contribuição social diferidos é efetuado, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos. A contabilização dos impostos diferidos é efetuada de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998, Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e Deliberação CVM 599, de 15 de setembro de 2009, (CPC 32 Tributos sobre o lucro (IAS 12)).

O registro do crédito fiscal considera o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentado em estudo técnico de viabilidade.

### **Mensuração de instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. (Grifo nosso CPC 39, parágrafo 11). Instrumentos financeiros não derivativos incluem: Caixa e equivalentes de caixa, Cauções e depósitos vinculados, Contas a receber e outros recebíveis, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, Empréstimos, financiamentos, Debêntures e Fornecedores, assim como Contas a pagar e Outras obrigações. Estes instrumentos

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito, são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos mantidos até o vencimento
- Instrumentos disponíveis para venda
- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado
- Empréstimos e recebíveis

### Provisões

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

No caso das provisões para contingências, o processo de classificação é efetuado pelos advogados da Companhia, e/ou contratados (escritórios externos), que analisam os processos em curso e que os classificam como prováveis, possíveis e remotos, com base no histórico de ações e percepção do potencial de ganho ou perda.

### Planos de benefícios pós-emprego

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009 (CPC 33 Benefícios a Empregados (IAS 19)). Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados semestralmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo as datas-bases 30 de junho e 31 de dezembro. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Outros resultados abrangentes.

## 10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

### 10.6. Comentários sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

#### a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia e suas controladas implementaram e mantêm um Sistema de Controles Internos sobre o Relato Financeiro (SCIRF). O objetivo deste sistema é reforçar a qualidade e transparência da Governança Corporativa do Grupo EDP Energias do Brasil. O SCIRF consiste na avaliação dos riscos, desenho de controles e medição da eficácia operacional desses controles, abrangente às companhias do Grupo cuja relevância para as demonstrações financeiras do Grupo EDP é mais significativa e que deverão estar incluídas no âmbito da matriz de riscos do Grupo. Para esse efeito, os testes abrangem as seguintes naturezas dos controles:

- Controles Globais;
- Controles Aplicacionais ou de Processo (manuais e automáticos), incluindo controles sobre UDA's (user – developed applications) utilizadas no âmbito da execução de controles aplicacionais;
- Controles Gerais de Tecnologias da Informação (GITC).

Anualmente, a EDP – Energias de Portugal, S.A. (controladora da Companhia), contrata uma empresa de auditoria externa para certificar o desenho e eficácia operacional deste sistema.

#### b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Em atendimento às normas de auditoria geralmente aceitas, a revisão dos controles internos, por parte dos auditores externos, foi feita com base em testes. Assim, não foram necessariamente detectados pelos auditores externos todos os pontos que poderiam advir de um exame feito com a finalidade específica de analisar o sistema de controles internos da Companhia e suas controladas, livres de distorção relevante independentemente se causada por erro ou fraude.

A Administração da Companhia e suas controladas, é responsável pela manutenção dos controles internos e procedimentos contábeis adequados que propiciem segurança razoável, quanto ao controle dos ativos, o completo e fidedigno registro das transações e adequada apresentação da posição financeira e dos resultados das operações da Companhia e suas controladas.

Como resultado da revisão dos auditores externos, nenhuma deficiência significativa no sistema de controles internos da Companhia e suas controladas foram identificados, que pudesse ter alterado a determinação da natureza, da extensão e da época de execução de outros testes de auditoria.

## 10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

### 10.7. Comentários sobre ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios sociais:

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010, não houve ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da EDPBR.

Em 18 de julho de 2011, a EDPPT, acionista controladora da Companhia, concluiu o processo de oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da sua controlada EDP - Energias do Brasil e de sua titularidade, que resultou na venda de 21.911.460 ações, reduzindo sua participação atual de 64,8% para 51% do capital da EDP - Energias do Brasil.

A EDPBR realizou oferta pública secundária de ações de sua emissão em 2009. Em 28 de outubro de 2009, o Conselho de Administração da EDPBR aprovou a realização da Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias. A oferta de ações encerrou-se em 24 de novembro de 2009, com distribuição de 15,5 milhões de ações ao preço de R\$ 28,50 por ação.

#### a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos levantados na oferta foram utilizados para: (i) pagamento da dívida tomada na época da operação de troca de ativos envolvendo Lajeado/Investco e Enersul no valor de R\$250,0 milhões para adquirir 13.110.225 ações da EDPBR, em decorrência do direito de recesso exercido por acionistas minoritários; (ii) aumento da flexibilidade financeira e aproveitamento de futuras oportunidades de investimento, tais como novos projetos de geração de energia e repotenciações. Para mais detalhes da oferta, o prospecto definitivo pode ser consultado no website [www.edpbr.com.br/ri](http://www.edpbr.com.br/ri).

#### b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; e c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Nossos Diretores entendem que não houve qualquer desvio entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação.

## **10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

### **10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.**

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da EDPBR.

## **10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

**10.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8.**

Não aplicável conforme item anterior.